

R\$ 6,00

www.etm.com.br



219



CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

PORTO RICO

**Patriotas
desafiam Marinha
de guerra dos EUA**

JOÃO GOULART

**Mais uma
vítima da
Operação Condor?**

ZELITO VIANA E

VILLA-LOBOS
**Identidade no
amor ao Brasil**

**Eleições
municipais**

FRAUDE

ELETRÔNICA

**Um alerta
sobre os riscos
da informatização
total do voto**



Se você quiser entender o Brasil esta é a obra que não pode faltar em sua casa

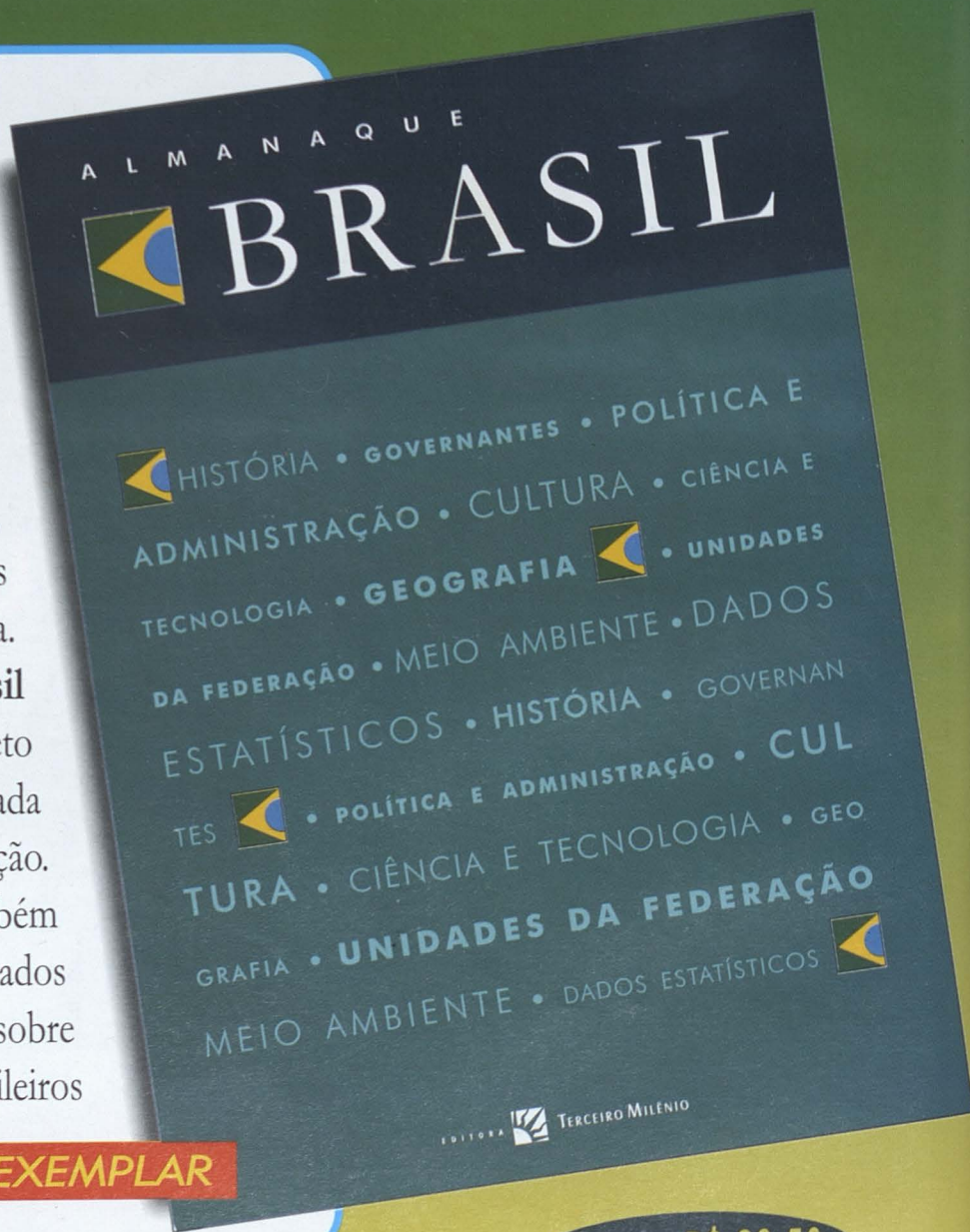
ALMANAQUE BRASIL

Valiosa fonte de pesquisa sobre o país em seus múltiplos aspectos

500 anos de História,
Política, Economia,
Cultura, Geografia,
Ciência e Tecnologia,
Meio Ambiente,
Administração Pública,
Educação, Saúde,
Qualidade de Vida,
População, Dados
sobre Violência.

O Almanaque Brasil

lhe dá ainda um completo
panorama de cada
unidade da Federação.
Você se informará também
através de textos selecionados
de especialistas sobre
assuntos brasileiros



RESERVE JÁ O SEU EXEMPLAR

Preço: R\$ 29,50

LANÇAMENTO EM BREVE !

Tel.: (0xx21) 221-7511

Fax: (0xx21) 252-8455

e-mail: etm@etm.com.br



EDITORA **TERCEIRO MILÊNIO**

A transparência do pleito municipal

Após vinte anos da anistia, que marcou o início do processo de redemocratização, o nosso país parece decidido a esclarecer o papel que os órgãos repressivos brasileiros desempenharam no contexto da Operação Condor - através da qual as ditaduras do continente, em particular as do Cone Sul, colaboraram entre si na perseguição a todos aqueles que de uma forma ou outra se insurgiram contra o arbítrio. Esse resgate da memória de um dos períodos mais dramáticos da história contemporânea é essencial não só para as famílias das vítimas diretas da repressão, como para a sociedade em geral, e os jovens em particular. O povo brasileiro assiste com desencanto e um sentimento de impotência ao desmantelamento - por parte de um governo democrático, pelo menos nas formas - da infra-estrutura do país, do sistema de ensino e da saúde pública e à entrega das nossas riquezas às multinacionais. Um caldo de cultura para frustrações e inconformismos, que se forem canalizados de forma errada podem levar o país a situações de extrema gravidade. Nesse contexto serão realizadas em outubro próximo as eleições municipais. Um pleito da maior importância para a consolidação da democracia, pois é no município onde todos nós vivemos e onde os cidadãos sentem que os seus

problemas mais imediatos podem e devem ser resolvidos. Como o desencanto tende a favorecer o imobilismo e a indiferença, sente-se hoje uma certa frieza do eleitor diante dessa nova instância eleitoral. Um sintoma perigoso, mais ainda se levamos em conta que existe uma ameaça real para a transparência do pleito, originada nas possíveis falhas do sistema cem por cento informatizado de votação que o Brasil estréia em outubro. É a essa chamada de atenção de técnicos em informática que dedicamos a capa desta edição. Esperamos estar assim contribuindo para levantar uma questão que não tem sido colocada na agenda política com o destaque que merece. Uma leitura atenta dos argumentos apresentados pelos especialistas vai permitir que cada um forme a sua opinião a respeito de um tema tão relevante e polêmico. Entre as outras matérias da presente edição destacamos o depoimento de João Vicente Goulart sobre as circunstâncias que envolveram a morte de seu pai, o ex-presidente João Goulart; a entrevista do almirante Fortuna, ex-comandante da ESG, sobre os desafios da Amazônia, na qual defende a reativação do projeto Calha Norte e operacionalização do Sivam, e o artigo sobre a heróica resistência dos patriotas porto-riquenhos às operações de guerra da Marinha dos Estados Unidos da América.

Os editores

CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO

ISSN 0101-7993
Nº 219 - Abr / Mai 2000

EDITORIA EDITORA



TERCEIRO MILENIO

Rua Conde de Lages, 44 - Grupos: 508/510 - CEP 20241-080 - Lapa - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: (0 XX 21) 221-7511 - Fax: (0 XX 21) 252-8455
E-mail: etm@etm.com.br - Internet: <http://www.etm.com.br>

Publicação com informação e análise das realidades dos países emergentes

FUNDADOR: Neiva Moreira
DIRETORA: Beatriz Bissio
DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini
EDITOR: Procópio Mineiro
CONSULTORES: Darcy Ribeiro (in memoriam)
Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavia (Chile)
Publicidade:
São Paulo: J.R. Comunicação e Publicidade
Rua Paulo Ribeiro Coelho, 594 - Butantã - SP -
05374-000 - Tel/Fax: (011) 810-4541/5828
Belo Horizonte: KSD publicidade Ltda.
Rua Rio Grande do Sul, 756 / 808 - MG -
Cep 30170-110 - Tel: (0XX31) 335-9628

Fortaleza: AJS- Assessoria e Marketing Ltda.
R. Guilherme Rocha, 218/503 - Cep 60.030-140
Fortaleza - CE - Tel.: (0XX85) 226-7560 / 999-9924

DEPTO DE ASSINATURAS:
Tel: (0XX 21) 221-7511 Fax: (0 XX 21) 252-8455
E-mail: Assinaturas@etm.com.br

Pagamentos: Cheque nominal à Editora Terceiro Milênio e todos os cartões de crédito

NÚMEROS ATRASADOS: Ao preço do último exemplar, desde que disponível no estoque. Solicitar envio ao Departamento de Assinaturas, acrescentando

30% ao valor do pedido para postagem ou adquiri-los diretamente na sede da Editora, no Rio de Janeiro.

DISTRIBUIÇÃO:
BRASIL: Fernando Chinaglia - Tel: (021) 575-7766
FOTOS: José Barros de Amarante, Agence France Presse (AFP) e CEDOC.

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO utiliza os serviços da: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irãque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e a rede de agências dos Países Não-Alinhados.

Filiada à **ANER**

Os porcos e o povo

O povo brasileiro recebe por parte do governo tratamento pior que os porcos das fazendas dos coronéis deste país. O porco recebe ração todos os dias e engorda antes de ser abatido. O povo miserável do Brasil não recebe ração, nem lhe dão condições para adquirir por suas próprias mãos o sustento para sobreviver. O porco vive bem, sem ter consciência de que vai morrer; o povo morre um pouquinho a cada dia, passando por todo tipo de limitações.

Nas redondezas de Porto Seguro, o povo reuniu-se para protestar contra um governo hipócrita e refém das elites. A polícia governamental tratou o povo de forma desumana, violando todo tipo de regra democrática. O povo foi tratado como os porcos. Sem armas, foi barrado para o baile por militares fortemente armados, violando nossa Constituição Federal, fazendo lembrar os tempos da ditadura. Hoje vivemos uma ditadura democrática, onde as regras são impostas por autoridades eleitas de forma irregular, pela imperfeição de nosso sistema eleitoral. O povo fica com o resto da feira, catando no chão o resíduo que não serve nem para alimentar os porcos.

É chegada a hora de o povo demonstrar que pode agir. Que o povo não seja mais comparado aos porcos.

Fernando Marrey Ferreira
Rio de Janeiro - RJ
Advogado
e-mail: fmarrey@uol.com.br

Leitor assíduo

Venho por meio deste parabenizá-los pelo ótimo conteúdo informativo que nos é passado através da leitura de **cadernos**. Sou leitor assíduo e faço questão de todo mês comprá-la nas bancas, deixando aí a minha contribuição para que esta revista não suma das nossas bancas como já aconteceu com várias outras. Infelizmente nosso país já foi tomado por meios de comunicação destinados a fazer o povo brasileiro não pensar, aplicando a sua ideologia capitalista e monopolizando a informação na tentativa de extinguir meios de comunicação,

como vocês da **cadernos**. Tenho 17 anos, resido em São Paulo e gostaria de lhes fazer um pedido: necessitaria mais informações sobre os candidatos a vereadores e prefeito para que eu possa exercer a minha cidadania de uma forma correta e para que este escândalo que está acontecendo em minha cidade não volte a se repetir.

Fica o meu pedido e meus sinceros agradecimentos a cultura real adquirida com a leitura de **cadernos do terceiro mundo**.

Joaquim Alfani Neto São Paulo -SP
e-mail: elianealfani@uol.com.br

Nota da redação:

Agradecemos as carinhosas palavras do nosso leitor a respeito do nosso trabalho. Em relação à informação solicitada sobre os candidatos a prefeito e a vereadores gostaríamos de esclarecer que não dispomos de dados específicos sobre as pessoas que se apresentarão para ser julgadas pelos eleitores. Mas apoiamos plenamente o esforço do leitor por se informar sobre quem é quem nas próximas eleições. O voto é o grande instrumento do cidadão na democracia, pela qual tantos brasileiros e latino-americanos lutaram e até deram as suas vidas. É imprescindível que esse direito seja exercido por todos nós com plena consciência, para que todos contribuamos a aperfeiçoar a representação popular nas diferentes instâncias do poder e para que tanto o Executivo quanto o Legislativo sejam comandados por pessoas capazes de honrar o mandato que o povo lhes deu, agindo de acordo com princípios éticos e orientadas pelos interesses das grandes maiorias.

Brasil 500 Anos

O que se viu pelos meios de comunicação foi uma vergonha. Os índios e outros grupos foram impedidos de entrar em Porto Seguro. Um absurdo. Acho que a polícia deve estar perto dos protestos para evitar os excessos.

Mas bloquear a passagem! Para onde foi o

direito de ir e vir escrito na Constituição? A atitude da segurança foi mais uma amostra de que somos dominados pelo autoritarismo. Nos remete à frase de Washington Luís: "No Brasil a questão social é um caso de polícia."

Felipe Barreto de Melo - Estudante, 17
Aracaju, Sergipe

Soberania na Amazônia

O N° 217 de Cadernos do Terceiro Mundo apresenta três visões diferentes quanto à questão da nossa soberania na Amazônia. Simpatizo com a visão exposta pelos militares e, também, com a defendida pelo governo federal embora, enquanto persistirem coisas como a facilidade com que se extrai ilegalmente o mogno, apenas para dar um exemplo, mantenho minhas reservas quanto à sua eficácia.

Mas, é lamentável a argumentação exposta na primeira visão, supostamente nacionalista, em defesa da tal "ocupação racional" da floresta, especialmente das terras indígenas. Que moral têm estas pessoas de falar em "ocupação racional" quando até agora só praticaram devastação?

Com que direito falam em nome dos povos indígenas, ainda mais da forma desrespeitosa como tratam a preservação do que resta daquelas culturas:

"... imersos na sua cultura primitiva, como exemplares de um zoológico humano ... sem direito (sic) a integrar-se à sociedade contemporânea". Que bobagem comparar hectares per capita entre povos que vivem mais da coleta e da caça, com outros que praticam mais a agricultura. Realmente, só concordo com seus argumentos quando se apresentam como modernos bandeirantes, ou seja, gananciosos e genocidas.

Estou convencido de que a preservação dos povos indígenas e o atendimento às suas necessidades, são instrumentos poderosos na defesa da soberania brasileira na região. Nossa agricultura não precisa daquelas terras, a serem exploradas extensivamente, com mais pastos e monoculturas. Não vale o custo da destruição.

Claudio Salm
Rio-RJ

Por quem os sinos dobram

Ao longo da história vários fatos se repetem, ainda que as lições dos erros cometidos sejam um alerta para os incautos. Foi assim quando Hitler decidiu invadir a Rússia e foi vencido pelo "general" inverno, ignorando a tragédia de Napoleão Bonaparte, no mesmo cenário. Na Rússia do Czar Nikolayev II, as elites se deliciavam com as benesses do poder, enquanto o povo era submetido a regimes absurdos que subjogavam as massas e não admitiam contestação. Em vastas legiões, o povo ia para as ruas protestar e pedir proteção e ajuda do Estado, mas o Czar Nikolayev II fingia não ouvir seus gemidos. Até que um dia o povo resolveu se unir e o Czar conheceu o que pode fazer um povo maltratado, espoliado e enfurecido.

No Brasil atual, a estupidez oficial está abrindo caminho para o confronto. Os fatos vêm se acumulando ao longo de muitas décadas, agravados agora por uma política injusta e equivocada. Sofrem os operários, sofrem os camponeses, sofrem os servidores públicos, os professores, os trabalhadores do comércio, dos

serviços, dos transportes, sofrem os pequenos comerciantes, sofre o país inteiro. Mas Sua Excelência fingue que não vê. Não é mudo, mas, quando fala, mente para a nação, procurando passar a falsa idéia de que o país está melhor. E está cada vez pior. E com isto aumentam as tensões sociais, aumenta o sacrifício imposto ao povo para benefício das elites encasteladas no poder. E os sinos dobram!

Os sinos dobram pelos que tombaram em Canudos e no Contestado. Dobram pelos operários e camponeses mortos na luta pelas conquistas sociais que estão sendo desmontadas para servir aos patrões de Wall Street. Dobram pelos sem-terra de Eldorado dos Carajás. Dobram pelo trabalhador morto em Brasília, por uma bala real rotulada de bala de borracha. Dobram pelo camponês morto no Paraná, também por uma bala real, que o cinismo oficial rotulou de bala de borracha. Dobram pelos desempregados, bóias-frias, operários e camponeses que a cada dia morrem neste país injusto.

Além de sofrer, o povo paga com a vida pela ousadia de protestar, porque aqui só é permitido elogiar. Na desordem institucional que se instaurou no Brasil, por obra e graça do poder público,

as instituições que deveriam prover a segurança e garantir as liberdades constitucionais são as que cerceiam a liberdade do cidadão. Qualquer movimento de protesto ou reivindicação é reprimido com balas reais, depois ditas balas de "borracha". Não foram os trabalhadores que transgrediram a lei; foram aqueles que emendaram, rasgaram, violaram, estupraram a nossa Constituição, a troco de seus próprios interesses, principalmente depositados nas ilhas Cayman. Ulisses Guimarães chamou-a orgulhosamente de Constituição Cidadã; hoje, de tão desmoralizada, transformou-se numa Constituição Prostituta: todos fazem com ela o que bem querem e como querem.

O Brasil está sendo empurrado inexoravelmente para um confronto sem precedentes. Só aí Nikolayev perceberá sua própria estupidez, mas já será tarde demais: conhecerá o que pode fazer um povo maltratado, sofrido, espoliado e enfurecido. Queira Deus que chegue logo esse dia! Brasil acima de tudo.

Carlos José Pedrosa
Sindicalista
cjpedora@uol.com.br

Paraguai

Diante da situação política no Paraguai, com tentativa de golpe de Estado acompanhado de prisão de jornalistas e ataques a prédios de emissoras de rádio, o presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Paulo Cabral, e o vice-presidente Renato Simões, responsável pelo Comitê de Liberdade de Expressão, enviaram carta ao presidente do Paraguai, Luis Gonzalez Macchi, em 22 de maio.

Em nome da ANJ, entidade que reúne 120 diários de todo o Brasil, transmitiram ao presidente Luis Gonzalez Macchi manifestação no sentido de que o Paraguai "possa superar o momento político que enfrenta, trilhando, dentro da democracia, o melhor caminho para o seu povo". E transmitiram ao presidente preocupação com as prisões de jornalistas e ataques a meios de comunicação.

Associação Nacional de Jornais (ANJ)
e-mail imprensa@anj.org.br

Ética

Um processo contra FHC e o ministro da Cultura, Francisco Weffort, nossos dois "colegas" que ocupam altos postos na República, tramita na Associação dos Sociólogos do Estado da Bahia, afiliada à Federação Nacional dos Sociólogos. O processo, encaminhado após os acontecimentos de Porto Seguro, pede o enquadramento de ambos no Código de Ética Profissional do sociólogo. Abaixo os trechos mencionados no enquadramento:

Título II/ Dos princípios Éticos e Fundamentais. (...) Art. 6 - O Sociólogo tem o compromisso de opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios da Declaração dos Direitos do Homem.

Título III/Dos Direitos e Deveres/Capítulo II/Dos Deveres/Art. 8 - São deveres do Sociólogo (...) e Combater e denunciar formas de corrupção e manipulação de informações, em especial quando comprometam o direito público da

veracidade dos fatos, as ações políticas dos cidadãos e a justiça, e o favorecimento pessoal ou de grupos; f) Combater a prática da perseguição ou discriminação por motivos sociais, políticos, religiosos, raciais ou juízo subjetivo, bem como defender o respeito ao direito à privacidade do cidadão.

Prof. Lejeune Mato Grosso Xavier de Carvalho
Presidente da Federação Nacional dos Sociólogos
do Brasil - FNSB

EDITORA  TERCEIRO MILÊNIO

NOVO ENDEREÇO

Cadernos do Terceiro Mundo

Seção Cartas

Rua Conde de Lages, 44 - Grupo: 507 a 510
Lapa - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241-080

e-mail: etm@etm.com.br

Sumário

ABR / MAI • 2000 • Nº 219 • Ano XXVI

6 PLANALTO

DIREITOS HUMANOS

18 O Mercosul do Terror

A Câmara dos Deputados confronta o desafio de tentar uma investigação sobre as mortes dos ex-presidentes João Goulart e Juscelino Kubitschek

ENTREVISTA

21 Almirante Fortuna: Prioridade para a Amazônia

O almirante Fortuna, ex-comandante da Escola Superior de Guerra, pede reativação do projeto Calha Norte e operacionalização do Sivam, junto à presença da Marinha, Exército e Aeronáutica para garantir a soberania brasileira na extensa e singular região

DIPLOMACIA

24 Pacto amazônico precisa ser reativado

As nações que dividem a região esqueceram o tratado que abriria caminhos para o desenvolvimento equilibrado e a integração

MEIO AMBIENTE

26 Uma baía mais protegida

Acidente na baía de Guanabara obriga a Petrobras a rever a sua política ambiental

CULTURA

28 Maranhão: A magia do bumba-meu-boi

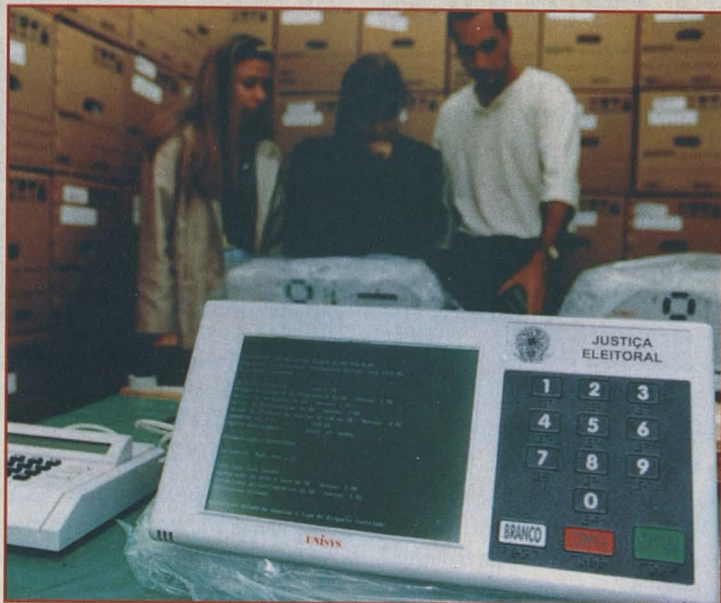
O Boi Pirilampo, destacado elemento do folclore maranhense, seduz pela alegria contagiante de seus bailantes

30 Villa-Lobos: Uma vida de paixão

Zelito Viana, diretor do filme sobre o grande compositor brasileiro, se identifica com ele no amor ao país



Fraude Eletrônica nas *eleições*



10 *Técnicos advertem o TSE para as possibilidades de manipulação do voto eletrônico nas eleições*

PÁGINA ABERTA

- 36 **Joel Rufino: Que papel nos cabe no shopping center global** 55
A transformação da população em povo e do país em nação deveria ser o primeiro item da agenda dos que aspiram a construir um Brasil mais justo

LIVROS (Resenhas)

- 38 Os mais recentes e importantes lançamentos editoriais ao alcance de nossos leitores 58

PANORAMA ECONÔMICO

- 42 Análise macroeconômica da situação atual do país

PANORAMA INTERNACIONAL

- 46 Os acontecimentos mais importantes do mês 64

GENTE

- 54 Personalidades e fatos da atualidade

EUROPA

Integração: O papel do Parlamento Europeu

Graças ao tratado de Amsterdã, os eurodeputados têm, entre outras prerrogativas, o poder de votar o orçamento da União Européia

AMÉRICA LATINA

Porto Rico: Vieques, prelúdio de uma nova era

A iniciativa isolada de um pequeno grupo de patriotas, que se insurgiu contra o uso militar da ilha de Vieques desperta o povo de Porto Rico para o alto preço de seu estatuto semicolonial

OPINIÃO

Eleições, um exemplo para o Brasil

O modelo neoliberal está sendo questionado tanto na Europa quanto na América Latina

Senadores querem proibir venda de ações da Petrobras

As ações da Petrobras, de propriedade da União, estão proibidas de serem negociadas. Esta é a proposta do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que apresentou decreto legislativo, apreciado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Com a aprovação deste projeto, altera-se o Programa Nacional de Desestatização (PND) do governo. A União detém 52,88% das ações da empresa e o projeto objetiva impedir que sejam vendidas as ações excedentes, além de garantir a manutenção da Petrobras sob o controle do Estado.

O PND permite ao governo vender as ações da empresa que excedam o necessário à manutenção de seu controle pela União. No caso da Petrobras, o exce-

dente é de 1,88%. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal também estão incluídos na lista das empresas que não podem ser privatizadas, de acordo com o projeto do senador paranaense. Dias argumentou que algumas instituições integram não apenas o patrimônio do Estado mas se transformaram em "verdadeiros patrimônios da Nação. Tanto a Petrobras quanto o Banco do Brasil e a Caixa estão nesta lista. Por isso, há uma enorme resistência da sociedade contra a venda destas empresas".

De acordo com o deputado Haroldo Lima (PCdoB-AM), que fez um apelo aos senadores para que aprovassem o decreto, o governo quer vender um terço das ações da Petrobras por 8 bilhões de dólares,

Foto: AFP



Projeto para impedir a venda das ações excedentes da Petrobras garantirá o controle sobre a estatal

sendo que, disse o deputado, "as previsões indicam que neste ano, a empresa terá um lucro líquido de 10 bilhões de dólares. Isso é mais um atentado à soberania nacional", acusou o parlamentar baiano.

Ferrovia é importante para o Centro-Oeste

"O desenvolvimento do Centro-Oeste depende da melhoria dos transportes. Por isso, o governo deve buscar recursos para concluir a ferrovia Norte-Sul." A afirmativa é do deputado Costa Ferreira (PFL-MA) que manifestou preocupação com o escoamento dos produtos da região. Disse Costa Ferreira que as obras da ferrovia, iniciada em 1987, estão paralisadas "por falta de investimentos" e que a ferrovia é fundamental para alavancar o crescimento do Centro-Oeste. "Só 10% da obra estão concluídos. Por isso, é imprescindível que o governo brasileiro crie mecanismos de incentivo ao investimento para a conclusão da ferrovia."



A falta de investimentos impede a conclusão das obras na ferrovia Norte-Sul

Novais denuncia evasão fiscal

Na fase final dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a formação de cartéis dos medicamentos - quando o relatório já está sendo elaborado, o deputado Sérgio Novais (PSB-CE) anunciou sua disposição de aprofundar os estudos sobre a remessa de dólares para o exterior, que estaria sendo praticada pelas indústrias farmacêuticas. "Temos, de fato, que determinar o controle de preços mas, mais importante ainda, é investigar com maior profundidade o caixa dois das indústrias e a evasão fiscal", disse.

O deputado cearense chamou a atenção ainda para a necessidade de se apressar a entrada dos genéricos no mercado. "Temos 55 genéricos liberados porém nas farmácias não encontramos nenhum deles disponível. E

isso se repete na maioria dos municípios do país. O que está acontecendo?"

Por que não há um controle por parte do governo para saber quem está obedecendo à determinação da venda de genéricos? A quem interessa manter os cartéis da indústria farmacêutica", indagou Novais.

O relatório do deputado Ney Lopes (PFL-RN), segundo a deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) não faz nenhuma análise do sigilo bancário das indústrias de medicamentos. Revoltada com a ausência de denúncias contra as indústrias do setor, Grazziotin disse que "a maioria das empresas que praticam superfaturamento de seus produtos não faz qualquer ajuste no imposto de renda. E isso caracteriza, de forma escandalosa, a evasão fiscal".

Código florestal retirado de pauta

O polêmico relatório do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR) na medida provisória do código florestal, permitindo o desmatamento de 30% da Amazônia foi retirado da pauta do Congresso. Repudiado pela sociedade brasileira, o projeto foi aprovado pela Comissão Mista do Congresso na véspera da votação da medida provisória do salário-mínimo, com voto favorável dos parlamentares da base governista. Imediatamente a oposição denunciou a manobra do presidente Fernando Henrique Cardoso

que teria trocado a proposta de Micheletto e da bancada dos madeireiros pela aprovação do mínimo de 151 reais.

No dia seguinte da apro-

vação do mínimo, o presidente afirmou que vetaria a lei. Depois das diferentes manifestações de protesto em todo o país, os líderes dos partidos

oposicionistas se reuniram com o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), que concordou em retirar o projeto da pauta até que o tema seja mais debatido. Temer gostou da proposta do líder do PDT, Miro Teixeira (RJ), que sugeriu a criação da Agência da Amazônia, para definir a política para a região.

A proposta oposicionista de retirada de pauta foi aceita também pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). O relatório de Micheletto fica prejudicado porque será formada outra comissão mista para estudar a medida provisória que será reeditada.

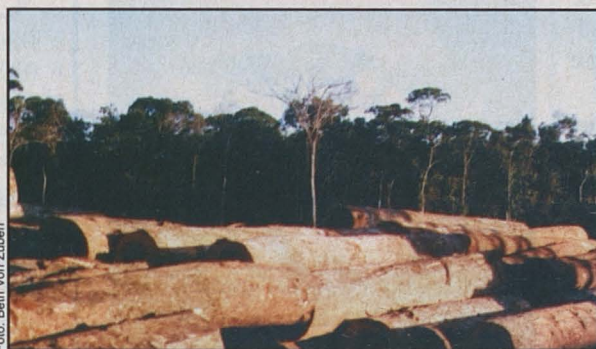


Foto: Beth Von Zuben

É necessário impedir o desmatamento sem controle das florestas

Propaganda de bebidas e cigarros na mira

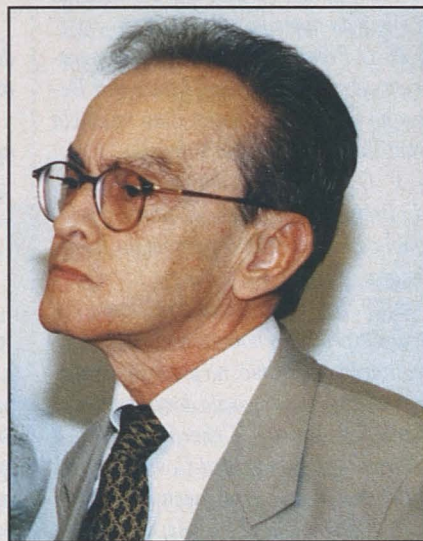
O senador Jefferson Peres (PDT-AM) concedeu parecer favorável ao projeto que limita a propaganda de bebidas alcoólicas e cigarros nos meios de comunicação. De autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o projeto dispõe sobre a propaganda não apenas de álcool e tabaco mas, também, de medicamentos, terapias e defensivos agrícolas obrigando a veiculação imediata de uma contrapropaganda, financiada com recursos iguais e veiculadas nos mesmos meios, espaços, faixa horária e tempo, às custas dos fabricantes dos produtos anunciados.

Em seu parecer, Peres afirma que as publicidades de vinho e cerveja, exatamente as bebidas mais consumidas, são veiculadas sem restrição de horário e, "em razão do importante impacto sanitá-

rio, social e econômico que apresentam, a grande maioria dos países desenvolvidos e muitos países pobres proibiram a propaganda de bebidas alcoólicas e de tabaco em todas as suas formas ou, pelo menos, restringiram-na fortemente". O senador amazonense disse que não basta restringir ou proibir a publicidade desses produtos apenas nos meios de comunicação, "pois uma parte significativa dos recursos empregados para a promoção de cigarros e bebidas tem sido dirigida, cada vez mais, para outras formas e meios de promoção".

Ele não acredita que a contrapropaganda seja eficiente. E sugere que a propaganda destes produtos seja "banida" dos meios de comunicação.

Parte da sugestão do senador Peres foi acatada pelo ministro da Saúde, José



Jefferson Peres: parecer favorável ao projeto que limita a propaganda de bebidas alcoólicas e cigarros nos meios de comunicação

Serra, que anunciou o encaminhamento de projeto de lei do governo, proibindo qualquer veiculação de propaganda de cigarros em rádios, revistas, jornais, televisão e cartazes.

Prêmio Nacional de Jornalismo levará o nome de Barbosa Lima Sobrinho

O deputado Neiva Moreira (PDT-MA), apresentou à Câmara dos Deputados um projeto de resolução que recebeu o número 75 instituindo o Prêmio Nacional de Jornalismo Barbosa Lima Sobrinho. Na justificativa do projeto, o deputado maranhense destaca: A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º Fica instituído o Prêmio Nacional de Jornalismo Barbosa Lima Sobrinho, que será anualmente concedido às três melhores reportagens de cunho político, relacionadas com a defesa da democracia, dos interesses da nação e de sua soberania e a liberdade de imprensa, publicadas em jornais, revistas e periódicos, de circulação nacional.

§ 1º O Prêmio será conferido pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e consistirá na concessão de diploma de menção honrosa aos agraciados e outorga de medalha com a efigie do homenageado.

§ 2º O Prêmio será entregue aos agraciados em sessão solene da Câmara dos Deputados no dia 22 de janeiro, data natalícia do jornalista Barbosa Lima Sobrinho.

§ 3º Os jornalistas agraciados com o aludido Prêmio terão, também, suas reportagens publicadas em edição especial do Jornal da Câmara.

Art. 2º A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados expedirá as normas necessárias para a realização do Prêmio, no prazo de sessenta dias contados da publicação desta resolução.

Parágrafo único - Caberá, também, à Mesa Diretora designar uma Comissão Executiva do Prêmio, que será constituída por:

I - três Deputados Federais; II - um representante do Ministério da Cultura (MinC); III - um representante do Ministério da Educação (MEC); IV - um representante da Academia Brasileira de Letras (ABL); V - um representante da Associação Brasileira de Imprensa (ABI); VI - um membro da Federação Nacional de Jornalismo (Fenaj); VII - um jornalista da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados.



Barbosa Lima Sobrinho: homenageado na Câmara

Art. 3º O orçamento anual da Câmara dos Deputados consignará verba especial para os gastos com o Prêmio e despesas eventuais.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

A valorização do jornalismo político

Entende o deputado Neiva Moreira que "o Prêmio Nacional de Jornalismo Barbosa Lima Sobrinho é uma forma de valorizar o papel do jornalismo político para a consolidação do Estado Democrático de Direito" e que "o nome dado ao prêmio justifica-se pelo fato de que o escritor Barbosa Lima Sobrinho é um dos maiores expoentes vivos de nosso jornalismo.

Com 103 anos de idade, Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho dá testemunho incontestante da importância da prática jornalística, ao escrever sua coluna semanal no *Jornal do Brasil*, na defesa intransigente e lúcida da democracia, dos interesses da nação e de sua soberania, aliada ao respeito pela liberdade de imprensa".

'O Brasil que queremos são outros 500'

Com o título "O Brasil que nós queremos são outros 500", o XVI Encontro Nacional de Estudantes de Ciências Sociais (Enecs), que acontece entre os dias 23 a 30 de julho, no Rio de Janeiro, promete tornar-se um foco de debates em torno do papel da sociologia na atualidade e seu objeto de estudo. Refletindo as preocupações tanto dos alunos oriundos de todos os estados do país, quanto de professores, o encontro vai discutir ainda a inserção profissional do cientista social, a pertinência epistemológica e a problematização da ordem mundial que pretende consolidar verdades definitivas.

Citando Octavio Ianni, os organizadores querem que o evento produza massa crítica suficiente para a afirmação das Ciências Sociais como uma espécie de autoconsciência científica da realidade social que possa expressar o entendimento da sociedade, o propósito de sua organização, funcionamento, modo pelo qual se produz, reproduz, forma e transforma.

O encontro, que acontecerá na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), no bairro da Tijuca, vai contar com mesas-redondas, minicursos, apresentação de trabalho dos estudantes e atividades culturais e esportivas.

Há 20 anos, o Enecs vem se constituindo em um importante espaço de discussão acerca da profissão, das metodologias aplicadas, do papel das universidades públicas para a sociedade brasileira e ainda a respeito da difusão e socialização do conhecimento acadêmico.

O que eles dizem...

"Queremos um Brasil com a cara do Betinho, e não com a cara do Malan."

Emir Sader, sociólogo, no debate "Parlamento Brasileiro: História e Perspectivas"

"Estamos assistindo a uma morte lenta e gradual do Parlamento, com a perda da auto-estima. O Congresso não exerce seu poder autônomo e a democracia enfrenta um processo de deslegitimação, com falta de debate qualificado e o Executivo como líder da pauta."

José Genoíno (PT-SP), durante discurso na Câmara dos Deputados

"Parece que o governo odeia os pobres."

Marcelo Deda (PT-SE), sobre o salário mínimo de R\$ 151

"O pobre do Brasil seria pobre em qualquer lugar, porque ele tem baixa produtividade."

Edward Amadeo, secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, durante o XII Fórum Nacional do BNDES

"Votei por minha consciência, contra a orientação do governo, contra a Medida Provisória dos R\$ 151. Respeito e quero que respeitem, antes de tudo, minha consciência. Que democracia é essa em que não se pode divergir?"

Deputado *Pedro Fernandes* (PFL-MA), sobre as ameaças do Executivo aos deputados da base governista que votaram contra o salário mínimo de 151 reais

"Falar em investimentos, em obras de infra-estrutura, em programas de indução do desenvolvimento é sonhar com o impossível nesta visão derrotista e atrasada do governo FHC."

Deputado *Eurípedes Miranda* (PDT-RO)

"O Brasil voltou a conviver com um governo autoritário, que não se identifica com as raízes históricas de Fernando Henrique"

Mário Soares, ex-presidente de Portugal

"O Brasil vive um Estado democrático de direito, mas não de fato. Quem submete o Legislativo, quebrou o país, jogou milhões de famílias na miséria e no desemprego, não tem condições para acusar os movimentos sociais de desvios da ordem democrática."

Geraldo Simões (PT-BA), deputado federal, sobre os ataques do governo federal ao MST

"Olhe para mim. Eu não sou nem nunca fui candidato. Não tenho ambição, não tenho paixão, vocação, filiação, sentimento de predestinação e outros requisitos para sê-lo."

Pedro Malan em entrevista a *Teresa Cruvinel* (O Globo)

Sobre as repercussões no Brasil dos problemas enfrentados pela economia norte-americana, declarou o presidente do Banco Central: "Estamos passando um momento extremamente desfavorável. Ainda temos fôlego para agüentar. Mas quanto pior lá fora, pior para o Brasil."

Armínio Fraga (O Globo)

"Pode ter havido prefeito tão honesto quanto o Maluf, mas mais do que ele não."

Do presidente nacional do PPB, *Paulo Maluf*, falando sobre si próprio durante encontro de seu partido

"Só há uma força capaz de mudar o Brasil: a força do povo que tem o direito, o sonho e a esperança de uma nova vida para esta nação."

Leonel Brizola

"Estamos indo de mal a menos mal."

Presidente *Fernando Henrique Cardoso*, na abertura do X Fórum Nacional

"Se eu próprio pudesse andar, eu voltaria à tribo. Não precisaria pagar imposto, não precisaria pagar renda (imposto de renda), pagar água. Aí eu poderia dormir tranqüilo. Aqui, não. Aqui é um inferno..."

Quem está batendo nos índios é Fernando Henrique, que chama a segurança nacional. Isso é uma vergonha para o governo brasileiro. Isso é triste. O que ele fez no passado, durante 500 anos. Ele está fazendo a mesma coisa que português fazia com índio."

Do líder indígena *Juruna*, ex-deputado federal pelo PDT

"Não somente eu, mas qualquer um ganha de ACM."

Ciro Gomes (*Cláudio Humberto* Tribuna da Imprensa)

A muitos surpreendeu a firmeza demonstrada por Fernando Henrique Cardoso diante dos rumos tomados pelas investigações da Operação Condor. A determinação do presidente em apurar a conexão brasileira na pavorosa aliança dos órgãos de repressão dos regimes militares da América Latina lembrou os bons tempos do professor Fernando Henrique nas fileiras de combate ao regime militar no nosso país. A presença de José Gregori no Ministério da Justiça tem muito a ver com esse reencontro do presidente com seu passado.

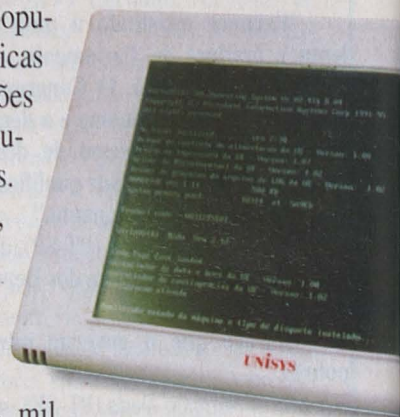
Teodomiro Braga (*Coisas da política*, Jornal do Brasil)

F R A U D E

Oswaldo Maneschy

A PARTIR DE 31 DE JULHO ENTRA NO AR, EM CADEIA NACIONAL DE TELEVISÃO, MAIS UMA NOVELA DESTINADA A SE TORNAR CAMPEÃ DE AUDIÊNCIA ENTRE MILHÕES DE BRASILEIROS. Só que esta, patrocinada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), não será de romance ou aventura; servirá para explicar à população como operar as urnas eletrônicas que o TSE vem usando nas eleições desde 1996, a título de agilizar a apuração e eliminar fraudes tradicionais. Nas eleições de outubro deste ano, as máquinas de votar substituirão totalmente, pela primeira vez, as cédulas de papel nas 315 mil seções eleitorais do Brasil, e 107 milhões de eleitores, usando 354 mil urnas eletrônicas, elegerão um total de 5.549 prefeitos e 57.316 vereadores, entre os 15 mil candidatos a prefeito e os quase 300 mil candidatos a vereador hoje existentes no país.

A falta de intimidade com a informática nos recantos mais longínquos e atrasados preocupa o TSE, daí a sua ofensiva para explicar, na forma de telenovela, como o eleitor deve usar a urna eletrônica para exercer o direito de escolher os dirigentes do país. Mas o microcomputador que o TSE chama de "urna eletrônica" é um ilustre desconhecido não só para os brasileiros menos alfabetizados: especialistas em informática também se queixam dele. É porque a Justiça Eleitoral, contrariando a lei que determina absoluta transparência do processo eleitoral, insiste em manter trancado a sete chaves o que denomina "bloco de segurança" do software usado pelo



LETRÔ

micro - fato que impede que os partidos políticos, legítimos representantes dos eleitores, fiscalizem a eleição. Hoje, como no tempo do fio do bigode, o que vale é a palavra do TSE. A urna eletrônica é inaudível.

Sem entrar no mérito da opção do TSE pela novela como a melhor forma de se dirigir aos brasileiros para que aprendam a exercer o direito máximo da cidadania que é o voto, é real a preocupação sobre o mau uso da máquina. O proble-

ma pode até provocar a anulação do pleito em alguns lugares, atrapalhando a trajetória até agora tranqüila do projeto do TSE de acabar com o voto de papel e substituí-lo pelo voto magnético.

As urnas eletrônicas começaram a ser usadas no Brasil em 1996. Naquele ano, os brasileiros das cidades com mais de 200 mil eleitores - na proporção de 1/3 do eleitorado - votaram nelas pela primeira vez. Em 1998, todas as cida-

des com mais de 40 mil habitantes, na proporção de 2/3 do eleitorado, usaram as urnas. Este ano, todos os 107 milhões de eleitores usarão as máquinas, do Oiapoque ao Chuí. Gente que jamais viu um disquete na vida terá que usar o computador. Preocupado, o TSE também está promovendo três eleições simuladas para conferir o grau de dificuldade dos eleitores: em Lavras, no extremo sul do Brasil; em Oiapoque, no extremo norte, e em Sirinhaém, no interior de Pernambuco.



Foto: Agência JB

"O fato de a urna eletrônica não fornecer comprovante impresso do voto equivale a fazer uma compra com cartão de crédito, não receber o comprovante e, no final do mês, receber um extrato apenas com o total a ser pago, sem discriminação das despesas e sem direito a contestar cobranças indevidas"

Senador Roberto Requião (PMDB/PR)

Técnicos advertem o TSE para as possibilidades de manipulação do voto eletrônico nas eleições

NICA nas eleições



O problema é que não existe em qualquer outro país no mundo algo comparável: eleição totalmente informatizada, do início ao fim, do registro do eleitor à totalização dos votos, passando pelo ato de votar, só existe no Brasil. Isto não significa, para quem entende de informática, que tenhamos alcançado um patamar tecnológico único ou tenhamos assumido a liderança mundial no domínio dos meios eletrônicos de votar. Afinal, voto eletrônico existe nos Estados Unidos, na França, no Japão, na Alemanha e em muitos outros países desenvolvidos. Mas sempre como apoio ao sistema tradicional, de cédulas de papel.

Ninguém foi tão longe quanto o Brasil na adoção da votação por computador devido aos complexos problemas de segurança que a questão envolve. É por isso que até nos países mais desenvolvidos o voto eletrônico ainda está em discussão, enquanto o Brasil já aposentou este ano a cédula de papel e a urna de lona. O eleitor brasileiro não tem opção: ou ele vota na máquina, ou não vota. Situação diferente, por exemplo, dos contribuintes do Imposto de Renda. A Receita Federal introduziu a declaração informatizada, mas a declaração tradicional, em papel, ainda é uma opção à disposição dos contribuintes.

Para brasileiros versados em informática - especialmente os que frequentam a lista de discussão Fórum do Voto Eletrônico (www.brunazo.eng.br/voto-e) que existe há três anos na internet - o Brasil ultrapassou de muito todos os limites da prudência - apesar das garantias do TSE de que a máquina de votar é segura e imune a fraudes.

O questionamento deles começa pela própria garantia da Justiça Eleitoral, que consideram uma heresia: para eles nada é inviolável quando o assunto é informática. Citam como exemplos disso a ação de *hackers* desviando fundos de contas bancárias particulares, mexendo com uma das partes mais sensíveis das pessoas - o bolso -; e a confu-

sa eleição peruana, onde a oposição vem fazendo sucessivas denúncias de que o presidente Fujimori queria um terceiro mandato a qualquer preço, nem que fosse fraudando as eleições.

Críticas

As críticas contra a urna vem se avolumando desde 1996, mas não conseguem chegar à opinião pública, porque a grande mídia não tem aberto espaço para elas. Os especialistas garantem que não há como auditar a urna eletrônica porque ela não emite documentos para isso. Eles também condenam os "testes" a que as urnas são submetidas pouco antes da eleição, na frente dos fiscais dos partidos, porque o programa de "teste" não é o mesmo que será usado na eleição. Outra crítica é que o TSE, com as urnas eletrônicas, eliminou etapas que tradicionalmente existiam no processo eleitoral e facilitavam a fiscalização.

O engenheiro de sistemas Amílcar Brunazo, especialista em segurança, criador e moderador do Fórum do Voto Eletrônico, é um dos maiores críticos da urna eletrônica. "Ela não é segura porque identifica o eleitor no mesmo ambiente magnético em que ele deposita o seu voto e também não permite auditoria externa ao TSE."

Aristóteles Gomes, outro profissional da área de informática assíduo frequentador do Fórum, considera uma impropriedade "até lingüística" chamar de urna o microcomputador desenvolvido pelo TSE para as eleições. "Urna, em latim, significa local onde se pode depositar algo que possa ser retirado a qualquer tempo; conteúdo previamente estabelecido que possa ser visto ou conferido." Exatamente o que não acontece na máquina de votar desenvolvida pelo TSE, que apenas totaliza os votos gravados magneticamente, argumenta. Aristóteles ressalta que não há mais voto a ser conferido, um a um, como acontecia na urna antiga. A nova, no final do dia, emite um boletim com to-

tais e só. Não registra os votos um a um, só os totaliza.

Mas em 1996, nas primeiras urnas eletrônicas, além do registro magnético, havia a impressão em papel - o que permitia ao eleitor conferir o próprio voto e também tornava possível a fiscalização independente ao TSE. Mas a impressão foi abolida em 1998, o que tornou impossível fiscalizar a urna por falta de documentos para isto.

O fato de aparecer na tela da máquina o nome, o número e a foto de determinado candidato na hora de confirmar o voto do eleitor não significa que ele receberá o voto. Um software desonesto pode totalizar o voto para outro candidato e, ao mesmo tempo, mostrar na tela o político que o eleitor escolheu. Não há limite para o que possa ser feito em matéria de software, daí a absoluta necessidade de controle externo sobre a eleição e os atos do TSE.

Márcio Teixeira, outro frequentador do Fórum, com a autoridade de ter sido um dos profissionais que desenvolveu o software das urnas eletrônicas fabricadas pela IBM, explica que o problema da segurança das urnas pode ser dividido em três partes: "Em primeiro lugar, a fraude interna, causada deliberadamente por alguém envolvido no processo, para fraudar ou prejudicar o processo eleitoral; em segundo, a quebra externa de segurança - alguém ou algum grupo não ligado ao TSE que altere o funcionamento ou o resultado de determinada urna eletrônica; e em terceiro lugar, erros de programação - causados não intencionalmente, mas com condição de alterar os resultados."

Na opinião de Márcio, uma das principais preocupações do TSE deveria ser "garantir que a versão correta dos softwares e dados estarão corretamente instalados em todas as urnas"; além de facilitar ao máximo para todos os partidos, portanto para os eleitores, a auditoria das urnas porque, na sua opinião, não existe processo 100% seguro e garantido contra erros.

Divino Leitão, outro frequentador do Fórum, lembra que antigamente as fraudes eleitorais aconteciam em áreas afastadas do interior do país, estavam ao alcance de todos e recorrer a elas ou não, além de questão ética, dependia da decisão do candidato de querer fraudar e correr riscos ou não. Agora, com as urnas, a fraude só está ao alcance de uns poucos. "Sabemos nós, macacos velhos de micros, que computadores não são confiáveis se não usarem sistemas abertos. Os programas das urnas, 'por questões de segurança', não o são."

Impossível auditar urna eletrônica

Sobre a insegurança da urna, em recente discussão no Fórum, Divino inventou uma historinha para reforçar os seus argumentos, num debate com Ed Gerck, funcionário da Módulo, outro listeiro. "Considere uma urna, numa cidade muito pequena, apenas com uns tantos eleitores. Eles votariam normalmente, sem qualquer problema grave, exceto o fato de um ou outro se atrapalhar com a máquina. Votos que seriam anulados para se chegar ao final da votação. Então seria gravado o disquete com a totalização da urna, que por sua vez seria encaminhado ao local do somatório geral. Logo depois teríamos o resultado na TV."

Divino continuou a historinha: "Mas o que aconteceria se ocorresse uma fraude? Digamos que todos os 100 habitantes dessa cidadezinha combinassem votar exclusivamente em Fulano para presidente, mas no final do dia a urna eletrônica, na totalização, mostrasse que o candidato Beltrano obteve 60% dos votos. As pessoas, indignadas, se reuniriam na praça para tirar a limpo a história e depois de repassarem um a um os votos, conversando entre si, afinal todos se conheceriam, concluiriam que, como combinaram, o candidato Fulano foi realmente o mais votado ape-

sar de a urna afirmar o contrário. Só restaria a eles gritar fraude! E chamar a imprensa." E mais nada, porque não há como auditar a urna.

No sistema em vigor, explica Divino, a urna só dispõe do espelho do que foi gravado no disquete da totalização, mais nada. E há um detalhe: o próprio disquete pode conter um pequeno programa de troca de votos. Depois da totalização, uma auditoria no programa da urna, com certeza, não leva a nada. Até porque ninguém sabe o que pode estar nos chips usados pela urna, informação que só as pessoas que a criaram e fabricaram sabem hoje, o que é um absurdo, na opinião dos especialistas do Fórum.

Por isso mesmo - explica Divino, concluindo a historinha - não adianta os cerca de 100 eleitores da cidadezinha jurarem para o resto do país que a eleição foi fraudada, nem mesmo no *Fantástico*, porque não terão como provar. O mal já estará feito e, com certeza, aparecerá alguém para dizer na imprensa que 60% dessas pessoas estão mentindo, reportando-se ao resultado da urna eletrônica. Não há defesa.

O próprio Divino garante que só há uma maneira de impedir que a historinha se torne realidade em outubro próximo: que as máquinas de votar, como faziam em 1996, emitam um comprovante impresso registrando o voto do eleitor. A volta do papel impresso é fundamental para a lisura da eleição, porque permitiria que as urnas fossem auditadas pelos partidos. Como está vale exclusivamente a palavra do TSE de que as eleições são limpas, honestas e seguras.

Há uma máxima em informática que diz que, quando um sistema depende exclusivamente da palavra de quem o controla, ele é intrinsecamente inseguro.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR), autor do projeto de lei 194/99 que está em discussão no Senado com o objetivo de aperfeiçoar o voto eletrônico, compara: "O fato de a urna eletrônica não fornecer comprovante impresso do voto equivale a fazer



Senador Roberto Requião: projeto de lei visando ao aperfeiçoamento do sistema de votação eletrônica

O comprovante impresso registrando o voto do eleitor deveria continuar a ser emitido pelas máquinas de votar, como em 1996. A volta do papel impresso é fundamental para a lisura da eleição, porque permitiria que as urnas fossem auditadas pelos partidos



TSE: Não há perigo no voto eletrônico

"O povo não será ludibriado na sua vontade e não há perigo algum de que alguém possa manipular o voto eletrônico". Com esta frase, pronunciada agora no último dia 7 de maio na sua cidade natal, Lavras do Sul, no interior do Rio Grande do Sul, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Néri da Silveira, resumiu as vantagens da informatização do voto no Brasil. Néri presidiu a singela cerimônia realizada na 6ª seção eleitoral de Lavras do Sul ao final da eleição simulada na qual 420 dos 6.762 eleitores da cidade testaram a urna eletrônica pela primeira vez.

Lavras é uma das milhares de pequenas cidades brasileiras onde as urnas eletrônicas, em outubro próximo, substituirão definitivamente as cédulas de papel. O TSE promoveu um teste semelhante em Sirinhaém, no interior de Pernambuco, e fará outro em Oiapoque, no extremo norte do Brasil.

Na noite anterior, empenhado no que chamou de "cruzada cívica pelo voto livre e pela eleição de homens honestos", Néri da Silveira fez palestra para os advogados da região pregando as vantagens da urna eletrônica.

Na ocasião, afirmou: "Não vai trabalhar para o povo o candidato que gasta mais na campanha do

que receberá de subsídios, se for eleito. Esse vai servir a grupos e a outros interesses, não a quem lhe deu o voto."

Após visitar em maio os estúdios onde será rodada a novela que o TSE começa a exibir a partir do próximo dia 31 de julho sobre as dúvidas dos eleitores no uso da urna eletrônica, Néri da Silveira assegurou que a Justiça Eleitoral "agirá com rigor para combater o uso da máquina administrativa e o abuso do poder político nas eleições municipais deste ano".

Na véspera da eleição presidencial de 98, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral declarou publicamente o seu apoio à reeleição de Fernando Henrique Cardoso, embora devesse ficar neutro pelo fato de ocupar um cargo de tanta significação eleitoral.

Muitos analistas compararam, naquela ocasião, a declaração de Néri com a polêmica atitude do então presidente do TSE, Francisco Rezek, que, depois de conduzir todo o processo eleitoral que levou Fernando Collor de Melo à presidência a República em 1989, afastou-se do TSE e tornou-se ministro das Relações Exteriores do recém-eleito governo. E que antes do término deste, estrategicamente se retirou do Ministério e, caso inédito no Brasil, tornou-se novamente ministro do Superior Tribunal.

uma compra com cartão de crédito, não receber o comprovante da despesa e, no final do mês, receber um extrato apenas com o total a ser pago, sem discriminação das despesas e sem direito a contestar cobranças indevidas."

O projeto de Requião determina que a urna eletrônica imprimirá, em cédula individualizada e não identificável, os votos dos eleitores, para que sejam conferidos antes de depositados em urna convencional. Se, ao conferir o voto, o eleitor não concordar com o impresso, solicitará sua anulação e repetirá a votação. Caso persista a divergência entre os dados eletrônicos e o voto impresso, a urna será submetida a teste por pelo menos dois fiscais de diferentes partidos ou coligações.

Verificado o problema, o fato deverá ser imediatamente comunicado ao juiz eleitoral para as providências cabíveis à continuação da votação e à abertura de inquérito criminal. Ao justificar seu projeto, Requião argumenta querer impedir práticas capazes de prejudicar o processo eleitoral. Mediante a simples exigência de que o próprio eleitor tenha certeza do candidato em quem votou, verificando seu voto impresso e previamente rubricado pelos mesários, qualquer possibilidade de fraude eleitoral ficará dificultada. Os votos, depositados em urna convencional, permitirão a recontagem em caso de suspeita de fraude.

Amílcar Brunazo, que assessorou Requião, explica com mais detalhes o problema: "Antes, a eleição passava

obrigatoriamente por quatro etapas, todas fiscalizáveis pelos partidos: identificação do eleitor, votação, apuração e totalização dos votos. Cada uma dessas etapas podia ser conferida por alguém de 'fora' da Justiça Eleitoral, para garantir a total lisura do processo. Com a adoção da urna eletrônica, as três primeiras etapas foram unificadas num único local e equipamento, continuando separada apenas a quarta etapa, a totalização."

Pelo fato de os documentos de controle das três etapas terem sido eliminados, não é mais possível "alguém de fora" do TSE conferir a apuração de cada urna. Elas são 350 mil este ano e se o software falsear a digitação dos eleitores, desviando votos, não há como



detectar a fraude. Isto porque, embora a lei garanta aos partidos políticos acesso a todas as etapas da votação, apuração e totalização, os partidos não têm acesso ao que o secretário de informática do TSE, Paulo César Bering Camarão, classifica de "bloco de segurança" da máquina, que, por determinação do TSE, é inacessível às pessoas de fora.

Para os críticos do voto eletrônico, o novo sistema escancarou as portas para novas e sofisticadas fraudes - muito mais graves do que as tradicionais. Fraudes que põem em risco a própria democracia - já que se tornou possível fraudar até uma eleição presidencial. Basta usar o software adequado.

Na visão de Brunazo, a própria democracia brasileira corre risco, porque a vontade de milhões de pessoas pode ser manipulada, pois todos os mecanismos de controle que a sociedade dispunha no sistema anterior, que envolviam milhares de pessoas, foram desativados.

"Alguns entendem que o voto eletrônico brasileiro seja sinal de pujança e desenvolvimento da tecnologia da informática, mas a prudência e o bom senso recomendam que este tema seja pensado com maior cuidado e profundidade", alertou Brunazo em palestra no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), São Paulo, em setembro do ano passado.

Os fiscais da Justiça Eleitoral

Citando o Código Eleitoral em vigor, Brunazo argumenta que, segundo o artigo 103, o sigilo do voto era, pelo menos em teoria, garantido no sistema antigo através do uso de cédulas únicas impressas em papel; o uso de cabine indevassável; a verificação das rubricas dos mesários nas cédulas; e o uso de urnas "largas" para receberem os votos, além da fiscalização em todo processo. Agora, com as máquinas, tudo se resu-

me ao artigo 61 da Lei 9.504, de 1997: "A urna eletrônica assegurará o sigilo do voto, garantindo aos partidos ampla fiscalização". O problema - explica Brunazo - é que honestidade não existe por decreto.

Os partidos políticos não podem auditar, por impossibilidade física e até por desconhecimento técnico, uma a uma, as 354 mil urnas eletrônicas que serão usadas em outubro. Mas o problema é maior: segundo a resolução 20.563 do TSE, de março último, os fiscais partidários acompanharão apenas a carga das tabelas contendo nome e número dos candidatos aos cargos municipais. Eles não terão acesso à carga dos programas e do sistema operacional das máquinas de votar.

Como não existe voto impresso, também nada garante que as máquinas funcionarão como deveriam funcionar, de forma isenta. A máquina de votar do TSE faz tudo. Trocou-se a segurança do processo eleitoral anterior pela velocidade e rapidez da proclamação dos resultados. Sem dúvida alguma um retrocesso, levando-se em conta que já em 1930, uma das bandeiras da Revolução foi o fim das fraudes eleitorais tão comuns nos tempos do coronelismo, enxada e voto - da República Velha. Para isto foi criada a Justiça Eleitoral.

A título de comparação com o que sucede em outros países, no estado da Virgínia, nos Estados Unidos, os fabricantes das urnas eletrônicas são obrigados a apresentar toda informação sobre o hardware e o software da urna a uma comissão composta exclusivamente por pessoas de fora do órgão executivo das eleições.

Não repassar os dados, como o TSE brasileiro faz, é considerado como desistência do fornecimento do equipamento. Os analistas da comissão especial, por sua vez, são obrigados a assumir compromisso, assinando um documento de que nunca revelarão para terceiros o conteúdo do que for classificado como "segredo" da urna.

**Um software
desonesto pode
totalizar o voto para
outro candidato e,
ao mesmo tempo,
mostrar na tela
o político que o
eleitor escolheu**

**Eleição totalmente
informatizada só há
no Brasil.
Nos outros países
desenvolvidos
existe voto
eletrônico mas
sempre como
apoio ao sistema
tradicional, de
cédulas de papel**

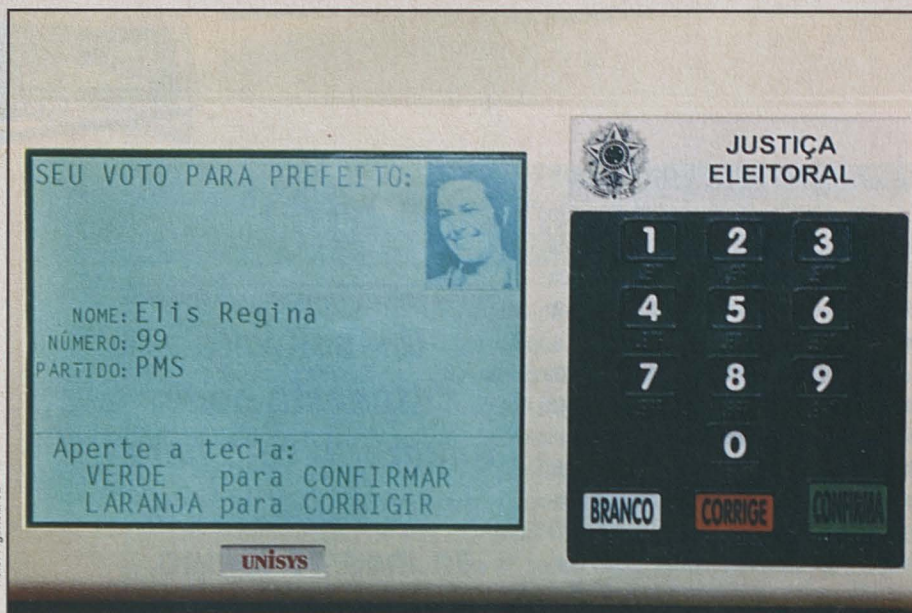


Foto: Agência JB

Os primeiros testes com urnas eletrônicas foram feitos em 1996, apresentando no lugar dos candidatos figuras do mundo artístico, como Elis Regina (foto). Quatro anos depois, todo o Brasil enfrentará a próxima eleição com voto eletrônico, apesar das críticas de especialistas em informática, que alertam sobre a insegurança do sistema

O sigilo do voto

Outro problema sério, na opinião de Brunazo, é a possibilidade de quebra do sigilo do voto eletrônico. Só o TSE, mais uma vez, garante que o voto continua secreto depois da adoção da urna eletrônica. É que ao chegar à seção para votar, o eleitor entrega o título ao mesário e este digita o número dele no teclado acoplado à urna eletrônica, segundo o TSE, para "disponibilizar" o equipamento para o voto.

"Quem garante que este simples procedimento não identifique o voto do eleitor, já que o número do título é digitado no mesmo ambiente que recebe o voto magnético?", questiona Brunazo. Segundo dele, a identificação do eleitor não precisa ser feita na urna, bastaria que prevalecesse o sistema antigo, da conferência de listas e documentos pessoais. O fim desse procedimento, garante Brunazo, garantiria sem qualquer dúvida o sigilo do voto - uma questão básica para a democracia.

Outro problema apontado, que reforça a argumentação pela necessidade de transparência, é que tecnicamente é muito simples inserir na máquina programas do tipo "ovo de páscoa", que, depois de rodarem dentro de outro, o

principal, desaparecem sem deixar vestígios. Esse subprograma simples transferiria os votos magnéticos de um candidato para outro e se apagaria sem deixar vestígios. Segundo Brunazo, quem é do meio sabe desta possibilidade, por isso é preciso dar transparência ao processo.

Para Brunazo e demais especialistas, os procedimentos de segurança são essenciais - tanto que o Banco Central obriga os bancos a guardarem em papel, por seis meses, todos os registros relacionados à movimentação das contas dos clientes. O registro magnético, por si, não é garantia de nada.

A fraude é possível e o mais recente exemplo disso é o que aconteceu no Peru. Em abril, Fujimori, com 49,9% dos votos apurados, estava quase ganhando a eleição presidencial no primeiro turno apesar das reiteradas denúncias de fraude feitas pela oposição. Quando os Estados Unidos e países da Europa se somaram ao coro dos insatisfeitos, inexplicavelmente, votos sumiram, mapas desapareceram e a vitória certa de Fujimori virou disputa de segundo turno. E a crise continuou porque o segundo colocado, com o apoio da comissão designada pela OEA para fiscalizar o pleito, exigiu que o software da totalização fosse auditado - e para

isto teria sido preciso adiar a eleição. Isso não foi feito e a credibilidade do segundo turno foi nula.

Na Venezuela, as eleições poderiam resultar em uma imensa confusão e até mesmo em conflitos, se fossem realizadas na data marcada, 28 de maio. O próprio Conselho Nacional Eleitoral, o TSE venezuelano considerou que as evidentes falhas técnicas no sistema de informatização poderiam resultar em erros e mesmo em fraudes. Uma empresa norte-americana, Electronic Systems & Software, encarregada da organização eletrônica das eleições, não cumpriu os prazos e deixou o sistema à mercê de manipulações do voto.

"Era temerário realizar as eleições com esses problemas técnicos", declarou o gerente de automatização do Conselho, Alberto Cárdenas. O próprio presidente, Hugo Chávez, que está à frente das pesquisas, considerou correto o adiamento que fora pedido por organizações independentes da sociedade civil. "A votação é como o lançamento de um foguete, que pode ser adiado para evitar uma explosão."

Aqui no Brasil, em 1989, o Partido Democrático Trabalhista solicitou ao TSE, na época presidido pelo ministro Francisco Rezek, que fosse feita uma auditoria internacional no programa de totalização dos votos. O TSE se recusou, mandou arquivar o processo. Lula ultrapassou Brizola por menos de 500 mil votos, no primeiro turno, e perdeu o segundo turno para Collor de Melo - candidato das elites.

Em se tratando de informática, todos os procedimentos precisam ser checados e conferidos por auditores externos para que não haja dúvidas. Amílcar Brunazo é bastante direto: "Chegou a hora de o Brasil discutir a política de segurança do voto eletrônico, sob pena de deixarmos para nossos filhos um arremedo de democracia, onde o eleitor jamais saberá em quem votou e a oposição não mais terá condições de conferir os votos". ■



PROCONSULT

Um caso exemplar

Os riscos do emprego da alta tecnologia sem fiscalização

Procópio Mineiro

A HISTÓRIA DAS ELEIÇÕES está repleta de casos de urnas sumidas, trocadas, apuradores infiéis, juízes suspeitos. Na apuração manual, contudo, sempre existia a possibilidade de uma recontagem, da comprovação de cédulas fraudadas.

Convém aqui recordar um caso que se tornou famoso pelas circunstâncias: o Caso Proconsult, nas eleições de 1982, no Rio de Janeiro, quando se elegiam governadores pelo voto direto, depois de um longo interregno de escolhas indiretas impostas pelo regime militar. Mais ainda: vários ex-cassados retomavam carreiras políticas interrompidas pela força 18 anos antes.

O Tribunal Regional Eleitoral decidiu informatizar a fase final da apuração, isto é, o somatório final dos mapas produzidos manualmente pelas juntas de apuração em cada zona eleitoral. A firma contratada para isso foi a Proconsult, que tinha entre seus especialistas pessoas ligadas ao Serviço Nacional de Informações (SNI) e a outros órgãos da chamada comunidade de informações. Sem que os partidos pudessem exercer seu direito de fiscalização, esse decisivo ponto da apuração representava uma alienação do voto, uma vez que o próprio TRE estava desapeado para garantir a lisura do somatório final e alienara seu dever de garantir a honestidade eleitoral, ao entregar a responsabilidade do veredito final do pleito a uma empresa particular.

Como chefe do Departamento de Jornalismo da Rádio Jornal do Brasil-AM, onde começava a implantar o sistema de jornalismo total, o chamado *all news*, ocorreu-me oferecer aos ouvintes uma apuração paralela, ágil, que desse a progressão dos números, em vez de esperar o calhamaço do TRE.

Com uma pequena equipe, integrada em grande parte de estudantes de jornalismo, foi possível oferecer inúmeros boletins diários formados do somatório dos mapas coletados nas juntas de apuração. Ao final do primeiro dia, tínhamos cerca de 2% dos votos totalizados e pude ousar a previsão de que Leonel Brizola era o vitorioso contra Moreira Franco, candidato do regime, inflado por uma campanha de marketing extraordinária.

No finalzinho da noite desse primeiro dia, o primeiro de uma série cada vez mais tempestuosa de telefonemas, que se estenderiam por mais seis dias, do responsável pela Proconsult, Arcádio Vieira. Como matemático, analisava minha apuração e concluía que a vitória final seria de Moreira Franco por "uns 60 mil votos". Os argumentos, porém, eram pouco matemáticos: falavam na elevada proporção de votos que seriam (seriam!) anulados na conferência final antes da entrada dos dados no computador. Ou seja, os mapas procedentes das juntas apuradoras iriam ser alterados, porque os pobres (eleitores do Brizola) não teriam competência para preencher com correção a cédula, muito complexa, pois a eleição envolvia também a escolha de senadores, deputados estaduais e fede-

rais, prefeitos e vereadores. Somado tudo, daria a vantagem de 60 mil votos para o candidato do regime militar.

Basicamente, foi essa a cantilena do homem da Proconsult nos infalíveis telefonemas, que chegaram às ameaças, nos últimos contatos. Foi uma semana tumultuada: de um lado, nós, da Rádio JB, com os números somados dos mapas do próprio TRE dando a vitória a Brizola; do outro, a Proconsult, com seu dirigente falante, e o Sistema Globo, afirmando a vitória de Moreira, com o suporte bombástico da televisão.

A Rádio JB dera um flagrante inesperado: revelara os números reais - o pronunciamento da maioria do povo - antes que a combinação dos "60 mil votos" se materializasse. No final da semana, enquanto Brizola se anunciava vencedor com base nos números da Rádio JB, o Sistema Globo recompunha seus números, aproximando-os da verdade. Um mês depois, imerso em crise, o TRE apresentou seus números: eram os nossos, com diferença de milésimos.

Do episódio, uma lição: a tecnologia pode estar também a serviço do mal. Se em 1982 a eleição estivesse totalmente informatizada, como tem sido nos últimos pleitos, a história teria sido diferente: não teria tido, com minha equipe, condições de oferecer a apuração paralela, que foi a verdadeira. O resultado teria sido outro, pois o sistema eletrônico fora manipulado para alterar a vontade popular. Os técnicos que hoje questionam os procedimentos impostos pelo TSE prestam, em minha opinião, uma extraordinária contribuição à democracia. ■

O Mercosul do Terror

A Câmara dos Deputados enfrenta o desafio de tentar uma investigação histórica sobre as mortes dos ex-presidentes João Goulart e Juscelino Kubitschek

FOI INSTALADA NA CÂMARA por proposta do deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) e decisão da Mesa, sob a presidência do deputado Michel Temer, uma Comissão Especial que investigará as circunstâncias que rodearam a morte do presidente João Goulart. Foi também decidida a investigação da morte do presidente Juscelino Kubitschek. Ambas as iniciativas têm o apoio das famílias dos ex-presidentes. Neste artigo, João Vicente Goulart, filho do ex-presidente João Goulart, analisa a morte de seu pai e, sobretudo, o contexto em que a mesma se verificou.

João Vicente Goulart*

Os Serviços de Inteligência da CIA, nos anos 70, através de diferentes frentes de operações, tais como a Aliança Anticomunista Argentina (AAA), o Comando Caça aos Comunistas (CCC), no Brasil, Fusna e Forças Conjuntas, no Uruguai, e Dina, Chile, funcionam

como braço da Operação Condor. Seus agentes participaram das ações organizadas pelos países do Cone Sul contra seus adversários políticos. O Brasil foi o primeiro a participar desta operação, que culminou na prisão, tortura, desaparecimento e morte de milhares de opositores das ditaduras do continente.

Dan Mitrone, lotado na embaixada norte-americana como assessor cultural,

tinha como atividade treinar em tortura os oficiais do Serviço Secreto das Forças Armadas uruguaias. No final dos anos 60, quando seqüestrado e morto pelos Tupamaros, foi denunciado que em seu pulso fora encontrado um relógio que continha um agradecimento especial pelos serviços prestados ao Doi-Codi brasileiro.

O senador Zelmar Michelini, da Frente Ampla do Uruguai, maior líder da esquerda desse país, e o deputado Héctor Gutiérrez Ruiz, presidente da Câmara de Deputados do Uruguai, foram torturados e assassinados pela Tríplice A (Aliança Anticomunista Argentina). Wilson Ferreira Aldunate, candidato à presidência do Uruguai, pelo Partido Nacional (Blanco), conseguiu fugir.

É do conhecimento público como procederam contra o general chileno Carlos Prats, ex-comandante das Forças Armadas, contrário ao golpe de Pinochet. E foram assassinados o ex-presidente da Bolívia, general Juan José Torres, em Buenos Aires, e o ex-ministro Orlando Letelier, chanceler no governo de Salvador Allende, em Washington, entre tantos outros.

Essas informações, embora conhecidas, estão nos documentos descobertos pelo professor paraguaio Martim Almada, uma das testemunhas arroladas pelo juiz espanhol Baltazar Garzón contra o ex-ditador Augusto Pinochet (um dos idealizadores da Operação Condor). Documentos da Dina, o serviço secreto chileno, comprovam que ela foi oficialmente criada em 1975, em reunião dos chefes dos aparelhos de repressão das ditaduras do Cone Sul em Santiago.

Duas décadas após o retorno à democracia, os países do Cone Sul buscam esclarecer a Operação Condor, que visava à colaboração entre as forças repressivas da região





Na época de sua morte, os militares brasileiros não permitiram que fosse realizada a autópsia no corpo de João Goulart

A decisão histórica de o presidente do Supremo Tribunal Federal brasileiro, Carlos Veloso, atender ao pedido da Justiça argentina para ter acesso aos arquivos de inteligência e segurança do Brasil, abre uma nova etapa na política externa e dos direitos humanos, parecendo, enfim, que o nosso país está dando um passo importante contra a impunidade e atingindo o respeito à vida.

Um comando da Operação Condor, com metralhadoras e os famosos carros-fortes Falcon argentinos, tentou seqüestrar Jango, que na ocasião estava ausente. Isso foi dois meses antes da sua morte,

em seu escritório do edifício Monte Cooper Bussines Center, quinto andar, na avenida Corrientes, em Buenos Aires, Argentina.

Assim, denúncias de que agentes da Operação Condor, cujo objetivo era eliminar personalidades que teriam influência no continente sul-americano depois da queda dos regimes militares, tenham sido responsáveis pela morte do ex-presidente João Goulart, são agora admitidas pela família.

Aplaudo a Comissão Especial Pluripartidária, criada para averiguar de vez o que ocorreu naquele distante dia 6 de

dezembro de 1976, na Fazenda La Villa, Corriétes, distrito de Mercedes, na República Argentina, quando ocorreu o falecimento de meu pai, o presidente João Goulart, que estava em companhia de minha mãe, Maria Thereza.

Seu corpo não sofreu autópsia e houve muito pouca aproximação ao caixão por parte da família. Não foi permitido, pelo governo brasileiro, que o féretro fosse trazido por terra para São Borja, no Rio Grande do Sul, nem que se realizassem luto oficial e divulgação. Na cerimônia religiosa, a igreja foi fechada e não houve autorização para que o povo se aproximasse de Jango.

Buscamos agora, então, a recomposição da Justiça. Ela teima em acontecer, mesmo que aqueles poderosos do Mercosul do Terror, que ceifaram vidas e mutilaram corpos, assim não desejem.

Os arquivos das Forças Armadas e das polícias federais do Brasil, da Argentina, do Uruguai e do Chile têm que servir para o esclarecimento definitivo do tombamento de tantas vítimas que acreditaram em liberdade e justiça social.

Hoje, quando se abrem as barreiras da economia, derrubando-se as taxas alfandegárias em nome do Mercosul, não podemos esquecer de derrubar também todas as ações que impedem o descobrimento da verdade para que não deixemos de lembrar aquilo que foi o Mercosul do Terror. ■

João Vicente Goulart, filho do ex-presidente João Goulart, cursou agricultura na Inglaterra, no Merrist Wood Agricultural College. É graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio Grande do Sul. Ex-deputado estadual pelo RS e ex-presidente do Instituto de Terra e Cartografia do Rio de Janeiro (Iterj), atualmente é secretário-adjunto de Agricultura do Rio de Janeiro. Acaba de fundar a ONG Centro de Estudos Sociais Presidente João Goulart (Cejan), cujo objetivo é preservar a documentação de João Goulart e deste período da vida política brasileira. Este projeto também irá produzir um site, uma biografia e construir um memorial

PROMOÇÃO PARA ASSINANTES

Indique um amigo e ganhe 20% de desconto na renovação

OLÍTICA • CULTURA • ECONOMIA • EDUCAÇÃO • SAÚDE • COMUNICAÇÃO • ENTREVISTAS • INFÂNCIA • SOCIEDADE • MEIO AMBIENTE • EMPRESAS • NEGÓCIOS • LAZER
ESPORTE • ATUALIDADES • LIVROS • CIÊNCIA • ARTE • TRABALHO • JUSTIÇA • DIREITOS HUMANOS • GLOBALIZAÇÃO • HISTÓRIA • MERCOSUL • TURISMO • TECNOLOGIA



A informação é um instrumento indispensável no século XXI

ENVIAR AO MEU AMIGO (assinale com um x)

CADERNOS MERCOSUL ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

DADOS DO ASSINANTE

Nome:
Código:

DADOS DO AMIGO

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: Tel.: Fax:
CEP: Profissão:
Empresa: Setor:
Data:

Cód. ANCAD: 002
Preço especial a assinante

PREÇO DA ASSINATURA (12 EDIÇÕES): R\$ 72,00

A pessoa indicada receberá grátis um exemplar da revista selecionada e, em se tornando assinante, quem o indicou terá direito a 20% de desconto na renovação de sua assinatura.

Preencha o cupom, *não esquecendo de assinalar qual de nossas publicações deverá ser enviada ao seu amigo*, e mande pelo correio à

✂ Editora Terceiro Milênio ou pelo Fax:
(0XX21) 252-8455

Ou faça seu pedido pela internet:
e-mail: etm@etm.com.br
www.etm.com.br



Novo endereço:
Rua Conde de Lages, 44
Gr. 508 a 510 - Lapa
Rio de Janeiro - RJ
Brasil - CEP 20241-080

Tel.: (0xx21) 221-7511

Prioridade para a Amazônia

O almirante Fortuna, ex-comandante da Escola Superior de Guerra, pede reativação do projeto Calha Norte e operacionalização do Sivam, ao lado do reforço da presença de unidades da Marinha, Exército e Aeronáutica para garantir a soberania brasileira na extensa e singular região



Fotos: Proclio Mineiro

A HISTÓRIA DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS se entrelaça com a da Amazônia, na opinião do almirante-de-esquadra Hernani Goulart Fortuna, ex-comandante da Escola Superior de Guerra (ESG).

Há 200 anos, os militares estão lá para garantir o que hoje representa cerca de 50% do território brasileiro. Mas só agora, com o fim do bloco soviético e a hegemonia absoluta dos Estados Unidos - na sua opinião - é que os brasileiros começaram realmente a perceber como foram descuidados com a Amazônia, patrimônio único no mundo.

Fortuna acha fundamental que cada brasileiro conheça a fundo a realidade da Amazônia para que seja possível desenvolver e integrar a região ao Brasil.

Nesta entrevista, o militar fala de privatizações, de intervenção externa, da importância de o Brasil buscar soluções próprias para garantir a sua soberania, até mesmo a fabricação de armas nucleares.

Por que, para o senhor, privatizações como a da Embratel e do Projeto Carajás afetam a nossa soberania?



"A venda da Embratel foi um erro extremamente grave. Não estou falando da telefonia brasileira, que talvez até tenha um custo menor - isto não é questionável. No entanto, é profundamente questionável a perda do controle sobre a empresa dona absoluta do sistema de satelitização do Brasil"

Almirante Fortuna - O motivo é que o inventário da Amazônia não está pronto. Este estudo vem sendo feito desde a criação do Projeto Radam, na década de 70, e continuará quando estiver em operação o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), parte do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam).

O inventário da Amazônia, especialmente o do subsolo, está incompleto devido às dimensões e ao isolamento da região, e preocupa o Brasil desde os tempos de José Bonifácio, no Império.

Preocupam privatizações como a do Projeto Carajás, uma das seis gran-

des províncias minerais da Amazônia já identificadas, mas desconhecidas no conteúdo. A partir de agora, metade das descobertas minerais feitas no subsolo de Carajás pertencerão à Vale do Rio Doce privatizada. Ou seja: alienamos patrimônio nacional sem conhecê-lo, fato grave.

Quanto à Embratel, é importante entender que, para a proteção da Amazônia, é fundamental a integração de sensores instalados em plataformas aéreas, sejam dirigíveis, helicópteros, aviões ou satélites - especialmente satéli-

ção do Brasil. O conhecimento da realidade amazônica, por exemplo, ficou prejudicado.

Qual o melhor caminho para evitar uma intervenção estrangeira na Amazônia?

AF - Existe um temor, verdadeiro, de que a cobiça internacional prejudique a soberania e as decisões brasileiras sobre a Amazônia. Pois que se dê, então, prioridade à Amazônia, até porque ela representa cerca de 50% do territó-

rio nacional. Antes, a Embratel era senhora absoluta da satelitização do território brasileiro. Tínhamos, de forma independente, tecnologia e soberania. Agora a soberania é parcial, porque deixamos de ter independência nas comunicações, nas informações e no que diz respeito aos conceitos de tecnologia.

Hoje, repartimos isso com o novo controlador da empresa. E perde quem não controla 100% da informação. A venda da Embratel foi um erro extremamente grave. Não estou falando da telefonia brasileira, que talvez até tenha um custo menor - isto não é questionável. No entanto, é profundamente questionável a perda do controle sobre a empresa dona absoluta do sistema de satelitiza-

rio nacional. Não podemos abrir mão de metade de nosso território. Temos que dar prioridade absoluta ao desenvolvimento dessa região, com urgência. Não através de uma visão pontual, de pólos de irradiação.

A Amazônia precisa de eixos de desenvolvimento integrados, onde possamos trabalhar telecomunicações, informática, telemática, logística e principalmente energia.

Isso tudo é necessário para que as muitas vocações da Amazônia - a agrícola, a mineral, a energética, a da piscicultura e a do turismo - se reflitam no desenvolvimento do amazônida e facilitem a integração da Amazônia ao Brasil. Não podemos trabalhar com pólos

de desenvolvimento limitados no espaço e no tempo. Precisamos de eixos de desenvolvimento. Eles asseguram integração e segurança, fatores fundamentais para preservarmos nossa soberania na Amazônia.

O senhor vê preconceito na mídia brasileira sobre a Amazônia?

AF - Vou falar com franqueza, há. A mídia considera de fundo ou de natureza militar ações que objetivam o desenvolvimento, a preservação e a conso-

flete na ausência de informações, no resto do Brasil, sobre a Amazônia. Basta tomar o seminário da Escola Superior de Guerra como exemplo. Os grandes jornais do Rio e de São Paulo nada escreveram sobre o que foi discutido aqui, embora o assunto seja da mais alta relevância para o país.

Como vê a capacidade militar do Brasil na Amazônia?

AF - Teremos boa capacidade de defesa, se reativarmos o Projeto Calha

Nesse quadro, como analisar o Projeto Aramar?

AF - Ele é fundamental. Dominamos o ciclo do enriquecimento do urânio, basta um pouco mais de recursos. Urânio enriquecido a 2% serve para reator de prova; enriquecido a 20% serve para reator nuclear de potência e a 95% serve para uma bomba A. Já dispomos dessa tecnologia. Quem faz a 2%, faz a 5%, a 20% e a 95%. O problema se resume a recursos, para que tenhamos maior número de ultracentrifugadoras em sé-

"O ambiente, a atmosfera e as condições peculiares da Amazônia são muito difíceis de serem ultrapassados. Não adianta força bruta. É muito mais difícil ocupar a bacia amazônica do que o Vietnã pelo delta do rio Mekong, como tentaram e fracassaram os norte-americanos"



lidação de nossa soberania na Amazônia. Isso aconteceu, por exemplo, com o Projeto Calha Norte - rotulado de "militarização da Amazônia" - embora abranja, além das Forças Armadas, a Polícia Federal, o Ibama, a Receita Federal e a Funai. A idéia básica é permitir que a atuação conjunta desses órgãos leve ao extremo norte do país a presença do Estado brasileiro.

Na região, há milhares de quilômetros de fronteira sem a presença física de uma única autoridade brasileira que seja. É preciso compreender que, na Amazônia, as Forças Armadas são a principal presença do Estado brasileiro há 200 anos. Não é uma questão de militarização. O preconceito da mídia se re-

Norte, se não interrompermos o Projeto Sivam, se colocarmos na Amazônia aquele mínimo de efetivos programados em termos de Exército, Aeronáutica e Marinha. A Amazônia é um cenário profundamente adverso para quem não é de lá, e não existe outra no mundo. Temos que montar a dissuasão com recursos que não prejudiquem o nosso desenvolvimento, criando e encontrando soluções nossas, brasileiras. O ambiente, a atmosfera e as condições peculiares da Amazônia são muito difíceis de serem ultrapassados. Não adianta força bruta. É muito mais difícil ocupar a bacia amazônica do que o Vietnã pelo delta do rio Mekong, como tentaram e fracassaram os norte-americanos.

rie. A bomba é uma decisão política. A bomba não é uma decisão da Marinha, faz parte de um projeto nacional. O Brasil precisa querer.

Então, podemos ter a bomba?

AF - Temos essa capacidade. Por que sermos diferentes da Índia ou do Paquistão? Será que esses dois países merecem maior prestígio internacional do que nós, que desenvolvemos a oitava economia do mundo? Se a Índia e o Paquistão, soberanamente, decidiram se tornar potências nucleares, por que o Brasil precisa se envergonhar de sua capacidade de também alcançar essa condição, se quiser? (Osvaldo Maneschy) ■

Pacto amazônico precisa ser *reativado*

As nações que dividem a região esqueceram o tratado que abriria caminhos para o desenvolvimento equilibrado e a integração

A REATIVAÇÃO DO PACTO AMAZÔNICO, firmado em 1978 mas que nunca saiu do papel, é uma providência estratégica para os países sul-americanos que abrigam a Amazônia. Quem garante é o general Carlos de Meira Mattos, que fez essa afirmação durante debate promovido pela Escola Superior de Guerra. No painel "Pacto Amazônico", ao lado do jornalista Márcio Moreira Alves e do professor Oliveiros Ferreira, da PUC paulista, o especialista em estratégia militar destacou que "os países amazônicos precisam se conscientizar de que o desenvolvimento é uma questão de segurança nacional diante da pressão internacionalista".

Meira Mattos lamenta que hoje, 21 anos depois da assinatura do tratado acertado na gestão do chanceler Azere do da Silveira, pouco se tenha avançado - especialmente no comércio pan-amazônico. "Não há mais tempo a perder: Implantar o Merconorte, no molde do Mercosul, é o grande desafio para o Brasil nesta virada de milênio."

"Ninguém ignora a pressão internacionalista sobre a Amazônia, contestando a soberania dos países da área. As grandes potências, através das organizações não-governamentais, patrocinam essas idéias. Hoje, muitos pensam que existem áreas geográficas no mundo - e a Amazônia é a mais expressiva delas - que devem servir à humanidade e não aos

interesses das nações a que esses territórios pertencem. Vemos isso todos os dias nos jornais, nas revistas e na televisão. Não devemos nos espantar com essas teses; precisamos é de argumentos para nos defender", observou Meira Mattos.

Lições da geopolítica

O professor Oliveiros Ferreira acrescentou que, há 10 anos, os brasileiros viam a Amazônia como parte do Brasil e simplesmente não aceitavam palpites. E lembrou o discurso do general Ernesto Geisel na assinatura do Pacto Amazônico, especialmente na parte em que ele disse que o melhor antídoto para a idéia de internacionalizar a Amazônia era a regionalização da proteção da área: "A Amazônia compete aos países que a partilham", garantiu Geisel.

Mas, no Brasil de hoje, tudo o que diz respeito ao Estado nacional é desdenhado, especialmente estratégia e política, argumentou Oliveiros Ferreira. Para ele, esquecemos as lições básicas da geopolítica e a máxima napoleônica de que os Estados fazem a política de sua geografia. "O Brasil continua no mesmo lugar, mas foi afetado pela progressiva perda de influência da

América Latina no contexto internacional", argumentou. Em termos de comércio mundial, os latino-americanos são responsáveis hoje por apenas 3% das trocas internacionais, embora detivessem 12,5% nos anos 50, lembrou o professor.

Na opinião de Oliveiros, o Brasil e os países amazônicos precisam voltar-se para si próprios. "Não serão os irmãos do Norte industrializado que nos darão pronta e acabada a chave da civilização nos trópicos", observou. Por isso, vê necessidade de o Brasil desenvolver tecnologia autóctone e trabalhar por um novo pacto amazônico. "As guerras do futuro se travarão em torno da água.

Ernesto Geisel:
'A Amazônia compete aos países que a partilham'





O seminário da ESG sobre a Amazônia revelou a importância da colaboração regional para garantir as soberanias e o desenvolvimento

Se considerarmos nossa água patrimônio da humanidade, apenas abasteceremos o mundo", concluiu.

Biodiversidade

O jornalista Márcio Moreira Alves fez um relato de suas viagens à região. Lá ele confirmou sua impressão de que a Amazônia era, principalmente, "terra de milico e de padre, da espada e da cruz, como nos primórdios do Brasil". Elogiou o Projeto Calha Norte, que considerou fantástico, e manifestou a sua preocupação: "Se não ocuparmos a Amazônia, teremos problemas."

Moreira Alves explicou que, na sua opinião, o Brasil precisa explorar, imediatamente, a biodiversidade local para

impedir que princípios ativos de nossa flora e da nossa fauna continuem a ser patenteados por estrangeiros.

Sobre o perigo da criação de uma nação ianomâmi independente na fronteira com a Venezuela, o jornalista observou que quem conhece os ianomâmis não acredita nisso, porque "eles são muito primitivos; não têm a mínima articulação política; são gente da Idade da Pedra". O que o Brasil deve fazer é ajudá-los, dar-lhes melhor atendimento de saúde, impedir que lutem entre si, não permitir que garimpeiros invadam suas terras.

Oliveiros Ferreira interveio, por considerar a preocupação precedente, não por causa dos ianomâmis, mas pela possibilidade de se transformarem em instrumentos de terceiros. Citou, como

exemplo, a "emenda suíça" discutida na Constituinte de 1988. Cidadãos suíços fizeram um abaixo-assinado, lá, para inclusão na Constituição brasileira de artigo que reconhecesse como nações as tribos indígenas brasileiras.

"Minha tese é um pouco conspirativa: já que alguém na Suíça se deu ao trabalho de colher assinaturas para uma emenda à nossa Constituição, quem me garante que o presidente Bill Clinton, que declarou que os Estados Unidos têm o direito de intervir onde quiserem em defesa dos direitos humanos, com ou sem as Nações Unidas, não pode considerar um atentado aos direitos humanos dos ianomâmis o fato de eles viverem na Idade da Pedra?" (Oswaldo Maneschy) ■

Uma baía mais protegida



Fotos: PETROBRÁS/ANDRÉ HAVT

O acidente da Reduc obrigou a Petrobras a desenvolver um projeto de emergência que contou com o apoio da sociedade civil para evitar o alastramento da mancha de óleo

Sérgio Meireles

O DESASTRE AMBIENTAL de janeiro passado na baía de Guanabara, que comoveu o país e boa parte do mundo, serviu para que a Petrobras reconhecesse ter chegado a hora de conquistar na área do meio ambiente a mesma eficiência tecnológica que a tornou líder mundial em exploração e produção de petróleo em águas profundas.

"Daqui para frente, o monitoramento da baía de Guanabara deverá ser permanente e integrado, cada vez mais, ao Programa de Despoluição da Baía", promete o presidente da empresa, de petróleo, Philippe Reichstul, ao trazer à tona o fato de que a estatal investe atualmente no país em 248 projetos sociais e ambientais.

Reichstul comprometeu-se perante o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, o governador Anthony Garotinho e o prefeito Luiz Paulo Conde assinar em 180 dias, a contar de fevereiro último, termo de ajuste ambiental envolvendo todas as atividades da Petrobras no estado do Rio. Esse termo será mais um passo para manter os padrões mais altos de segurança e qualidade.

A empresa pagou 35 milhões e 700 mil reais dos 51 milhões de reais em multas aplicadas pelo Ibama pelo acidente, e depositou o valor do desconto de 30% (15,3 milhões de reais) que obteve por ter honrado sua dívida em dia, em conta especialmente aberta pela companhia em nome do Fundo Ecológico Baía de Guanabara. Um grupo gestor formado por órgãos ambientais se encarregará da aplicação dos recursos.

Acidente na baía de Guanabara obriga a Petrobras a rever a sua política ambiental

A companhia, com pressa em concluir o processo indenizatório, evitou questões judiciais e acabou, entre pescadores e moradores locais, ressarcindo e beneficiando com cestas básicas mais de 8.500 pessoas, baseada nas informações repassadas às assistentes sociais. Barcos, redes de pesca e outros apetrechos foram recuperados ou comprados para reposição aos seus donos. A ajuda de custo paga em bancos credenciados aos pescadores variou de 150 a 500 reais e foi estendida de um mês para 45 dias, para facilitar a colocação do produto no mercado. Foi feito, também, um levantamento dos "currais de pesca" na região, sendo catalogados 545, todos construídos sem autorização ou qualquer documentação.

Ao lembrar, sem isentar a empresa de culpa, que "acidentes, numa indústria de alto risco como a de petróleo, acontecem em todo o mundo", Reichstul informou que, de todo o petróleo derramado no mar, no mundo, a produção e exploração contribui com 2%; os despejos industriais e a contaminação urbana, 37%; fontes naturais, 7%; operação de navios em geral, 33%; incidentes com petroleiros acidentados, 12% e efeitos atmosféricos que ajudam a jogar óleo no mar, 9%.

No caso da baía de Guanabara, especialistas acreditam que a temperatura favorecida pelo verão e as descar-



Foto: Steferson Faria

De forma simultânea ao trabalho de recuperação das áreas atingidas, que contou com a assessoria da química inglesa Karen Purnell (foto ao lado), a companhia ressarciu, entre pescadores e moradores locais, mais de 8.500 pessoas que por causa do acidente perderam a sua fonte de trabalho. A ajuda de custo variou de 150 a 500 reais



gas de material orgânico e de lixo na baía desenvolveram uma colônia de bactérias que estaria degradando o óleo mais rapidamente. O óleo, assim, teve uma parte consumida pelas bactérias, outra que se evaporou, devido à baixa profundidade e pouca movimentação das águas da baía, e uma terceira, cerca 33% do volume vazado, coletada. O resto aderiu aos costões.

Com base na densidade do sal e do óleo na baía, a química inglesa Karen Purnell Karen rejeita a hipótese de decantação. Cerca de 2,5 mil das oito mil toneladas de lixo, areia e óleo retiradas das praias foram encaminhadas para uma central de separação e tratamento de resíduos da Refinaria Duque de Caxias (Reduc).

A Reduc, segundo Reichstul, despeja 280 quilos de efluentes oleosos por dia na baía de Guanabara, volume correspondente a 58% da carga máxima de 480 quilos/dia estabelecida pela Feema. Esse valor é cinco vezes menor do que permite a resolução 20/86 do Conama. Nesse particular, a Reduc ainda não chegou ao nível das refinarias norte-americanas, que contribuem para a poluição, em média, com 5 gramas de óleo por tonelada de carga processada, admite o presidente. A Reduc despeja 7 gramas de óleo por tonelada processada, ficando muito abaixo da média das refinarias européias que contribuem com 40 gramas por tonelada. Quanto ao número de vazamentos registrados, a Reduc passou de 10 ocorrências em 1997, incluindo navios e terminais, quando foram derramados 911 mil litros de óleo na baía, para quatro no ano passado, com 4 mil litros. Isso, sustenta Reichstul, mostra que a companhia, atualmente detentora de 15 certificações ISO 14000, número altíssimo para empresas de seu setor, vem melhorando o controle e a segurança ambiental nos últimos anos.

O acidente de janeiro, porém, interrompeu esse histórico de melhoria de resultados. ■



Fotos: Divulgação Bof Pirlampo

A magia do bumba-meu-boi

Nonato Reis

*A beleza das fantasias,
a profusão das cores,
a dança dos bailantes,
a poesia dos versos que
embalam as toadas,
na magia das noites
de São João*

NO MARANHÃO, estado encravado no meio-norte brasileiro, o mês de junho é dos santos e dos terreiros. Não há cidades, vilas ou povoados que resistam à sedução de matracas, zabumbas, metais e pandeirões, reunidos na grande chegada do bumba-meu-boi, a brincadeira trazida pelos portugueses para esquentar as noites monótonas do Brasil colonial e firmar-se, séculos depois, como elemento de ponta do folclore nacional, especialmente das regiões norte e nordeste.

Embalado pelo ritmo forte da percussão e pelo som melodioso de clarinetas, pistões e trombones, o bumba-meu-boi reina absoluto nas noites juninas do Maranhão. Começa no dia 13, com Santo Antônio; ganha embalo às vésperas de São João (23), atinge o apogeu com São Pedro (29) e faz o famoso "lava-pratos" com São Marçal (30), quando a boiada guarnece ao longo da avenida João Pessoa, na capital, São Luís, formando um imenso corredor apoteótico.

É boi para todos os gostos e de sotaques diversos. Tem o de Matraca, que evolui sob o estalar unísono de pedaços de madeira;

o de Zabumba, de forte percussão e ritmo acelerado; o de Pindaré, de cadência marcada e singular plasticidade; e o de Orquestra, que toca o espírito e o coração, com a magia dos sons produzidos pelos metais. Some-se a essa mistura instrumental a beleza das fantasias, a profusão das cores, a dança dos bailantes e, é claro, a poesia dos versos que embalam as toadas.

Pirilampiou no terreiro

A apresentação de bumba-meu-boi é um show inesquecível, ainda mais quando se tem o privilégio de assistir a todas as vertentes reunidas num só espetáculo. É nesse ambiente alegórico que impera o Boi Pirilampo, um novilho de apenas quatro anos que tem cruzado os terreiros de São Luís com o brilho de uma estrela de primeira grandeza. A música que abre o mais recente CD do grupo, *Esqueça*, foi a mais tocada nas emissoras de rádio e também a mais solicitada nos sistemas de som dos arraiais de 1999.

Fruto da dissidência de outro grupo e comandado por Renato Dionísio, um empresário apaixonado por cultura popular (ele é dirigente da escola de samba tricampeã do carnaval maranhense), o Boi Pirilampo caiu na graça dos festejos juninos por uma série de razões, dentre as quais o nível de organização e a concepção democrática.

Segundo Renato Dionísio, no Boi Pirilampo todos têm vez. "Não fechamos as portas para ninguém. Se tem talento, pode vir que aqui tem lugar", avisa. Uma prova do que ele diz está nas faixas dos quatro discos do grupo, assinadas por uma legião de compositores, famosos e anônimos. Gente bamba como Josias Sobrinho, Vovô, Wellington Reis, Zé Lopes, Serginho Barreto, Luiz Pedro, Samy do Cavaco, José Raimundo Gonçalves e tantos outros.

José Raimundo é uma lenda à parte. Ele é o criador do nome do boi e autor de músicas memoráveis, com destaque para *Esqueça*, espécie de hino da

boiada, que ele assina em parceria com o compositor Oberdan Oliveira.

Simbiose de ritmos

Democracia e disciplina são fundamentos importantes, mas não explicam por si o sucesso do Boi Pirilampo. Na verdade, a força do grupo está mesmo na forma e na essência. O Pirilampo se-

"O Pirilampo seduz pela alegria contagiante e bom gosto das fantasias. Outro motivo do sucesso são as toadas, cantigas populares, temperadas com uma forte pitada de lirismo"



duz pela alegria contagiante que emana de seus bailantes, pelo brilho e bom gosto das fantasias, pelo impacto das cores predominantes - o amarelo e o preto, simbolizando o dia e a noite - e pela simbiose de ritmos.

Quem assiste aos espetáculos dificilmente resiste ao encanto de metais, matracas, zabumbas e pandeirões, reunidos num casamento perfeito. "É isso que nos diferencia dos demais grupos e é isso que explica a nossa empatia com o público", define José Raimundo Gonçalves.

Não só isso. Outro bom motivo do sucesso do grupo está nas toadas (cantigas populares), temperadas com uma forte pitada de lirismo. Como nos versos de *Abre janelas*: "A saudade mata a gente/se o amor não tá por perto/coração fica doente." Ou de *Bela Tapuia*: "Bela Tapuia, minha vida, meu amor/és farol do meu destino/encanto de linda flor." Ou ainda de *Sorriso de menina*: "Lua/chama essa menina/prá brincar no meu terreiro/seu sorriso me ilumina/meu amor é verdadeiro."

Diferença é a palavra predominante no Boi Pirilampo em relação aos grupos tradicionais. Até mesmo no auto do boi. O roteiro original conta a estória de Catirina, esposa de um vaqueiro, Pai Francisco. Grávida, ela sente desejo de comer língua de boi. Escolhe o novilho de estimação do dono da Fazenda (o Amo) e convence o marido a cortar a língua do animal. O boi morre. Pai Francisco é levado à presença do Amo. Chamado o curandeiro, ele consegue ressuscitar o novilho. Feliz, o Amo perdoo Pai Francisco e promove uma grande festa na fazenda.

O auto do Pirilampo é só poesia. Descreve um reino que tinha a paz e a harmonia como fadas. Um dia a claridade, dona do reino, ordenou que as duas viessem ao mundo iluminar o coração dos homens, mas estes, dominados pela inveja e cobiça, escureceram os caminhos. As fadas se perderam. A claridade chorou. Uma lágrima caiu sobre um pequenino pirilampo que se agasalhava no lombo de um touro encantado, que habita as praias do Maranhão.

O pirilampo e o touro fundiram-se num só personagem para tentar encontrar as filhas da claridade. Com seu pingente de luz, o Boi Pirilampo aproveita o crepitar das fogueiras juninas para percorrer os terreiros de São Luís na eterna busca da paz e da harmonia para, finalmente, colocá-las no coração da humanidade. E nessa busca, o boi cruza os arraiais da cidade feito estrela cadente, irradiando graça e beleza. ■

Villa-Lobos

Uma vida de paixão

Zelito Viana, diretor do filme sobre o grande compositor brasileiro, se identifica com ele no amor ao país, que Villa-Lobos expressou fortemente em sua obra

Stella Maris C. Mendonça

Fotos: Robert Schwenc

JOSÉ VIANA DE OLIVEIRA E PAULA, o cineasta Zelito Viana, tem em seu currículo a formação acadêmica em engenharia civil, profissão que abandonou em 1965 para dedicar-se a outros engenhos - a mágica cinematográfica. Diretor de televisão, Zelito ainda é o produtor de mais de uma dezena de filmes (entre eles *Terra em transe*, *Dragão da maldade contra o santo guerreiro*, de Glauber Rocha, e *Cabra marcado pra morrer*, de Eduardo Coutinho) e vários curtas-metragens, como o premiado *Choque cultural*. Sem filmar desde 1984, quando fez *Avaeté*, ele acaba de lançar *Villa-Lobos - uma vida de paixão*, a respeito do qual nos concedeu esta entrevista.

✓ **Villa-Lobos é o primeiro longa-metragem sobre um grande artista nacional e o primeiro no mundo sobre o maestro. O ineditismo e a qualidade de seu filme são garantia do sucesso aqui e lá fora?**

Zelito - Villa-Lobos é o artista latino-americano mais importante do século XX. É ainda pouco conhecido porque, como todo músico erudito do século XX, sofre problemas de compreensão. A música clássica domina o século

XIX, com Beethoven, Bach. Talvez o século XXI seja o século do Villa-Lobos. É muito conhecido nos Estados Unidos, no Japão e na França, onde viveu muito tempo, vendeu direitos autorais e fez uma extensa gravação na rádio francesa, grande parte transformada em seis CDs.

Nos Estados Unidos fez músicas para filmes em Hollywood e dirigiu uma orquestra em Louisiana, no final da vida. Aqui as pessoas o conhecem de nome, mas não sua obra. Muitas, ao verem o filme, dizem: "Essa música é do Villa-Lobos? Eu não sabia!" A música popular brasileira vem dele; é filha direta do Villa-Lobos. Antônio Carlos Jobim era filho direto do Villa-Lobos. Sua harmonia e arranjos influenciaram a música brasileira. Espero que o filme alargue o espectro do conhecimento do Villa-Lobos para um público maior. No carnaval de 99, contamos com a ajuda da escola de samba Mocidade Independente de Padre Miguel, da qual Villa foi tema do samba-enredo. Eu não acredito que o filme seja para o grande público, mas ajudará a tornar a riqueza de sua vida e obra mais conhecida.

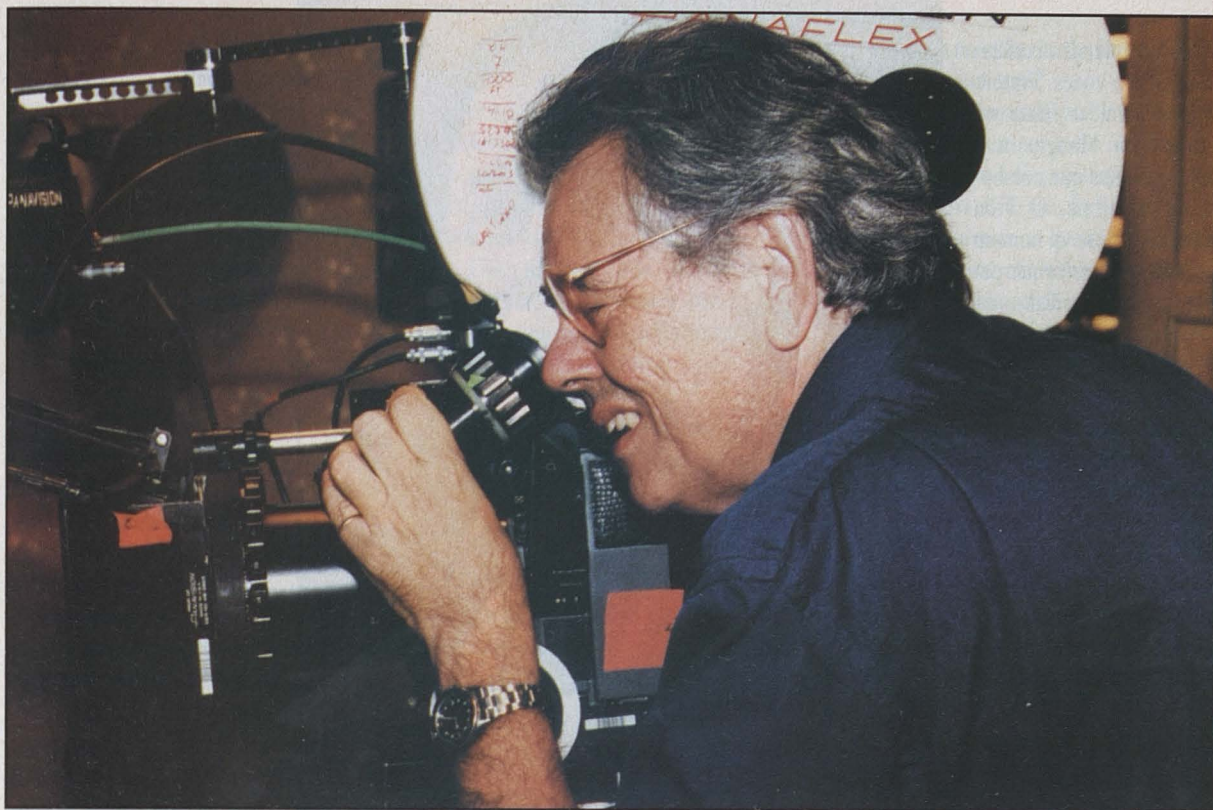
✓ **Ele nasceu no dia 5 de março de 1887 e você escreveu o argumento do filme em 1987 com Joaquim de Assis, como parte do "Projeto Villa 100 anos". Acredita que o filme vai despertar o público para o valor do nosso país?**

Zelito - Sim. Villa era um amante fervoroso do Brasil. Ele dizia que o coração é um metrônomo da gente e que



Pintura do compositor brasileiro, assinada pelo artista russo D. Ismailovitch, exposta no Museu Villa-Lobos

Foto: Stella Maris C. Mendonça



Zelito Viana, diretor do filme sobre a vida de Villa-Lobos, diz identificar-se com o grande compositor brasileiro em seu amor pelo país

o mapa geográfico do Brasil tem a forma de coração; o Brasil é o metrônomo da humanidade. Somos um dos poucos países com uma música própria, reconhecida internacionalmente. Isto se deve, em parte, à mistura de raças.

Mas nossa auto-estima está muito em baixa, não só por questões de natureza política e econômica. Espero que o filme venha aumentar a auto-estima. Se tenho algo em comum com o Villa é o amor ao país, que ele expressou fortemente em sua obra.

✓ **Villa-Lobos disse que "um artista só passa a ter valor no Brasil, quando conta com o beneplácito do estrangeiro. Por que o brasileiro é incapaz de apreciar seus próprios valores?"**

Zelito - É como diz o ditado: "Santo de casa não faz milagre". Não é só no Brasil. Mas no caso do nosso país é pior porque somos colonizados culturalmente, sobretudo por parte dos Estados U-

nidos. As crianças já começam vendo desenho animado do Tom e Jerry, os programas infantis da televisão, o da Xuxa. No cinema, é muito forte a presença das empresas multinacionais que dominam não só o Brasil, como o mundo inteiro. Você não vê um filme francês na Itália, um filme italiano na Alemanha, um filme alemão na França. Você vê o filme nacional e o norte-americano no mundo inteiro. A dificuldade de distribuição é muito grande. Isso gera a necessidade de seu filme ser reconhecido lá fora, para exercer a profissão com continuidade. Eu tenho que ter a pretensão de mostrar o filme para o mundo, senão ele não tem sentido de ser feito. Infelizmente, isso é verdade..

✓ **É um filme para ganhar prêmio?**

Zelito - O fato de termos disputado um Oscar já é um prêmio, um reconhecimento. Glauber ganhou a Palma de Ouro com *O pagador de promessa* há

30, 40 anos atrás. O problema do cinema brasileiro é a continuidade. A gente não tem tido uma presença permanente no mercado internacional.

✓ **Quem trabalha com educação também sofre esta falta de continuidade.**

Zelito - Exatamente. Nós vivemos de golfadas. Chegamos a ter 50% do mercado brasileiro ocupado por filmes brasileiros no final da década de 70. Agora estamos retomando um pouco...

✓ **Villa-Lobos pensava que "o adulto brasileiro está perdido; vamos educar as crianças". No "Projeto Villa 100 anos" está previsto um atendimento especial às escolas para a exibição do filme. Isso vai acontecer?**

Zelito - Isso nós já fizemos. Juntamos umas 5000 crianças num estádio para reconstituir uma coisa que ele fazia no final da década de 30, início de 40 - grandes concentrações orfeôni-

cas com crianças cantando a quatro vozes. Pretendemos levar o filme no Projeto da Mangueira e várias escolas que colaboraram no filme. O Villa acreditava que o homem poderia se transformar pela educação musical.

✓ **A pesquisa do filme foi longa, mais de dez anos...**

Zelito - A pesquisa para o argumento levou mais de 2 anos e eu trabalhei dez no roteiro. Levamos dois anos entrevistando umas 300 pessoas - parentes das duas esposas, gente que conviveu com ele ou com a Mindinha. O resultado dessa pesquisa, coordenada por Cláudia Furiati, gerou um argumento de 400 páginas. Com o "Projeto Villa-Lobos" pretendo publicar uma biografia extensa do

Villa, como ainda não existe, lançar um CD duplo com a seleção musical do filme e, possivelmente, uma série para a TV. Temos quatro horas de material editado, o que daria uma minissérie.

✓ **Que obras do Villa-Lobos o filme apresenta?**

Zelito - O filme é um musical ancorado na música do Villa e gravado com a Orquestra Sinfônica Brasileira, sob a regência do Maestro Silvio Barbato. Algumas obras selecionadas foram do início da carreira dele.

Apresentamos o *Noneto* que é uma obra muito difícil e, ao mesmo tempo, marcante, e que não tem gravações no Brasil. Depois, o ballet com *Uirapuru*, um poema sinfônico amazônico muito bonito. O *Choro nº 10*, que talvez tenha sido a obra mais importante, do ponto de vista da música contemporânea e



O ator Antonio Fagundes interpretou Villa-Lobos após os 40 anos

que gerou muita polêmica quando foi apresentada na Europa pela primeira vez. Em seguida, com a entrada de Mindinha em sua vida, aparecem as famosas *Bachianas*, todas dedicadas a ela, tamanha era a paixão.

Basicamente são essas quatro obras que aparecem no filme. Todas as músicas são dele, inclusive os acordes que teoricamente seriam de suspense... Tudo é dele.

✓ **Como foi escolhido o elenco?**

Zelito - O Villa era um sedutor. Seduzia não só as mulheres, mas também as pessoas com quem ele conversava. Eu procurei atores conhecidos pela sua sedução: Marcos Palmeira, que faz o Villa mais jovem; Antônio Fagundes, mais velho, e um garotinho chamado André Ricardo, que faz o Villa criança. Os três têm esse lado sedutor que, à primeira vista, te encanta. Este

foi, digamos, um truque para poder ganhar o espectador. A primeira mulher é uma atriz extraordinária, Ana Beatriz Nogueira, que ganhou o primeiro prêmio no Festival de Berlim com um filme chamado *Vera* e depois nunca teve um personagem à altura de seu talento. Neste filme ela tem. A segunda mulher é feita por uma moça belíssima, de grande carisma, ótima atriz, Letícia Spiller. Ela faz a Mindinha, desde novinha até mais velha, com muita sabedoria, apesar da pouca idade. Os pais dele são Othon Bastos e Marieta Severo, dois pilares no cinema. Seu amigo cearense que viaja com ele pelo Nordeste é feito pelo José Wilker, outra estrela. O amigo clarinetista é vivido por Paulo Moura. O elenco é muito grande. Um

dos méritos do filme é que todos os papéis são feitos por atores. Este filme não tem improvisação e isso dá uma força na representação.

✓ **Como foi feita a produção?**

Zelito - O gasto total ficou em volta de 5 milhões de reais que, para o cinema brasileiro, é muito dinheiro. Fiz um pedaço do filme no Ceará e lá consegui, por parte do governo, ajuda no financiamento. É um filme que atravessa 50 anos da história do Brasil, vai de 1896 a 1959. Por isso, tudo foi reconstituído: roupas, cenários, adereços, objetos.

A direção de arte do Marcos Klaxman foi um trabalho feito com muito cuidado nos detalhes. Além de efeitos sonoros digitais, mais de cem pessoas na equipe, 12 caminhões. Eu dizia que era um dinossauro.

O filme é do tamanho do Villa, não podia ser menor.

✓ **Em que países vai ser distribuído?**

Zelito - Estou negociando uma distribuição mundial com algumas empresas norte-americanas. Antigamente, o filme que não era falado em inglês tinha um mercado limitado. Hoje, ainda é limitado, mas há uma série de ramos, de "branches" nessas empresas que tratam de filmes não-falados em inglês. Estou negociando com a Sony, a Warner, a Miramax, a Fox. O filme não é muito fácil porque é uma sinfonia. É preciso encontrar alguém com sensibilidade.

✓ **Apesar do desgaste, valeu à pena?**

Zelito - Infelizmente, no Brasil, ainda é preciso uma dose muito grande de heroísmo para fazer cinema. Eu já produzi uns 30 longas e este é o meu primeiro filme, de novo. Aqui, como você não consegue manter uma continuidade, cada filme é o primeiro e o último.

Gostaria de poder exercer mais a profissão que escolhi, não ter de ficar o tempo todo correndo atrás de dinheiro. O maestro John Neschling, que me ajudou na seleção musical do filme, me dizia que, na frente de uma orquestra, o maestro é um Deus.

Esse tipo de coisa dá um prazer extraordinário e o cinema é uma iniciativa coletiva, você tem que conduzir pessoas de diferentes tipos.

✓ **É o filme da sua maturidade...**

Zelito - É. Uma vez perguntei para o Frank Kapra por que não filmava mais. Ele disse uma frase que me marcou muito: "Movie is a young man's business". É um negócio para jovens.

De fato, é um desgaste físico enorme. Para filmar, tive que fazer preparação física, comecei a malhar, fiz musculação, corria, fazia peso, ginástica.

✓ **Existe consciência da importância do cinema nacional?**

Zelito - O grande problema é saber se existe interesse por parte do governo, das autoridades e da população, em que exista cinema no Brasil. Se há essa consciência, resolve-se a questão. Mas, em geral, as pessoas não têm essa consciência. É um problema de educação; é absurdo não estar resolvida a questão da educação no Brasil. A gente privilegia o viaduto, a obra civil e deixa de lado a cultura, que é uma indústria importantíssima no mundo, hoje.

✓ **É uma questão de prioridade, não?**

Zelito - Exatamente. Um filme gera renda, divisas, gera um produto industrial. Imagina o que rendeu o *Titanic* para os Estados Unidos! E não é só dinheiro. É o que vem atrás do dinheiro: a formação da cabeça, dos corações e das mentes.

O Brasil é conhecido no exterior por bunda de mulher e por tiroteio na favela. *Central do Brasil* mostra que não é só isso.

✓ **O público também tem responsabilidade na escolha desse caminho?**

Zelito - No final da década de 70, chegamos a ter 50% do play-time nos cinemas com uma safra de filmes brasileiros (*Dona Flor e seus dois maridos*, *Pixote*, *Bye-bye Brasil*, *Chuvvas de verão*, *Avaeté*). O público brasileiro gosta do filme brasileiro. A prova é o Canal Bravo Brasil, na TV por assinatura, que já está em segundo lugar.

O problema é que o produto brasileiro não é oferecido. Se fecham a Filarmônica de Viena, o povo da Áustria vai para o meio da rua protestar. Aqui fecham a Orquestra Sinfônica Brasileira, o Teatro Municipal e o pessoal nem liga. Agora, se param a novela das oito, é um escândalo.

Então, é preciso educar a população. Se você der um produto de qualidade e com continuidade, o público responde. ■

Música para todas as idades

O ator André Ricardo começou sua carreira aos 5 anos na minissérie Memorial de Maria Moura. Ele completa 14 anos na semana do lançamento nacional do Villa-Lobos e tinha 10 anos quando fez o *Villa menino*, no seu primeiro trabalho como protagonista.

"Tive que aprender a tocar violoncelo. Eu sou o único que toco mesmo no filme. Acho que as crianças vão se interessar mais pela música a partir desse filme. O pai do Villa-Lobos tocava e de tanto ver o pai tocar, o garoto se interessou. Às vezes matava aula e o pai dele um dia amarrou seu pé na mesa, de castigo.

Essa cena demorou muito, eu tive que ficar embaixo da mesa fazendo dever. Acho que o pai, de um certo modo, tinha razão porque queria que o filho estudasse. A mãe não podia questionar nada. O ho-



André Ricardo: 'tive que aprender a tocar violoncelo'

mem era o senhor supremo da casa. Atualmente, tem casos em que a mulher é quem manda na casa. Hoje em dia, as pessoas estão iguais."

"O charme do filme é a loucura do Villa"

O ATOR MARCOS PALMEIRA começou fazendo teatro e logo foi se engajando no universo do cinema. Com 20 anos de carreira, fez novelas de grande audiência como Pantanal, Torre de Babel e Andando nas nuvens, passando por uma interessante atuação na minissérie Memorial de Maria Moura. No cinema, fez Buena sorte, Como ser solteiro no Rio de Janeiro e Anahyde de las Misiones. Este ano, ele deve filmar O matador, com roteiro de Rubem Fonseca. Em Villa-Lobos - uma vida de paixão, Marcos, dirigido por seu pai, vive o Villa dos 17 aos 40 anos.

✓ **O que significou viver o Villa-Lobos no cinema?**

M. Palmeira - Primeiro, foi tomar conhecimento da sua obra, que tem aspectos muito mais populares do que clássicos. Ele era apaixonado pelo Rio de Janeiro, um boêmio que não bebia, um apaixonado pelas mulhe-

res. Conhecer seu lado humano me permitiu entender melhor sua obra. Hoje, eu ouço uma música do Villa-Lobos e identifico logo onde ele foi buscar inspiração. Foi muito rico.

✓ **Como foi sua preparação para interpretá-lo?**

M. Palmeira - Fiz aula de regência com o maestro Silvio Barbato e de violoncelo. Sempre gostei de música, tenho um ouvido relativamente bom. Canto mas não sou um cantor. Tudo é muito intuitivo. Com o Villa, fiquei com uma sensibilidade maior para a música, para o ritmo. No filme, não dou vexame como maestro. Mas se eu tivesse começado o filme como terminei, teria feito as cenas de regência bem mais interessantes.

✓ **Como foi incorporá-lo na avenida, no carnaval de 99?**

M. Palmeira - Eu enlouqueci na avenida. Quando subi no carro, com aquela orquestra lá em baixo, com

o coro das crianças, comecei a reger, a cantar o samba o tempo inteiro. Foi realmente uma coisa mais forte do que eu poderia imaginar. Eu acho que o Villa ficou feliz com esse encontro porque o sonho dele era se tornar um músico popular brasileiro. Foi uma das coisas mais fortes que vivi na minha vida.

✓ **Você foi escolhido para interpretá-lo muito em função de sua sedução. O que mais te atraiu e o que mais te incomodou nessa interpretação?**

M. Palmeira - O que mais me atraiu foi a sedução em relação a todos. Ele era muito brilhante, falava muito bem... parecido com Darcy Ribeiro na maneira de se expressar. Tinha dificuldade de falar de sua afetividade, mas falava do Brasil e da música com muita clareza. Isso era fascinante. O que mais me incomodou talvez tenha sido o fato de que ele era um cara muito perseguido. Ele se sentia estrangeiro

dentro do próprio país. Mesmo quando vai para o exterior, as pessoas o tratam como um ser exótico. O Villa carregava isso. Mas não consigo identificar nada de negativo nele. Quem tem que identificar algo de negativo nele é a Lucília, a ex-mulher (risos).

O Villa-Lobos teve uma relação complicada com os pais. A música lhe era propiciada pelo pai que era músico e, sabotada pelo afeto, pela mãe. Ao mesmo tempo, seu pai era superautoritário e a mãe, sofredora, típico na época. Ele teve de fazer das tripas coração para viver o sonho da música. Ficou com horror aos livros por causa do pai que trabalhava na Biblioteca Nacional. Herda uma biblioteca que resolve vender para pagar uma viagem musical pelo Nordeste.

✓ **Como foi ser dirigido por seu pai, Zelito Viana?**

Frases de efeito de Villa-Lobos

"Sim, sou brasileiro e bem brasileiro. Na minha música deixo cantar os rios e os mares deste grande Brasil. Eu não ponho breques nem freios, nem mordada na exuberância tropical das nossas florestas e nossos céus, que transponho instintivamente para tudo que escrevo."

"Deus nos deu dois ouvidos para o seguinte: quando a gente gosta do que escuta entra pelos dois; quando não,

entra por um e sai pelo outro. É uma forma natural de ser sincero em favor da arte universal."

"O brasileiro tem necessidade psicológica da música ruim." (quando volta de Paris e é esquecido no Brasil, em 1923).

"Os americanos conseguiram transformar a Coca-Cola em algo melhor que o champanhe."



o afeto. Eu me senti muito orgulhoso de estar fazendo um filme que era o sonho do meu pai.

✓ Qual a importância da TV no trabalho de um ator?

M. Palmeira - A TV populariza a tua imagem, ajuda o teatro e o cinema. Mas, se você não tiver um bom filme ou uma boa peça, não adianta.

O que ajuda são os bons trabalhos.

✓ O *Villa-Lobos* é um filme para ganhar prêmios?

M. Palmeira - *Villa-Lobos* é um filme que vai mostrar uma cara diferente do Brasil. O filme mostra como o *Villa* enxergava o Brasil. O

charme do filme está um pouco aí.

A loucura da cabeça deste homem, num país louco também, como é o nosso.

'Senti orgulho de fazer um filme que era o sonho do meu pai'

M. Palmeira - No início, a gente temeu que não desse certo. Mas soubemos ser profissionais sem perder

"Minha inspiração são 8, 10, 12 horas de trabalho por dia. Componho de qualquer maneira, com dor de dente, com notícias agradáveis ou desagradáveis, com ou sem dinheiro. Sou um grande ouvinte de novelas radiofônicas. Aquela barulheira, aquelas conversas fiadas, aquelas bobagens todas parece que me despertam os sentidos. Sem aquilo tudo eu comporia marchas fúnebres"

Villa-Lobos

Museu Villa-Lobos

O **MUSEU VILLA-LOBOS** foi criado em 1960 por Jucelino Kubitschek e fundado por Arminda Villa-Lobos, a Mindinha, que fez um trabalho heróico a fim de salvar e divulgar a obra de Heitor Villa-Lobos. O museu se situava, inicialmente, no prédio do Ministério da Educação e Cultura no centro do Rio e, em 1986, após o falecimento de Arminda, foi transferido para a bela casa tombada pelo Patrimônio Histórico na Rua Sorocaba nº 200, em Botafogo. O diretor do Museu é o grande violonista Turíbio Santos, que explica as propostas da instituição:

"Atualmente, o Museu Villa-Lobos funciona em cima de um tripé. A primeira vertente é a manutenção e divulgação da obra do maestro; a segunda, a guarda material da obra, e a terceira, pedagógica e didática, seguindo um pouco a idéia do *Villa-Lobos* de dirigir a música às crianças."

Dentro desse princípio, o museu desenvolve uma atividade muito importante, os miniconcertos didáticos, que atendem, por ano, cerca de oito mil crianças. São jovens concertistas selecionados nas universidades que tocam em grupos de 15 alunos, para uma platéia também entre 8 e 16 anos de idade. Há, também, um coral aberto para qualquer pessoa e são realizados saraus. "Outro grande evento que produzimos todos os anos são os festivais", assinala Turíbio Santos.

O primeiro foi feito por Arminda Villa-Lobos em 1961 e hoje o museu segue essa tradição. Todos os anos, entre 17 e 22 de novembro, o festival traz várias atrações, da música de concerto à música popular, "como *Villa-Lobos* apreciava, com choros, por exemplo." Assim é comemorada a data de falecimento do compositor, a 17 de novembro de 1959.

Sobre o filme *Villa-Lobos - uma vida de paixão*, Turíbio só faz elogios: "Acompanho esse filme desde sua gênese há 10 anos, quando tive a oportunidade de ler o roteiro.

Fiquei muito impressionado pelo fato de *Villa-Lobos* ser apresentado realmente como era: um brasileiro aventureiro. *Villa-Lobos* não estava dentro de nenhuma redoma de músico clássico intocável. Eu vibrei com isso. E o acabamento da música é fenomenal, um dos pontos fortíssimos do filme, sem dúvida. É um filmaço." ■

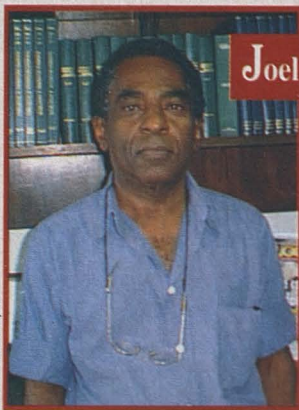


Foto: Clarice Spitz

Joel Rufino*

As transformação da população em povo e do país em nação deveria ser o primeiro item da agenda dos que aspiram a construir um Brasil mais justo e desenvolvido que aquele que acaba de completar 500 anos

Que papel nos cabe no shopping center global?

MUITOS ANALISTAS consideram o Brasil um caso de nação inconclusa. Os países europeus ocidentais (França, Inglaterra, Espanha etc.), os Estados Unidos, o México, Japão e outros, em graus variáveis, são exemplos de nações concluídas: apresentam unidade geoeconômica (mercado interno, equilíbrio entre as regiões etc.), política (Estado nacional e soberano) e acentuada homogeneidade cultural (lingüística, religiosa etc.). Além disso, esses conjuntos se assentam numa base física inequívoca: o território; se poderia mesmo arriscar, a respeito dessa última característica, uma tautologia: nação é aquela que tem território nacional.

Não é bem esse, em geral, o caso do Brasil. Se tomarmos a história brasileira no seu conjunto (do início da colonização, 1530, até hoje) os fatores de unidade nacional são recentes e discretos. As Forças Armadas, por exemplo, sem as quais não há Estado nacional, nasceram há apenas cem anos, quando o Império se viu forçado a fazer a guerra contra o Paraguai (1865-70). (É certo que a Marinha já existia, mas se organi-

zara, recorrendo ao mercenarismo, precisamente na repressão ao separatismo progressista.) Outro exemplo: a integração econômica entre as diversas regiões, esboçada no século XVIII como decorrência da mineração de ouro e diamantes no Centro-Oeste, só nos últimos sessenta anos se tornou efetiva - e mesmo assim ainda tem cabimento a expressão "disparidades regionais" para designar a colonização interna do Sudeste sobre o Norte e Nordeste. Em 1960, ao fundar a capital no centro geográfico do país, Juscelino Kubistchek ainda se achava no dever de avisar: "Aqui começa a integração nacional".

Se considerarmos o plano das instituições políticas (o Estado e sua extensão, dita "sociedade civil"), elas são recentíssimas. Em 1930, fez-se uma revolução contra a "política dos governadores", máquina de dar votos ao governo (central e estadual) cuja peça principal era o coronel da roça. Naturalmente a revolução teve outros motivos, internos e externos, mas o que mobilizou a opinião pública foi o "atraso" do sistema eleitoral, incompatível com uma "nação moderna". Pode-se dizer que foi aquela a primeira manifestação brasileira de

sociedade civil - o conjunto de órgãos, instituições e personalidades que gravitam o Estado, amortecendo o atrito entre aquele e a população.

Onde, contudo, é mais visível a inconclusividade da nação brasileira é no direito à cidadania, a relação dialética entre povo e Estado. Vivemos a anomalia histórica de quatro séculos sem povo (4/5 da existência brasileira). Até o fim da monarquia (1889), os africanos e seus descendentes, os "índios" e seus parentes não eram considerados brasileiros, sujeitos, portanto, de direitos e deveres de cidadãos: eram população mas não eram povo. O Estado se relacionava com eles exclusivamente de duas maneiras: pelo cobrador de impostos (e recrutador, quando precisava de soldados) e pela polícia. Findo esse período de formação, o que se passou? Os últimos cem anos assistem ao lento e doloroso esforço da população brasileira para se tornar povo. Pode-se dizer, a essa luz, que o problema nacional brasileiro é este: como converter sua população em povo.

Ora, o que funda a cidadania é, antes de tudo, o acesso da população ao patrimônio territorial - é quando a popu-

lação se torna povo, no sentido moderno. Para ser exato, a posse da terra é que a converte em território. Não há, portanto, nação (na etapa moderna da história ocidental) sem reforma agrária. A reforma agrária nos países citados acima se fez há sessenta, trezentos, quinhentos anos. Já aqui, entramos no século XXI com uma agenda pública em que o movimento dos sem-terra é a vanguarda das lutas sociais. A nação, numa palavra, não se concluiu: a gente que vive aqui não é dona daqui.

Deve-se perguntar, a essa altura, se ainda é possível - e desejável - concluir a nação nas atuais circunstâncias históricas. Para começar, as circunstâncias da atualidade sepultaram a Moder-

Stensoro, Silez Suazo, Ibañez, Alvarado, entre outros), parecia uma etapa indispensável. De cima para baixo, ela integraria à sociedade de classe o grosso da população, transformando-a em proletariado moderno. Quanto à reforma agrária, que transformaria a população em povo, a democracia populista tentou driblar a história: foi a sua astúcia e sucumbiu a ela. Contudo, como concluir a nação no mundo globalizado?

Globalização é termo que se presta a idealizações: serve pra tudo. Indica, porém, um fato histórico: a planetarização das relações econômicas e a cibernitização das comunicações, esta a serviço daquela, e a conseqüente crise do Estado-nação. Este não acumula, não

que os fatos da história contemporânea obrigam é a repensar as ideologias de esquerda, à procura da mentira que está nela encoberta. A globalização o que fez foi obrigar a esquerda a zerar suas convicções. (A definição é de Benjamin, sobre Brecht: apresento-lhes um militante de esquerda, ele é capaz de zerar suas convicções em face da prática.) Eis uma circunstância da história contemporânea que os partidários do egoísmo econômico, da irresponsabilidade social, da desumanização, da renúncia à utopia - a autêntica direita - saúdam como vitória final: a decomposição do socialismo real. No entanto, para os partidários da justiça social, da responsabilidade social como primeira

“Os últimos cem anos assistem ao lento e doloroso esforço da população brasileira para se tornar povo. Pode-se dizer, a essa luz, que o problema nacional brasileiro é este: como converter sua população em povo”

nidade. O padrão de acumulação capitalista-industrial se metamorfoseou em capitalismo-financeiro, este em capitalismo global. A mais-valia decisória, correspondente à gestão tecnoburocrática da sociedade pelo Estado neoliberal, substituiu a mais-valia propriamente econômica. Os Estados não acumulam renda, não governam mercados, não disciplinam capitais, não orientam fluxos de informação, não regulam moedas, não comandam exércitos - ou fazem cada uma dessas coisas, e todas elas, parcialmente.

Na fase anterior - a do capitalismo financeiro-industrial - colocava-se para as forças de esquerda a tarefa de concluir a nação. Em países do nosso tipo, por isso mesmo, a democracia populista (Getúlio, Cárdenas, Batista, Jimenez, Arbenz, Haya de la Torre, Perón, Paz

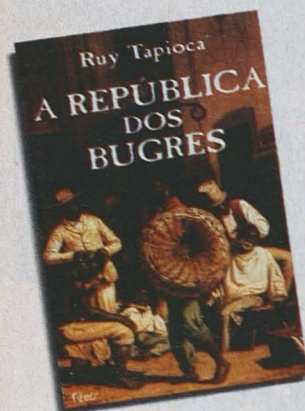
controla e não decide, como no século XIX - quando havia também, aliás, globalização. Outra idealização freqüente hoje é a do fim das ideologias - esquerda e direita, por exemplo, teriam desaparecido. Lutadores da justiça social deponham definitivamente suas armas: a guerra acabou. Em face da miséria só resta a piedade. Na antiga Roma, quando o cadáver de Tibério Graco, primeiro mártir conhecido da reforma agrária, ia ser atirado ao Tibre, uma pitonisa profetizou: teu sangue povoará a terra. A internet secou, finalmente, o sangue dos Gracos.

Contudo, nada mais ideológico que a decretação da morte das ideologias. Como tal, ela encobre a seus próprios olhos, e aos dos outros, a sua mentira. (Ideologia é a verdade que não ousa dizer o seu nome: mentira.) O

virtude do homem e, pois, da sua humanização, para os que crêem na utopia contra a decretação da sua morte - a autêntica esquerda - a queda da União Soviética, do muro de Berlim etc. foi um alívio: já não referem sua luta à mentira, à prótese, ao que devia ser mais não era, ao que está no lugar da verdade para desmoralizar os que lutam pela verdade.

As metamorfoses da população em povo, do país em nação e do socialismo real em socialismo autêntico - no contexto da globalização real, não da imaginária - são a meu ver os primeiros itens da agenda dos herdeiros de Caio e Tibério Graco no país que acaba de completar 500 anos. ■

Joel Rufino dos Santos é professor da UFRJ, historiador e escritor



A República dos Bugres: **O Brasil sob a ótica das classes desfavorecidas**

Autor: Ruy Tapioca
Editora: Rocco
Número de páginas: 530
Preço: R\$ 35,00
Cód. 85.325.1028-0

Um romance histórico, contado sob a visão das classes subalternas, propõe uma reflexão crítica e bem humorada da formação da sociedade brasileira, envolvendo o leitor com sua riqueza de linguagem e embasamento dos fatos relatados. Assim é *A República dos Bugres*, de Ruy Tapioca (Editora Rocco, 1999), vencedor do Prêmio Guimarães Rosa de 1998, do governo do estado de Minas Gerais. O livro retrata o período que compreende a chegada da família real ao Brasil, em 1808, à Proclamação da República, em 1889, entremeando personagens reais e fictícios.

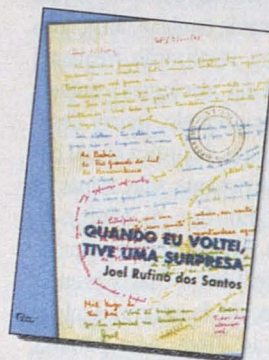
A história é contada por um suposto filho bastardo de Dom João VI e por um filho de escravos que relatam fatos sobre a família real e episódios do século XIX, como a escravidão, a campanha abolicionista e a própria guerra contra o Paraguai, passando por personagens famosos, entre eles Duque de Caxias, Marechal Deodoro, além dos integrantes da família real portuguesa. Romance de estréia de Ruy Tapioca, ex-professor universitário e ex-gerente de empresas estatais, é uma grande contribuição à história do país nestes 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil.

Quando eu voltei, tive uma surpresa

Cartas para minimizar o sofrimento de um preso político

Autor: Joel Rufino dos Santos - Editora: Rocco
Número de páginas: 139 - Preço: R\$ 48,00
Cód. 85.325.1140-6

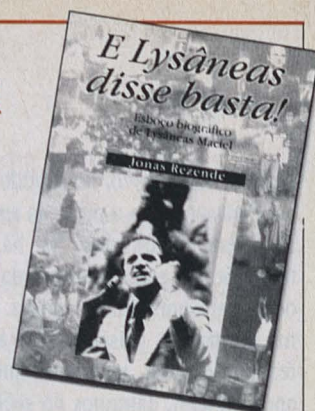
Ler as cartas que o jornalista e escritor Joel Rufino dos Santos escrevia da prisão para seu filho, Nelson, então com 8 anos de idade, faz lembrar o filme *A vida é bela*, do italiano Roberto Benigni, já que os dois tentavam transmitir a seus filhos as coisas "boas" que estavam vivendo, embora o momento político fosse bem diferente daquilo que retratavam. Tudo para proteger os filhos ainda pequenos da realidade dura dos fatos. Preso pelos órgãos da repressão militar em 29 de dezembro de 1972, Joel Rufino explicava ao filho, por cartas, que quando estava voltando para casa, havia sido "convidado" pelo governo a contar algumas coisas, porque,



E Lysâneas disse basta!

Uma vida que fertiliza o presente e ilumina o futuro

Autor: Jonas Rezende
Editora: Mauad - Nº de pág: 156
Preço: R\$ 25,00 - Cód. 0100-85



A biografia de um homem "sem travas na língua", um dos que mais lutaram contra a ditadura militar brasileira, ajuda o leitor a conhecer melhor a história do país, naqueles anos marcados pela arbitrariedade, "desaparecimento" de presos políticos e repressão, nos quais, com tanta garra, sempre esteve presente Lysâneas Maciel. Neste livro, escrito pelo pastor Jonas Rezende, a trajetória do ex-deputado federal cassado é esmiuçada, demonstrando a audácia deste político, falecido no final de 1999. Quando deputado, integrou a comissão de direitos humanos do Congresso, em plena ditadura, empenhando-se na busca de "desaparecidos políticos". Nem mesmo cassado e exilado, ele deixou de lado a situação do país: por onde passava, denunciava a opressão vivida no Brasil, quer como integrante da Comissão de Justiça, quer na Comissão de Direitos Humanos e de Refugiados, ligadas à Organização das Nações Unidas.

O livro resgata o Lysâneas político que teve influência decisiva no processo de democratização do país, embora muito pouco tenha sido escrito sobre sua vida até hoje. E ainda traça sua convivência com os amigos e a mulher, Regina. Como descreve um jovem de 21 anos de idade, conforme relato do livro, "a vida e atuação de Lysâneas Maciel são polinizadoras. Fertilizam o presente e iluminam o futuro de nossa gente. A mensagem de Lysâneas nos desafia a continuar o trabalho que tem o seu inconfundível comprometimento pelo ser humano."

por exemplo, tinha dado algumas aulas e escrito alguns livros sobre fatos de que o governo não gostava. E dizia que estava com amigos, em um prédio, onde ele cantava, assistia à televisão e aprendia a fazer "uma porção de coisas bacanas: bolsas, colares, canetas encapadas, chinelos etc."

Assim foram as cartas enviadas da prisão para Nelson, em 1973 e 1974, período em que ficou detido e foi torturado. Joel não queria ser confundido com um bandido, mas estava preso. Como o garoto iria distinguir um criminoso de um preso político? Assim, escondeu a verdade sobre seu paradeiro durante seis meses até contar que estava detido, em São Paulo. As cartas que emocionam pelo amor transmitido em suas palavras agora podem ser lidas pelo público em *Quando eu voltei, tive uma surpresa* (Editora Rocco, 2000), lançado em maio. O livro traz a cópia de cada carta, onde se vê o esforço de Joel em minimizar seu sofrimento, passando, ao contrário, muita alegria, enchendo o papel de desenhos multicoloridos, parágrafos de cores diferentes e relatos de episódios engraçados que ele vivia. Um senso de humor explicado pela ternura que sentia pelo filho e que o ajudava a enfrentar a realidade do presídio.

Preencha o cupom na página da seção de Livros (Postal Norte Sul) ou telefone para (0xx21)221-7511

Postal Norte-Sul



BRASIL 500 ANOS EM DOCUMENTO

Ivan Alves Filho

Um livro de referência, didático, para estudos sobre documentos que registram a História do Brasil. 656 páginas.

Editora Mauad - Cód. 0200-17 R\$99,00



AS CURVAS DO TEMPO

Oscar Niemeyer

Relatos autobiográficos em que o grande arquiteto conta sua trajetória, da infância no bairro de Laranjeiras, no Rio, até os dias de hoje. Ferreira Gullar, que assina a apresentação, afirma que é um

livro para se incorporar à história. 296 páginas.

Editora Revan - Cód. 0162 R\$25,00



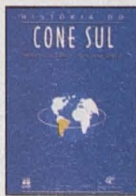
RUMO À SIERRA MAESTRA

Che Guevara e Raúl Castro

Diários inéditos da guerrilha cubana são revelados com todos os bastidores da Revolução Cubana. Reproduz documentos, fotos e anotações que revelam detalhes nunca divulgados. O professor

Emir Sader (UERJ/USP), um estudioso do tema, faz a apresentação da obra. 306 páginas.

Ed. Oficina do Autor - Cód. 517 R\$34,00



HISTÓRIA DO CONE SUL

Amado Luiz Cervo e Mario Rapoport (org.)

Coletânea de ensaios sobre a história dos países do Cone Sul, abordando suas relações regionais e sua inserção na economia internacional. 336 páginas.

Editora Revan - Cód. 0159 R\$30,00



A CRISE DO EMPREGO

Visão além da economia

Paulo C. Moura

O novo livro do conhecido consultor de empresas mostra a realidade de hoje no Brasil frente à crise mundial de emprego e ao impacto da globalização. 280 páginas.

Editora Mauad - Cód. 010064 R\$29,00



A BANALIZAÇÃO DA INJUSTIÇA SOCIAL

Christophe Dejours

Este livro tem como questão central as "motivações subjetivas da dominação": por que uns consentem em padecer sofrimento, enquanto outros aceitam infligir tal sofrimento? 160 páginas.

FGV Editora - Cód. 20419-9 R\$24,00



HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL

Nelson Werneck Sodré

O livro vem preencher a necessidade de profissionais e estudantes em suas pesquisas, estudos, ensaios, teses e trabalhos dos mais diversos 501 páginas.

Editora Mauad - Cód. 0100-68 R\$59,00



SINDICATOS, TRABALHADORES E A COQUELUCHE NEO-LIBERAL: a era Vargas acabou?

Adalberto Moreira Cardoso

A crítica ao processo de desregulamentação ganha consciência analítica neste livro que rebate as teses dominantes sobre os "custos de trabalho" como obstáculo para a modernização da economia. 186 páginas.

FGV Editora - Cód. 85-225-0265-X R\$31,00



A VITALIDADE SEXUAL DO HOMEM

Uma Abordagem Natural

Michael T. Murray

Respeitado naturopata, o autor diagnostica distúrbios da próstata, detecta efeitos colaterais de determinados procedimentos e relaciona virilidade e reeducação alimentar aos exercícios físicos e a um programa de combate ao estresse. 188 páginas.

Editora Campus - Cód. 20310-0 R\$29,00



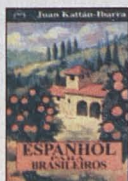
A AMERICANIZAÇÃO (PERVERSA) DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL

Estratégias de bem-estar e políticas públicas

Maria Lúcia W. Vianna

As políticas implantadas pela ditadura entre 1964 e 1985 revelaram-se perversas pelo seu caráter antidemocrático. A autora busca identificar os fatores de natureza política que vêm produzindo barreiras para a implantação do modelo universalista que embasa a Constituição de 1988. 256 págs.

Editora Revan - Cód. 0156 R\$27,00



ESPAÑHOL PARA BRASILEIROS

Juán Kattán-Ibarra

Curso para entender, falar e escrever em espanhol. Se você nunca falou e precisa aprender depressa, esta é a solução. 330 páginas.

Editora Pioneira - Cód. 113-47 R\$ 47,50



BRIZOLISMO

João Trajano Sento - Sé

A leitura deste livro é indispensável a todos aqueles que se interessam pelos destinos das sociedades e, portanto, pela história do Brasil. 365 páginas.

Ed. FGV - Cód. 85.225.028-62 R\$ 29,00



ESCRAVIDÃO OU MORTE

Jorge Prata de Souza

O autor esclarece o motivo pelo qual lutavam os escravos de uma pátria que os oprimia. Indo além, mostra como, através da guerra, construíram sua liberdade. 136 páginas

Editora Mauad - Cód. 0100-20 R\$22,00



PRESTES

Lutas e autocríticas. Edição Comemorativa dos 100 anos de Luiz Carlos Prestes

Dênis de Moraes e Francisco Viana

Este é o livro para o qual, em vida, Luiz Carlos Prestes deu o seu melhor depoimento. Para esta edição comemorativa, a família Prestes abriu seus arquivos de fotos (quatro cadernos de fotos, 32 páginas). 324 págs.

Ed. Mauad - Cód. 020015 R\$39,00



MENOPAUSA

Uma Abordagem Natural

Michael T. Murray

Como tirar proveito de vitaminas, minerais, ervas, exercícios, dietas e outros métodos naturais, assim como uma abordagem das causas e efeitos da menopausa e uma análise detalhada da terapia de reposição de estrogênio. Hoje, ela ainda é tratada como uma doença, não como um processo fisiológico normal. Como adotar medidas naturais na época que antecede à menopausa? O livro esclarece essas dúvidas e desafia a comunidade médica a repensar o modo de tratar o assunto. 224 páginas.

Editora Campus - Cód. 20311-0 \$29,90



QUE PAÍS É ESTE?

João Sayad

Temas atuais e polêmicos como a globalização, o liberalismo brasileiro, a "modernização" da economia e o conservadorismo de nossa elite política, possibilitando ao leitor atento a oportunidade de refletir sobre os rumos do país. 320 págs.

Editora Revan - Cód.0178 R\$ 29,00



O DESMONTE DA NAÇÃO

Ivo Lesbaupin (Org.)

Analisa o processo pelo qual o governo Fernando Henrique Cardoso prometia levar o Brasil à modernidade, ao Primeiro Mundo e ao pleno desenvolvimento. Ao invés disso, conduziu a

nação ao caos social e ao desastre econômico. 200 páginas.

Vozes - Cód. 85.326.2174-0 R\$16,00

**BENEDITA***Benedita da Silva, Maisa Mendonça e Medea Benjamin*

A autobiografia da senadora Benedita da Silva, escrita com o apoio da jornalista americana Medea Benjamin e da documentarista brasileira Maisa Mendonça, é de "uma coragem rara nos políticos brasileiros", como observou o "Informe JB" em nota recente. 192 págs.
 Editora Mauad **Cód. 020013 R\$22,00**

**SOU CRIANÇA: TENHO DIREITOS**

Oficinas pedagógicas de direitos humanos
Várias autoras

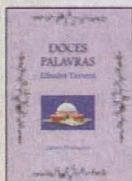
Crianças na faixa de 6 a 11 anos - alunos do sistema educacional ou integrantes de grupos ligados a diferentes instituições de caráter educativo, cultural e social. 196 páginas.
 Ed. Vozes **Cód. 85-326-2089-2 R\$19,00**

**VENCER É POSSÍVEL**

Democracia sem exclusão, globalização com soberania

Nelson Mandela

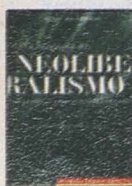
Coletânea de textos do autor, selecionados e organizados pelo sociólogo Emir Sader. A obra é uma grande fonte de idéias e exemplos para os países, como o Brasil, que enfrentam hoje problemas para a construção de uma democracia sem exclusão social. 192 páginas.
 Editora Revan **Cód. 0148 R\$19,00**

**DOCES PALAVRAS***Ednaiva Tavares*

A luz que ilumina a alma pode transformar o corpo e torná-lo tão leve que o aproximará e muito do incorpóreo. 64 páginas. (formato: 15cm x 11cm)
 Janine Produções **Cód. 0001 R\$5,00**

**A REVOLUÇÃO DA QUALIDADE E O SERVIÇO DE SAÚDE***M. Daniel Sloan & Michael M.D.*

O livro mostra, com detalhes, um plano para se usarem ferramentas estatísticas do Controle de Qualidade do processo, em um contexto clínico. A meta é reduzir os custos dos serviços de saúde com precaução. 232 páginas.
 Editora Qualitymark **Cód. 0188 R\$ 26,00**

**UMA RESPOSTA AO NEOLIBERALISMO**

Argumentos para uma nova esquerda

Hilary Wainwright

Combina uma discussão sobre idéias políticas neste fim de século com uma avaliação das trajetórias concretas de movimento sociais e partidos. 152 páginas.
 Jorge Zahar **Cód. Z 0486 R\$19,00**

**A ÁGUA E A GALINHA****Uma metáfora da condição humana***Leonardo Boff*

Uma história africana proposta ao leitor como reflexão de sua própria condição, origem e destino. Segundo o autor, é preciso que se busque o equilíbrio. 208 páginas.
 Editora Vozes **Cód. 85-326-1845-6 R\$16,00**

**GLOBALIZAÇÃO E GLOBOBAGÊNS**

Verdades e mentiras do pensamento econômico

Paul Krugman

O autor comenta como pensamentos econômicos provocam o aumento desenfreado do desemprego, fala sobre especulação financeira, aponta os caminhos do crescimento econômico, analisa o downsizing das empresas e desfaz falácias divulgadas mundialmente. 224 páginas.
 Editora Campus **Cód. 20412-1 R\$39,00**

**O DESPERTAR DA ÁGUA***Leonardo Boff*

O livro continua o anterior *A águia e a galinha*, e relaciona a dimensão-águia e a dimensão-galinha com o Universo, a história e a pessoa humana. 176 páginas.
 Editora Vozes **Cód. 5-326-1977-0 R\$12,00**

**A INVENÇÃO DO MAR***Gerardo Melo Mourão*

O livro é uma grande epopéia sobre o descobrimento do Brasil e os momentos primordiais da colonização portuguesa. Gerardo Melo Mourão vai narrando os principais fatos da história brasileira, como a travessia das caravelas de Cabral, a primeira missa celebrada em solo brasileiro e a invasão holandesa. 368 páginas.
 Editora Record **Cód. 050229 R\$ 28,00**

**"FICAR COM"**

Um novo código entre jovens

Jaqueline Chaves

A autora apresenta o livro com um estilo de vida praticado pelos jovens nos anos 80 e 90. As informações foram obtidas através de entrevistas feitas com jovens e formam um trabalho elucidativo voltado para pais, professores e adolescentes. 156 páginas.
 Editora Revan **Cód. 0069 R\$ 11,50**

**UMA HISTÓRIA DO BRASIL***Thomas E. Skidmore*

Mostra o processo integral de formação do Brasil. O que vem à tona é a história do povo brasileiro na procura de um país moderno e reconhecido internacionalmente em sua singularidade. 358 páginas.
 Ed. Paz e Terra **Cód. 20488 R\$ 32,00**

**SABER CUIDAR***Leonardo Boff*

Este livro procura detalhar o cuidado em suas várias concretizações: cuidado com a Terra, com a sociedade sustentável, com o corpo, com o espírito, com a grande travessia da morte. A ótica do cuidado funda nova ética, compreensível a todos e capaz de inspirar valores e atitudes. 200 páginas.
 Editora Vozes **Cód. 85-326-2162-7 R\$ 16,00**

**A FRONTEIRA DE CRISTAL***Carlos Fuentes*

Um romance fragmentado em nove contos revela a agonia e a alegria dos mexicanos imprensados entre o México e os Estados Unidos, ou que tentam atravessá-la. Uma ficção com alto teor de realidade, que faz um retrato pungente da divisão entre o Primeiro e o Terceiro Mundo; a opulência e a miséria. 176 págs.
 Editora Rocco **Cód. 85.325.0967-3 R\$25,00**

**IUGOSLÁVIA**

Laboratório de uma nova ordem mundial

Mário Augusto Jakobskind

Análise sobre a guerra nos Balcãs. O autor faz retrospectiva histórica da região, do século VI até hoje, e também um resumo sobre os 78 dias de bombardeios da Otan contra a Iugoslávia. 112 páginas.
 Novos Ideais **Cód. 85.87414-01-1 \$14,00**

**DICIONÁRIO DE EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS AMERICANAS**

Luiz L. Gomes e Donald E. Collins

Apresenta cerca de 5.000 expressões empregadas na atualidade. 282 páginas.
 Editora Pioneira **Cód. 113-38 R\$ 41,00**

**DOMINAÇÃO PELA FOME**

Economia política do abastecimento

Miranda Neto

A fome em meio à abundância constitui o maior escândalo nas sociedades contemporâneas e politicamente democráticas. Porém há situações ainda mais absurdas, que nos afetam diretamente: a fome está sendo manipulada para a dominação dos povos! 136 páginas.
 Forense Universitária **Cód. 00124 R\$ 9,90**

**NOTÍCIAS DO PLANALTO***Mário Sérgio Conti*

O livro retrata os construtores dos impérios de comunicação e suas empresas. Com realizações surpreendentes, narra a ascensão e queda de Collor do ponto de vista da imprensa. (80 fotos cor e pb) 720 páginas.
 Cia. das Letras **Cód. C 1182 R\$ 35,00**



NO TEMPO DE VARGAS

Memórias, reflexões e documentos
Francisco Antonio Doria
É um livro indispensável a todos os que se interessam por conhecer a política brasileira deste século. 170 páginas.

Editora Revan **Cód. 0075** R\$14,00

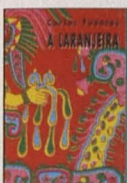


CONSTRUINDO O FUTURO

O impacto global do novo paradigma
Paulo C. Moura

Para quem quer entender as transformações em curso, o futuro provável e as chances de elaborar respostas adaptativas a esses desafios. 228 págs.

Editora Mauad **Cód. 010001** R\$29,00



A LARANJEIRA

Carlos Fuentes

Sendo um conjunto de novelas a uma só vez místicas e desmistificadoras, *A laranjeira* reúne todas as qualidades da prosa de Carlos Fuentes: a densidade dramática, a riqueza das personagens e uma narrativa que flui circular, envolvente, como o próprio tempo histórico. 215 páginas.

Ed. Rocco **Cód. 85.325.0772-7** R\$23,00



O LIVRO DA SAÚDE DAS MULHERES NEGRAS

Várias Autoras

O livro serve de instrumento na coordenação de ações conjuntas entre mulheres que trabalham por justiça social. Mostra também a falta de política educacional voltada para elas. 356 páginas.

Editora Pallas **Cód. 2210** R\$ 26,00



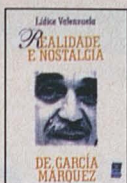
ESTEREÓTIPOS SEXUAIS NA EDUCAÇÃO

Um manual para o educador

Moema Toscano

Militante feminista desde 70, a autora discute o papel da escola e do professor como obstáculos (quase sempre), ou como alavancas (às vezes) na mudança do relacionamento homem/mulher. 116 páginas

Editora Vozes **Cód.: 85.326.2285-2** R\$ 13,00



REALIDADE E NOSTALGIA DE GARCIA MARQUES

Lidice Valenzuela

A autora cruzou o morno Mar do Caribe, percorreu aquelas estradas poeirentas e conversou com amigos e parentes de Gabriel, a fim de desvendar as origens mágicas dos personagens que povoam a obra do escritor. 107 páginas.

Oficina do Autor **Cód. CA 107** R\$ 18,00



GLOBALIZAÇÃO

Teoria social e cultura global

Roland Robertson

O livro mostra por que a cultura se tornou uma questão contestada globalmente. Por exemplo, por que concepções rivais de uma "ordem mundial" têm consequências políticas e econômicas. 312 págs.

Ed. Vozes **Cód. 85.326.2247-X** R\$ 32,00



O EXÉRCITO SOVIÉTICO NA II GUERRA MUNDIAL

Aos 50 anos da vitória

Leonid Ieremeev

Com o fim da URSS, o interesse neste relato dramático e fartamente documentado renova-se, pois revive um momento crucial para sobrevivência dos valores democráticos e da própria civilização. 128 páginas.

Editora Revan **Cód. 0084** R\$ 10,30



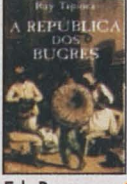
O PODER DA IDENTIDADE

Economia, sociedade e cultura

Manual Castells

Como nosso mundo e nossa vida vêm sendo moldados pelas tendências conflitantes da globalização e da identidade. 530 páginas.

Editora Paz e Terra **Cod. 20.495** R\$42,00

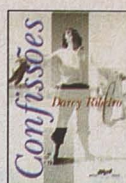


A REPÚBLICA DOS BUGRES

Ruy Tapioca

O livro surge em um momento oportuno para uma reflexão sobre a História do país e a nossa formação como povo, além de ser uma realização literária de fôlego. 532 págs

Ed. Rocco **Cód.: 85.325.1028-0** R\$ 35,00



CONFISSÕES

Darcy Ribeiro

Autobiografia, escrita até momentos antes de sua morte, em 1997. Uma vida riquíssima contada com emoção e irreverência. 592 páginas.

Ed. Cia das Letras **Cód. C 0890** R\$36,00



O SUJEITO DA EDUCAÇÃO

Estudos foucaultianos

Organizador: Tomaz T. da Silva

Obra baseada nas idéias de Foucault analisa os pressupostos, as instituições e as estruturas de nossos arranjos educacionais, numa perspectiva inovadora, desestabilizadora, transgressora e subversiva. 258 páginas.

Ed. Vozes **Cód. 85.326.1317-9** R\$29,00



BINÔMIO-EDIÇÃO HISTÓRICA

Direção: José Maria Rabêlo

A história do primeiro jornal da moderna imprensa alternativa brasileira, que nunca se curvou aos poderosos. Mais de 200 reproduções, muito humor e a narrativa, documentada, da conspiração de direita que levou ao golpe de 64. 263 páginas. Ed. Barlovento e Armazém de Idéias

Cód. BA 7013 R\$34,00



O LONGO AMANHECER

Reflexões sobre a formação do Brasil
Celso Furtado
Reflexões sobre a formação do Brasil e que se inscreve na linha de reflexões pluridisciplinares das obras mais recentes de Celso Furtado. 117 págs.

Ed. Paz e Terra **Cód. 10.533** R\$15,50



E LYSÁNEAS DISSE BASTA!

Jonas Resende

A vigorosa atuação de Lysáneas Marciel começa a ser resgatada pelo pastor Jonas Resende. O livro traz também um prefácio do político Francisco Pinto e um posfácio do sociólogo Eter Maciel. 156 páginas

Ed. Mauad **Cód.: 0100-85** R\$ 25,00

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ CEP: _____
Profissão: _____ Tel.: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Assinale a forma de pagamento de seu pedido:
 () Cheque(s) nominal(is) à Editora Terceiro Milênio Ltda. em anexo
 () Autorizo débito no meu cartão pelo valor total de R\$ _____

Cartão _____ Nº _____ Validade até _____ / _____

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO, SEM PARCELAMENTO (inclusive em cheque)

Data: ____/____/____
Assinatura do comprador _____

CADERNOS 219
Os preços estão sujeitos a alteração
VALIDADE:
até durar o estoque

CÓDIGO	QUANT.	FRETE	TOTAL R\$

Preencha o cupom em letra de forma e envie para a Editora Terceiro Milênio Ltda.
Rua Conde de Lages, 44 - Gr. 507 / 510 - Lapa
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20241-080
Tel.: (0XX21) 221-7511 - FAX: (0XX21) 252-8455
E-mail: etm@etm.com.br
Internet: http://www.etm.com.br

ATENÇÃO: O frete será cobrado à parte no valor de R\$ 2,50 por livro e o prazo máximo de entrega estipulado em 20 dias. Consulta prévia nas remessas rápidas, para o exterior e nos pedidos acima de 10 exemplares.

América Latina debate dolarização

EM ABRIL E COMEÇO DE MAIO DESTE ano, as discussões sobre a dolarização das economias latino-americanas se transferiram para os países da América do Sul, a partir dos debates sobre a moeda única para o Mercosul, no âmbito do "Mercosur Economic Summit 2000", organizado pelo World Economic Forum e realizado pela Fundação Getúlio Vargas em várias capitais do Brasil. Participaram do evento vários economistas, entre eles o canadense Robert Mundell, um dos pais do euro (moeda comum dos países reunidos na União Européia), acadêmicos, políticos e empresários de 22 países latino-americanos, europeus e dos Estados Unidos.

Os debates, na verdade, flutuaram na superfície da questão, estacionando-se entre os prós - sem ênfase - e os contra - mais entusiasmados, pelo menos na aparência.



Na primeira posição situou-se Mundell, defendendo o dólar como âncora da moeda comum, que, a seu ver, não pode ser o real, devido à sua fragilidade. O modelo para a transição é o Plano de Convertibilidade adotado pela Argentina, onde se estabeleceu a paridade 1=1 entre o peso e o dólar, condição necessária, na opinião do economista canadense, para o lançamento da moeda única do Mercosul. Bem mais ousado que Mundell, o ministro da Economia da Argentina, José Luís Machinea, embora não se opondo a um novo padrão monetário comum, admitiu o dólar para esse papel.

Como moeda de curso legal, como meio de pagamento, o dólar não é alternativa válida para a América do Sul em seu conjunto, rebateu o ministro da Fazenda do Brasil, Pedro Malan, acrescentando que "a dolarização não é panacéia". A mesma opi-

A 'esfinge' era uma 'bolha' (II)

SE O SANTO É DE BARRO, É CLARO QUE o andor tem de ser carregado devagar, com cuidado. A prudência que a máxima recomenda certamente não foi observada por economistas mais preocupados em dar uma explicação ideológica para quase 10 anos de prosperidade convivendo com baixos índices de desemprego e de inflação na economia norte-americana. Outros acabaram por exaltar o fenômeno e explicá-lo pelas virtudes da chamada "nova economia".

Aqueles que deram preferência ao atalho ideológico chegaram a esmiuçar o passado em busca das raízes históricas e estruturais do acontecimento. E lá se depararam, como é o caso de Gustavo Franco, no artigo "Sobre economia dos Estados Unidos", com "o esforço educacional, a diligência, a ética protestante, o fato de ter sido ali que o conceito de economia de mercado foi levado às últimas conseqüências".

Claro que o autor foi muito além do necessário. Perdeu tempo, quando deveria ter-se concentrado na revolução das tecnologias de informação, mesmo assim com os cuidados necessários para não ser devorado pela "esfinge". O economista norte-americano Jeffrey Sachs foi quem ofereceu interessante contraponto: "Todo governo deveria compreender que a rápida adoção da internet depende muito de políticas públicas simpáticas, e não só do "livre mercado". A internet foi, de fato, criada inicialmente por um projeto governamental (Arpanet), fomentado pela Fundação Nacional de Ciências dos Estados Unidos, que ajudou a colocar os cientistas e universidades *on-line*. Desde então, o governo dos Estados Unidos tem continuado a despejar bilhões de dólares em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia para a internet". (J. Sachs, em *Lições emergentes da "nova economia"*). Sachs concentrou sua explicação para a

prosperidade no desenvolvimento científico e tecnológico, mas sem o menor propósito de promover a chamada "nova economia". Claro que as tecnologias da "nova economia" resultaram em expressivo aumento da produtividade e do PIB dos EUA, em preços mais baixos para os consumidores e aumento de salários para os trabalhadores, embora nada disso justificasse o desprezo pela considerada "velha economia", como se a "nova" não dependesse da "velha" e ambas não pertencessem a apenas uma economia. A "nova economia" não passou, portanto, de um expediente de espertos especuladores que acabaram promovendo o que mais tarde se revelaria um "fenômeno" ameaçador da economia norte-americana através da Bolsa Eletrônica.

Quem arriscou uma interpretação simplista para a dita "nova economia" foi o economista Paul Krugman, guru dos neoliberais: "Não há mistério sobre o notável desempenho dos EUA: o microchip." Krugman fez a pergunta mas não encontrou resposta: "Por que só depois de mais de 20

não foi manifestada pelo professor de Economia da Universidade de Buenos Aires, Eduardo Cosenza, pelo ministro da Economia do Chile, José Gregorio, e pelo vice-presidente do Banco Central do México, Everardo Elizondo. Para o diretor da área Internacional do Banco Central do Brasil, Daniel Gleizer, com a adoção da dolarização, o Brasil abriria mão de sua soberania na orientação da política monetária, o que não lhe parece defensável.

Dolarização, o que é

Na sua fase final, a dolarização é a retirada do mercado da moeda nacional e sua substituição pelo dólar, a uma cotação preestabelecida, com o objetivo de dar estabilidade a variáveis macroeconômicas, entre elas a taxa de câmbio, a taxa de juros, o balanço de pagamentos, índices de preços etc.

É oportuno sublinhar que a Argentina está a um passo da dolarização formal, digamos assim, uma vez que os depósitos bancários, em sua maior parte, são denominados em dólar, é livre a conversibilidade e a moeda

norte-americana já circula como o peso num regime ainda bimonetário. A substituição do peso pelo dólar, no caso, depende, apenas de uma decisão política. O Plano de Convertibilidade se sustenta num sistema monetário e cambial em que a base monetária (com câmbio fixo e preestabelecido) está ligada à conversão das reservas cambiais de disponibilidade livre. O Banco Central, nesse caso, deixa de ser o órgão executor da política monetária para se transformar em mera caixa de conversão, obrigando-se a vender moedas fortes à paridade estabelecida.

Sua principal função passa, então, a ser a emissão de papel-moeda, em função das reservas cambiais disponíveis.

Com a substituição da moeda nacional pelo dólar, de emissão a cargo da reserva federal dos Estados Unidos, o país dolarizado fica sem Banco Central próprio. Desaparece portanto, o prestador de última instância.

A caixa de conversão é na verdade a antecâmara da dolarização. ■

anos os produtos da informática são reconhecidos como responsáveis pelo boom econômico que já dura mais de nove anos na economia norte-americana?" Embora a lâmpada elétrica tenha sido inventada em 1879, os grandes efeitos econômicos da eletrificação não ocorreram até a Primeira Grande Guerra, exemplificou Krugman.

Mas esse intervalo entre a invenção de uma tecnologia e seus efeitos tende a reduzir-se com a velocidade do próprio desenvolvimento tecnológico e seu efeito cumulativo. Outro simplismo de Krugman é a afirmação de que "os políticos exerceram pouca ou nenhuma influência sobre o crescimento econômico", como se as decisões de governo não fossem decisões de natureza política. Os compêndios de Política Econômica explicam bem a questão. De repente, Krugman transita do determinismo tecnológico para o determinismo ideológico, ao sublinhar que "algumas idéias políticas efetivamente ruins da década de 80 - as políticas industriais intervencionistas instadas pela esquerda democrática, ou o retorno ao padrão preconizado pela direita republicana -

talvez descarrilassem a economia norte-americana". Economistas da intimidade dos mercados financeiro e de capitais também se pronunciaram com certa leveza. Para eles, "a nova economia" estaria quase definitivamente livre dos ciclos econômicos - fase de prosperidade seguida de fase de crise, recessão ou depressão. Segundo o canadense Robert Mundell, que esteve recentemente no Brasil, "a nova economia não passa de uma embalagem de marketing, para a imprensa e para o grande público". De fato, a economia é uma só, e o desenvolvimento tecnológico, o crescimento macroeconômico, a queda dos índices de desemprego, a estabilidade monetária e o aumento da produtividade não podem ficar à mercê das estrepolias numa Bolsa (Nasdaq) que, por ter aceito tudo, ameaçava toda a prosperidade dos EUA nos últimos nove anos, se não houvesse passado por um processo de depuração, que talvez tenha tido um desfecho um tanto tardio.

As regras do jogo não sofreram alterações: a economia continua, como antes, sujeita a recessões, a ciclos de prosperidade e de crises. ■

PARA CONFERIR... DEPOIS

✓ A renda média do trabalhador brasileiro caiu 12% no período entre novembro/1988 e março/2000, revelam dados da Pesquisa Mensal de Empregos do IBGE. Só em 1999 a queda foi de 6%, e no primeiro trimestre de 2000, 3,8%.

INVESTIMENTOS EM SERVIÇOS

✓ O estoque de investimentos externos no setor de serviços aumentou de 35,5 bilhões de dólares para 60 bilhões entre 1995/1999. No setor secundário (industrial), ao contrário, o estoque caiu de 74,8 bilhões para 53,3 bilhões de dólares no mesmo período. O grande inconveniente no primeiro caso é que o setor de serviços não gera exportações, pelo menos no Brasil. Funciona, sim, como escudouro de recursos para fora principalmente sob a forma de remessa de lucros e dividendos, sem qualquer compensação. Esses números são da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet).

UMA DÚVIDA DE BILHÕES

✓ O Brasil vai precisar de 50 bilhões de dólares para saldar compromissos externos este ano, segundo o Banco Central; ou de 80 bilhões, nas contas de Paulo Leme, ex-diretor do BC. Só o serviço da dívida externa (juros + amortizações) absorverá 28 bilhões de dólares.

PREVISÕES NÃO SE CONFIRMAM

✓ O saldo da conta de mercadorias no Brasil em 2000, de 5 bilhões de dólares, previsto pelo governo, caiu para 3 bilhões nos prognósticos de executivos de instituições financeiras e exportadores. Até abril último, menos de 400 milhões de dólares, o saldo ficará abaixo de 2 bilhões, no máximo, segundo previsões mais realistas.

DÍVIDA INTERNA

✓ A dívida pública interna, atualmente de mais de 500 bilhões de reais, exigirá para a sua rolagem, só de juros, 110 bilhões até dezembro.

Taxas de juros nos EUA e seu impacto no Brasil

O BANCO CENTRAL DOS ESTADOS Unidos aumentou em meio ponto percentual a taxa básica de juros, fixando-a em 6,5%, com tendência de alta de 7,5% ou 8%, até o começo do próximo ano, segundo prevêem analistas dos mercados financeiro e de capitais.

Na perspectiva do governo norte-americano, essa alta dos juros deverá desaquecer a economia do país e afastá-la da rota inflacionária, sem, contudo, induzir uma recessão. A inflação, sem dúvida, começava a desenhar-se num cenário de quase pleno emprego, de aumentos de salários e de mão-de-obra já escassa, de ganhos adicionais decorrentes dos lucros obtidos na febre do mercado de ações que exacerbava a demanda de bens e serviço e oferecia (como ainda oferece) o risco de não encontrar resposta adequada na oferta.

O quadro de excesso de consumo sobre a poupança começava a se agravar, devido à irrefreável propensão do norte-americano a consumir. Ao lado disso, um déficit comercial que deverá atingir os 360 bilhões de dólares até dezembro, um déficit em conta-corrente próximo de 500 bilhões e uma dívida externa superior a 1,4 trilhão.

A medida, com certeza, terá impactos na economia brasileira, primeiro sobre o serviço de uma dívida externa de magnitude conhecida, uma vez que grande parte dela foi contratada a juros flutuantes. De-




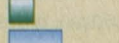
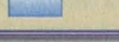
pois, sobre os novos financiamentos de que o governo vai precisar para fechar o balanço de pagamentos, a custos mais elevados. A redução do crescimento da maior economia do mundo sugere para futuro próximo uma queda da demanda interna e externa, o que agravará os problemas cambiais do Brasil e da Argentina, notadamente, e de outros países mais dependentes do comércio bilateral com os Estados Unidos.

Outra conseqüência é que investidores do mundo industrializado e até mesmo dos próprios países carentes de recursos externos terão na alta dos juros nos EUA maior estímulo para aplicações em títulos norte-americanos, que oferecerão, certamente, atrativo na maior remuneração e na maior segurança.

Um quadro de redução sensível da oferta de recursos provenientes dos países industrializados, em cujas instituições financeiras o Brasil se abastece de créditos e financiamentos, terá desdobramentos na alta do dólar (desvalorização do real), e no conseqüente aumento de preços dos produtos importados e em séria ameaça de volta da inflação. Para deter o consumo interno, é necessário elevar as taxas de juros. A conseqüência seria menos consumo, produção, investimentos e mais desemprego. O lado positivo dos juros altos, do ponto de vista do modelo e do governo neoliberal, é a possibilidade de segurar os investimentos

de curto prazo, mas estes serão objeto de disputa, também, do mercado dos Estados Unidos. Menos mal, se ao contrário da recessão prognosticada pelos mais assustados, a economia norte-americana, livre da ameaça da inflação, mantiver o crescimento de 3% para este ano, conforme prognósticos das autorida-

Era FHC (média 2,3%)

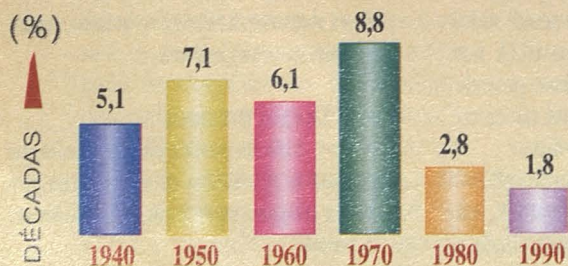
1995		4,2
1996		2,8
1997		3,7
1998		0,1
1999		0,8

des incumbidas do ajuste no sentido do chamado pouso suave. A situação da Argentina é muito pior devido ao congelamento da sua política cambial, que, ao contrário do que acontece no Brasil hoje ainda é instrumento de política monetária. A paridade rígida 1=1 entre o dólar e o peso é sério complicador para um país que precisa de dólares para atender aos seus compromissos externos e nem a longo prazo pode vislumbrar superávits comerciais, muito menos na conta corrente do balanço de pagamento.

Dependente da entrada de recursos externos, se o ingresso desses capitais cair a níveis críticos em razão da baixa liquidez internacional - na hipótese de uma política monetária restritiva do governo americano -, e ainda diante da impossibilidade política de reformulação do plano de convertibilidade com vista ao incremento das exportações, a Argentina se verá diante de grave impasse, restando-lhe a recessão ou o apelo a novos recursos externos de mais difícil disponibilidade como saídas alternativas. Para rolar a dívida externa e atender a outros compromissos, o governo argentino terá de demandar este ano no mercado internacional de capitais mais de 17 bilhões de dólares.

Um terceiro caminho seria a elevação das taxas de juros internos para atrair capitais roláveis, mas isso seria muito problemático pelos seus reflexos no consumo, nos investimentos e nas exportações, eis que o ajuste pelo manejo das taxas de juros tornaria os produtos do país sem condições de competir nos mercados internacionais. A flexibilização dos juros para baixo, por outra parte, ofereceria o risco de saídas expressivas de capitais. ■

Ritmo de Crescimento Anual (Décadas de 40 a 90)



A CONSOLIDAÇÃO DO CRESCIMENTO industrial do primeiro trimestre, a partir do aumento de 1,5% na

Crescimento duvidoso

produção do setor em relação ao último trimestre de 1999, captado pelo IBGE, enjetou fortes doses de otimismo no governo e em círculos importantes do empresariado. Dados da Anfavea revelam, por outra parte, que a indústria automobilística - ainda o carro-chefe da economia brasileira - teria acusado incremento na sua produção de 25% entre janeiro e abril último. A produção do subsetor de bens de consumo em geral teria registrado aumento de 21,6% nos três primeiros meses de 2000, conforme constatou o IBGE, e estaria apontando para uma ampliação no segundo semestre, devido à recuperação do poder aquisitivo do consumidor e ao aumento da oferta de crédito, de acordo com prognóstico do economista Aduino Lima, ex-

cutivo do Lloyd's Bank. Essa tendência, no entanto, não é confirmada pela própria indústria automobilística.

As montadoras pensavam num mercado interno para 2,5 milhões de unidades em 2000, mas, de fato, a capacidade de absorção não passará de 1,350 milhão, razão pela qual não vêem razão para investimentos destinados à ampliação da atual capacidade instalada, cuja utilização, atualmente, é de apenas 59%.

Essa retomada do crescimento industrial é posta em dúvida, também, por entidades representativas dos empresários comerciais. O presidente da federação das Associações Comerciais de São Paulo, Abraão Shajman, por exemplo, em recente entrevista à imprensa, disse que as vendas no comércio caíram nos últimos meses, devido à compressão da massa salarial - quase 9%, no ano passado. ■

Indicadores Brasil 2000

Balança Comercial 2000	
MÊS	SALDO (US\$ MILHÕES)
JANEIRO	- 94
FEVEREIRO	+78*
MARÇO	+42
ABRIL	+183

*Dados do Secex

Taxas Básicas de Juros %	
BRASIL	18,05
EUA	6,5
INGLATERRA	6,00
BANCO CENTRAL EUROPEU	3,25
FRANÇA	3,5
ALEMANHA	3,5
JAPÃO	0,15

Inflação - 2000 (em %)		
MÊS	IPCA	IGP-DI
JANEIRO	0,62	1,24
FEVEREIRO	0,13	0,19
MARÇO	0,23	0,18
ABRIL	0,42	0,13

Investimentos Externos (Diretos) 2000	
MÊS	SALDO (US\$ BILHÕES)
JANEIRO	3,012
FEVEREIRO	2,053
MARÇO	1,627
ABRIL	1,627

Reservas Cambiais - 2000	
MÊS	EM (US\$ BILHÕES)
JANEIRO	+38
FEVEREIRO	+37
MARÇO	+27
ABRIL	+28,031

* Em US\$ Bilhões

Principais Países Industrializados (1999) - OCDE

PAÍS	FRANÇA	ALEMANHA	INGLATERRA	EUA	JAPÃO	ESPANHA	ITÁLIA
PIB*	1.300	1.880	1.152	8.000	3.950	485	980
INFLAÇÃO	+0,1%(FEV)	+0,2%(MAR)	+0,5%(FEV)	+0,6%(FEV)	+0,2%(MAR)	+0,1%(FEV)	+0,5%(FEV)
DESEMPREGO	-2,5%(FEV)	-0,4%(FEV)	-0,3%(FEV)	+4,4%(FEV)	+3,8%(FEV)	+1,9%(MAR)	ND
PROD. INDUST.	-0,4%(FEV)	+0,5%(JAN)	-0,6%(FEV)	+4,3%(FEV)	+3%(FEV)	+1,2%(JAN)	ND
SALDO COMERCIAL*	+0,9 (JAN)	+4,7(JAN)	-4,4 (JAN)	-27,6(JAN)	+11,1(FEV)	-2,7(JAN)	+1,2(JAN)

Previsões para 2000

PAÍS	FRANÇA	ALEMANHA	INGLATERRA	EUA	JAPÃO	ESPANHA	ITÁLIA
CRESCIMENTO	+3,5%	+2,7%	+3,0%	+4,3%	+0,8%	+3,6%	+2,5%
INFLAÇÃO	+1,2%	+1,4%	+2,2%	+2,6%	-0,1%	+2,6%	+2,3%
DESEMPREGO	+9,7%	+9,8%	+4,0%	+4,2%	+5,0%	+14%	+11%

Líbano

Ocupação israelense
chega ao fim

Após 22 anos de ocupação, as tropas de Israel abandonaram o sul do Líbano seis semanas antes do prazo anunciado pelo governo. Os últimos soldados israelenses deixaram o sul do Líbano em 24 de maio, num clima de grande tensão. A antecipação da desocupação foi forçada pelo grupo guerrilheiro xiita Hezbollah, que com as suas ações de fustigamento obrigou à debandada dos homens do Exército do Sul do Líbano -libaneses e, em geral, cristãos, que há vinte anos combatem ao lado dos israelenses. Aos milhares eles chegaram a Israel com as suas famílias implorando refúgio. E os que permaneceram no Líbano em poucas horas se entregaram aos guerrilheiros do Hezbollah e às autoridades libanesas.

Diante desse fato, a retirada das tropas israelenses não só teve que ser antecipada, como se deu de forma caótica, gerando críticas da oposição ao governo. "As retiradas não são fotogênicas", comentou um popular apresentador da mídia de Israel. Os grupos de centro-direita falaram de "desgraça nacional e símbolo acintoso de derrota" e denunciaram a falta de previsão do governo do primeiro-ministro Ehud Barak. Como um general brilhante, com a sua história, teria cometido um erro de avaliação tão primário? Para esses grupos, se a retirada estava prevista para julho, um cronograma deveria ter sido acertado previamente com a ONU para o reforço gradual das tropas internacionais na região, coincidindo com a retirada das tropas israelenses.

Mas, se bem é verdade que uma retirada quase em debandada não era o que se esperava, o fato é que a opinião pública de Israel já tinha manifestado o seu apoio à decisão do governo de Ehud Barak de sair do Líbano, de forma incondicional. Estava cansada das tensões permanentes e das baixas que se acumulavam, sem sentido.



Libaneses comemoram no sul do país, na aldeia de Bint Jbeil, a retirada das tropas israelenses e a retomada do controle sobre todo o seu território

Aliás, essa tinha sido uma das mais importantes promessas de campanha de Ehud Barak: a retirada do Líbano em um prazo não maior do que um ano, que justamente está se completando agora.

O presidente libanês, Émile Lahoud, visitou imediatamente os vilarejos no sul do país para festejar o fim da ocupação e o conselho de ministros declarou o 24 de maio como "Dia da Libertação e da Resistência", e decretou feriado nacional.

Mas depois da euforia inicial, veio a dura realidade: as tensões na fronteira com Israel continuam. Nos dias seguintes à retirada israelense, centenas de libaneses e refugiados palestinos que vivem no Líbano vêm se reunindo diante da cerca que marca a fronteira entre ambos os países para expressar a sua fúria contra os ex-ocupantes. A ordem do governo de Israel aos soldados da fronteira é só disparar em autodefesa.

O enviado especial da ONU para a região, Terje Roed-Larsen, pediu ao governo libanês que se esforce para conter as manifestações do seu lado da fronteira e assim impedir um incidente mais grave.

O primeiro-ministro israelense, Ehud Barak, por sua vez, advertiu o Líbano e a Síria que considerará um ato de guerra "qualquer disparo con-

tra seu território" a partir do sul do Líbano. A resposta do comandante do Exército libanês, general Michel Sleiman, foi de que não poderia dar garantias de segurança a Israel, a menos que as tropas desse país deixassem também os territórios ocupados pertencentes à Síria e a questão dos refugiados palestinos fosse resolvida. A Síria também se pronunciou nesse sentido.

Em Nova Iorque, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, recomendou ao Conselho de Segurança a ampliação da força de paz no sul do Líbano, que contava 4.500 capacetes azuis, antes da desocupação.

Enquanto isso, em Israel, o ex-premiê Shimon Peres se transformou no favorito para se tornar o próximo presidente do país. Ezer Weizman, atual chefe de Estado, deve renunciar em breve, depois de sofrer ameaça de impeachment por denúncias de irregularidades durante a sua gestão. A escolha do novo presidente pelo Parlamento está prevista para a primeira semana de agosto.

Shimon Peres, de 76 anos, pertence ao mesmo partido que Barak: o Partido Trabalhista. Vencedor do Prêmio Nobel da Paz, junto com o falecido premiê Yitshak Rabin e com Arafat, Peres foi um dos artífices do processo de paz com os palestinos.

Índia

População chega a um bilhão

A Índia tornou-se o segundo país do mundo a ter uma população superior a 1 bilhão de pessoas. Como nascem 42 mil bebês por dia no país, o governo indiano anunciou que a menina Astha, nascida dia 11 de maio, em Safdarjang, representa o habitante de número 1 bilhão. Em hindu, o nome Astha significa fé.

Segundo estimativas das Nações Unidas, se o crescimento populacional for mantido, a população da Índia ultrapassará a da China em 50 anos, apesar de seu território corresponder a um terço do território chinês.

Por isso, o governo indiano lançou a campanha "Um momento para celebrar, um momento para ponderar", quanto à chegada do bilionésimo habitante. Com isso, o governo pretende transmitir à população sua preocupação quanto à

necessidade do planejamento familiar. Embora os métodos contraceptivos sejam baratos na Índia, não são muito utilizados. Mas os trabalhadores da área da saúde já estão trabalhando na sua difusão.

O acelerado aumento populacional preocupa por causa das mazelas sociais com as quais o país convive. Apesar do modesto crescimento do PIB nos últimos anos, mais de um terço da população da Índia vive abaixo da linha da pobreza.

O analfabetismo também atinge um em cada três indianos. A renda per capita no país é de 440 dólares, bem inferior à brasileira.

O contraste social pode ser percebido principalmente na região sul do país, onde o índice de universitários é relativamente alto e existe uma mão-de-obra especializada em tecnologia de ponta.



O governo da Etiópia anunciou a retirada de suas tropas da Eritrêia, o que foi considerado o primeiro passo para pôr fim ao conflito armado que já dura dois anos. Na última semana de maio, já somavam 50 mil o número de eritreus refugiados no Sudão (foto)

Paquistão

Protestos

A Corte Suprema do Paquistão considerou legítimo o golpe militar liderado pelo general Pervez Musharraf, que tomou o poder em 12 de outubro de 1999. O tribunal justificou o golpe na "doutrina da necessidade, dadas as provas indiscutíveis da corrupção vigente". Em sua sentença, a Corte concedeu ainda um prazo de três anos para a junta militar, liderada pelo general golpista, aplicar seu programa, realizando as reformas políticas e econômicas necessárias. As eleições gerais devem ser convocadas até três meses depois que este prazo estiver esgotado.

Apesar de não ter sido uma surpresa, a decisão judicial provocou uma reação irada de partidos políticos, analistas e ativistas dos direitos humanos, que esperavam o pronto restabelecimento da democracia. A Comissão dos Direitos Humanos do Paquistão criticou a junta militar, acusando-a de prejudicar a independência do Poder Judiciário, ao obrigar os juizes a realizar um novo juramento de fidelidade ao regime militar. Cinco juizes da Corte Suprema, entre os quais seu presidente, renunciaram ao cargo em janeiro, por causa do Decreto Constitucional Provisório, estabelecido quando estavam sendo julgadas as petições contra o governo militar, e que proibia qualquer medida contra o general Musharraf. Os seus substitutos assumiram jurando fidelidade ao governo militar.

Os meios de comunicação também foram duros na crítica ao Judiciário. "A Corte Suprema do Paquistão ganhou a duvidosa distinção de ser o único tribunal da história judicial contemporânea que determina quanto deve durar um governo ou uma junta militar", escreveu Najum Mushtaq, no jornal local The News. "O fato de a decisão ter sido unânime entre os 12 membros mostra qual o tipo de democracia que virá", completou. Esta é a quarta vez que o tribunal justifica e ratifica a destituição de um governo eleito de forma democrática. Na última vez, em 1977, já tinha sofrido muitas críticas da sociedade, que não aceitava a intervenção dos militares.

Serra Leoa

Prisão do líder não estanca violência

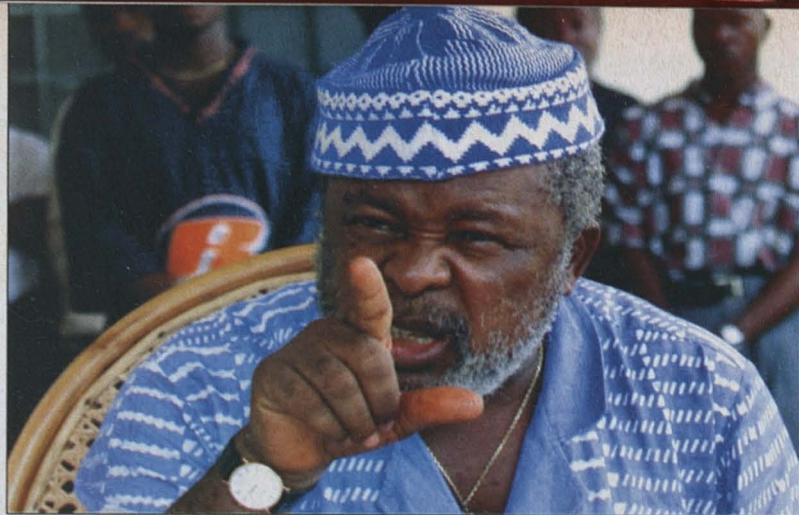
A prisão do líder da Frente Revolucionária Unida (RUF), Foday Sankoh, em maio, não estancou a violência em Serra Leoa, na costa ocidental da África, onde a milícia manteve até fins de maio como reféns cerca de 250 soldados da ONU. Também em maio, dois jornalistas - um norte-americano e um espanhol - foram assassinados e outros dois ficaram feridos, durante ataque, na cidade de Robgeri (ver seção Gente). Uma semana após a prisão de Sankoh, o governo prometeu libertá-lo novamente, devido ao recrudescimento da violência.

Diante da ofensiva das milícias, que vêm expandindo o território sob seu domínio, a ONU se prepara para efetuar uma intervenção militar, e já está negociando com alguns países o envio de tropas internacionais para realizar esta missão. Os rebeldes já tomaram Masiaka, a apenas 65 quilômetros da capital.

A ONU mantém no país uma de suas maiores missões de paz, de quase 16.500 homens. Parte deles havia sido enviada para realizar uma transição pacífica, após o acordo de paz firmado entre o governo de Serra Leoa e rebeldes da RUF, em 7 de julho do ano passado. O acordo, concluído após oito anos de guerra civil, determinava a participação dos rebeldes no governo e a convocação de eleições livres. Em troca, a RUF se comprometia a acabar com a guerrilha. Mas apenas metade das forças rebeldes - estimadas em 45 mil milicianos - abandonou as armas e parte dos integrantes da RUF tem, inclusive, se movimentado em veículos blindados tomados dos capacetes azuis das Nações Unidas.

A ONU anunciou ainda que seu Programa Mundial de Alimentação está interrompido em Serra Leoa, enquanto a trégua não for restabelecida, prejudicando um total de 200 mil pessoas.

Estados Unidos e Grã-Bretanha já haviam enviado tropas para a região. Mas o envio foi insuficiente. Só depois que as tropas de paz foram feitas reféns e a vida dos europeus no país passou a correr perigo, a Grã-Bretanha decidiu enviar pára-quadistas. O primeiro-ministro Tony Blair estava preocupado com os cidadãos britânicos e solicitou ao Ministério de Defesa que montasse uma operação para a retirada dos ingleses do país. Os Estados Unidos, por sua vez, mandaram apenas dois helicópteros para retirar seus funcionários, mas a secretária de Estado norte-



Esta foto, tirada em 5 de maio passado, mostra o líder rebelde de Serra Leoa, Foday Sankoh, em uma coletiva de imprensa em Freetown, a capital do país. Sankoh será submetido a julgamento, segundo anunciou o presidente Ahmed Tejan Kabbah

O repórter da agência Reuters Kurt Schork (foto ao lado) foi morto em uma emboscada dos rebeldes junto com o jornalista espanhol da TV AP, Miguel Gil Moreno, em 24 de maio, perto de Freetown



americana, Madeleine Albright, abriu a possibilidade de dar apoio logístico em caso de uma intervenção militar.

Os rebeldes de Serra Leoa ficaram conhecidos no mundo por promoverem atrocidades, entre elas, mutilar civis, sem poupar crianças, muitas hoje com os braços cortados pelas milícias da RUF.

Congo

Mortes e saques perpetuam-se

Soldados de Ruanda e Uganda e do movimento de oposição União Congoleza pela Democracia (UCD) provocaram mais mortes em maio, na República Democrática do Congo (ex-Zaire). Oito civis morreram e 60 ficaram feridos, quando as forças de Ruanda e Uganda entraram em combate na cidade de Kisangani. Ambos os países - que apóiam as forças contrárias ao governo de Laurent Kabila - querem controlar o rico comércio de diamantes e ouro do Congo, cujo carregamento passa por Kisangani.

Uma delegação da entidade civil Human Rights Watch (HRW), que visitou o país africano em março, denunciou a violência a que está sendo submetida a população civil do Congo, acusando, em particular, o exército de Ruanda e a UCD. "A situação dos direitos humanos é desastrosa e os civis carregam o maior peso dos combates", frisou Peter Tikirambudde, diretor da Human Rights Watch África.

Os enviados pela HRW contaram que, em fevereiro, forças ruandesas e da UCD torturaram sexualmente mulheres e, depois, enterraram várias delas vivas, em Mwenga. O Conselho de Segurança da ONU deve enviar um efetivo de 5.500 homens para supervisionar o último acordo de cessar-fogo, assinado em abril, mas que não está sendo respeitado.

África do Sul

Globalização aumenta o racismo

A globalização aumenta o racismo e a xenofobia, segundo ativistas de direitos humanos, que alertam para a urgência de a comunidade internacional combater o problema. A Conferência contra o Racismo, marcada para 2001, na África do Sul, discutirá a questão e as possíveis medidas contrárias ao ressurgimento da intolerância relacionada à globalização.

A titular do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Mary Robinson, afirma que o encontro dará à comunidade internacional a plataforma ideal para remediar a tendência de crescimento do número de adeptos à xenofobia.

"Observando as raízes do racismo e da xenofobia no mundo moderno, a importância da dimensão econômica surge imediatamente", observou Robinson, durante a primeira reunião preparatória da conferência, em maio. Ela assinalou que a discriminação perdura contra os imigrantes provenientes de nações em desenvolvimento, que estão em busca de uma vida melhor. "Os imigrantes são explorados e culpados de males econômicos que nada têm a ver com eles", ressaltou. Ela lembrou que os refugiados recebem o mesmo tipo de tratamento, sendo cada vez mais rejeitados pelas populações dos países ricos. Para Robinson, por trás da "institucionalização da xenofobia" estariam alguns Estados que vêm adotando medidas contra os trabalhadores imigrantes. A Human Rights Watch respalda as opiniões de Robinson. "O aumento da força internacional de trabalho vem gerando novas formas de discriminação. Um exemplo refere-se a imigrantes do sexo feminino, que sofrem com o tráfico e a prostituição forçada, e ficam sem qualquer proteção trabalhista.

Angola

Crise diplomática com Portugal

As deportações sumárias de supostos imigrantes ilegais são rotina nos aeroportos europeus, mas aplicar a mesma receita pode custar caro a um país africano. Os meios de comunicação e todos os setores políticos de Portugal reagiram escandalizados diante a deportação de 27 cidadãos portugueses que, segundo as autoridades angolanas, tentavam trabalhar em Angola com vistos de turista.

A oposição ao primeiro-ministro Antônio Guterres exigiu que o governo revise as relações entre os dois países. "A atitude das autoridades angolanas nos surpreendeu de maneira desagradável", disse o ministro das Relações Exteriores, Jaime Gama. Já o primeiro-ministro Guterres declarou que prefere esperar para saber o que aconteceu. "Situações deste tipo acontecem com frequência, inclusive no aeroporto de Lisboa, com angolanos que tentam entrar em Portugal de maneira irregular", afirmou.

Não é raro ver cidadãos angolanos e moçambicanos serem deportados mesmo tendo o visto em seus passaportes. No entanto, os portugueses se espantaram com a reação de Angola e Moçambique, que começaram a aplicar o princípio da reciprocidade, dificultando a entrada de portugueses.

Moçambique

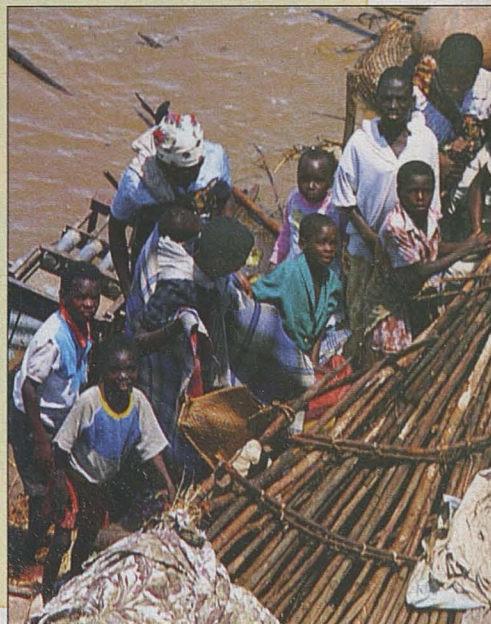
Ajuda externa para a reconstrução do país

Trinta e seis países decidiram doar 452,9 milhões de dólares a Moçambique, para a reconstrução da nação africana, abalada pelos estragos provocados pelas enchentes de fevereiro e março. A maior parte dos recursos virá dos Estados Unidos (131 milhões de dólares), União Européia (60 milhões), Holanda (45 milhões), Grã-Bretanha (44,8 milhões) e Japão (30 milhões de dólares). A ajuda havia sido solicitada por Moçambique para a reconstrução de sua infra-estrutura, restabelecimento de serviços públicos e reativação da economia. As enchentes causaram a morte de cerca de 700 pessoas e uns 500 mil moçambicanos perderam suas casas. Além disso, 210 mil crianças ficaram sem escola.

A ajuda externa foi aprovada durante conferência organizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), realizada em Roma, Itália. Na sessão inaugural, o presidente da Moçambique, Joaquim Chissano, havia pedido urgência na resolução do problema. "Se deve tomar uma decisão rápida, porque a ajuda serve para hoje, não para amanhã", declarou.

A Itália já tem uma extensa história de colaboração com a ex-colônia portuguesa. Em outubro de 1992, ajudou a mediar o processo de paz entre o governo do país africano e a guerrilha do Movimento Nacional Moçambicano, depois de 16 anos de guerra civil. Também foi uma das primeiras nações a auxiliar Maputo, após as inundações deste ano, concedendo seis milhões de dólares de emergência direta e outros 17 milhões de dólares mediante agências das Nações Unidas. A estas assistências, somam-se 80 milhões de dólares, que já estavam destinados a projetos de cooperação com Moçambique, no triênio 2000-2002.

As piores enchentes deste século em Moçambique, ocorridas nos primeiros meses deste ano, deixaram meio milhão de pessoas sem lar, 700 mil mortos e a economia do país em ruínas. Diante da tragédia, vários países desenvolvidos acordaram doar 400 milhões de dólares para o governo moçambicano, que buscava tirar o país da estagnação, após décadas de guerra civil



Iugoslávia-Kosovo

Interesses econômicos

Por trás dos conflitos interétnicos no Kosovo, província iugoslava de 10.887 km² atualmente administrada pela ONU, há poderosos interesses econômicos em jogo. Não é por acaso que a pequena cidade de Mitrovica, na zona francesa, continua sendo o principal foco de tensões entre os sérvios, ao norte do rio Ibar, e os albaneses, ao sul. Para evitar enfrentamentos sangrentos, as tropas da ONU têm de controlar dia e noite a ponte que separa as duas comunidades urbanas.

Não são apenas problemas humanitários que explicam a presença de militares estrangeiros a mando da organização internacional. Mitrovica fica a poucos quilômetros das jazidas de minérios de Trepca. Antes da guerra civil, a produção representava 25% do Produto Interno Bruto (PIB) do Kosovo.

Nos melhores anos eram extraídos e exportados 120.000 toneladas de chumbo, 50.000 toneladas de zinco, 100.000 toneladas de prata e aproximadamente 100 quilos de ouro. Segundo o semanário *Nin* de Belgrado, citando um funcionário da ONU, Trepca é um problema tabu devido à sua com-

plexidade. Atualmente as minas mais ricas do Kosovo assim como um grande número de empresas ligadas à produção de minérios em Mitrovica, Pec, Prizren e Srbica estão nas mãos dos albaneses, com exceção de Stari Trg.

As minas de Trepca são tão importantes que as autoridades de Belgrado não querem abrir mão dos seus direitos, exigindo que a região setentrional do Kosovo permaneça dentro do território da Iugoslávia.

Os albaneses, por sua vez, que esperam conquistar a sua independência com ou sem o acordo da ONU, pretendem tomar posse de todas as minas. Não faltam homens de negócios e multinacionais para apoiá-los. Toda a parte oriental do Kosovo forma com a Macedônia, Romênia e Bulgária um verdadeiro quadrilátero de chumbo e zinco. Um certo Evangelos Mitilineos, de na-



Estudantes universitários de Belgrado marcham pelas ruas da cidade, em 22 de maio passado, em protesto contra o regime do presidente iugoslavo Slobodan Milosevic

cionalidade grega, já investiu muito dinheiro nas minas dessa região balcânica. Em Trepca, a empresa francesa SCMM possui 2,8% do complexo industrial das minas, segundo o semanário *Nin*. Para onde foram ou irão os investimentos estrangeiros no Kosovo? A pergunta é fundamental.

Oficialmente a ONU não está disposta a conceder o estatuto de país independente ao Kosovo preferindo acalmar os ânimos entre sérvios e albaneses antes de encontrar uma solução. Mas as multinacionais hoje são tão poderosas que o imprevisível pode acontecer. A situação nessa província da Iugoslávia continua frágil e confusa. (Edouard Bailby)



O primeiro-ministro russo Mikhail Kasyanov (esq.) conversa com o presidente Vladimir Putin (dir.) em 23 de maio durante um encontro em Minsk, Bielorrússia, com líderes dos outros quatro países da Federação Russa (Rússia, Bielorrússia, Tadjikistan, Uzbequistão e Kirghizstão). Moscou e Minsk estão preparando um acordo que abre caminho para a introdução de uma moeda comum na região

Filipinas

Crise política se agrava após dois atentados

As Filipinas enfrentam uma de suas piores crises políticas, desde uma série de golpes ocorridos no fim dos anos 80. Extremistas chegaram a capturar 18 crianças, 12 professores e, depois, 21 turistas em um resort na Ilha de Basilan, provocando um drama que se arrastava desde abril. Em mais um mês de confrontos entre separatistas muçulmanos e o governo, ocorreram ainda dois atentados a bomba em movimentados shoppings da capital, Manila. Um deles deixou um morto e 11 feridos.

Japão

Morre ex-primeiro-ministro

O ex-primeiro-ministro japonês Keizo Obuchi morreu no dia 14 de maio, aos 62 anos, após seis semanas em estado de coma, por causa de um derrame. Obuchi assumiu em julho de 1998 sofrendo muitas contestações. Após adotar uma política econômica eficaz, que evitou a recessão, ele conquistou a confiança do povo japonês.

O novo premiê, Yoshiro Mori, anunciou que as eleições gerais no Japão foram antecipadas para a data de seu aniversário, 25 de junho. Além desta homenagem, vários chefes de Estado enviaram condolências ao povo japonês, pela morte de seu líder político, entre os quais o presidente norte-americano Bill Clinton, o primeiro-ministro francês Jacques Chirac, Boris Yeltsin e Vladimir Putin, respectivamente ex e atual presidentes da Rússia.

Avanço feminino - A maioria do Parlamento japonês é formada por homens, mas muitas japonesas estão determinadas a mudar esse quadro. "Temos de mudar essa situação que coloca o Japão com um dos mais baixos índices de representação parlamentar feminina do mundo", afirma Yoko Harada, secretária da organização feminista Win Win, filial japonesa da norte-americana Emily's List, que tem 700 afiliados, sendo 90% mulheres. No Japão, elas ocupam hoje 8,9% do legislativo bicameral, o que representa o dobro de uma década atrás, mas ainda é muito inferior ao da Alemanha (30,9%) e Grã-Bretanha (18,4%).

A vizinha Coreia do Sul, que está mais atrasada que o Japão e tem 3,7% de mulheres no Parlamento, está mudando sua legislação. Em fevereiro, os sul-coreanos aprovaram uma lei que obriga os partidos a incluírem 30% de mulheres em suas listas de candidatos. Por isso as japonesas estão apressando o passo. Só no mês passado, 137 mulheres expressaram publicamente sua vontade de candidatar-se para as próximas eleições.

Alguns analistas acreditam que, num futuro próximo, os japoneses votarão mais em mulheres. "Há 20 anos, o crescimento econômico era a única preocupação. Agora, o Japão enfrenta o envelhecimento de sua população, que faz do tema do bem estar social um objeto de intenso debate", observou Minoru Tada, um comentarista político. "Portanto haverá mais votos para as mulheres, que tradicionalmente considera-se mais capacitadas para abordar estes problemas", disse.

Unesco

Manifesto pela paz

A **Assembléia Geral das Nações Unidas** proclamou o ano de 2000 o "Ano Internacional da Cultura da Paz". Um grupo de notáveis, vencedores do Prêmio Nobel da Paz, entre eles o sul-africano Nelson Mandela, o russo Mikhail Gorbachev, o israelense Shimon Peres, o Dalai Lama e a guatemalteca Rigoberta Manchu, elaboraram um manifesto para esse movimento mundial.

O objetivo é que o manifesto reúna milhões de assinaturas, numa ação coordenada pela Unesco, que sejam entregues à Assembléia Geral da ONU, em setembro deste ano. As idéias principais reforçadas pelo documento são de respeito à vida, rejeição da violência, redescoberta da solidariedade e preservação do planeta. Qualquer cidadão pode assinar o "Manifesto 2000" através da internet: www.unesco.org/manifesto2000.

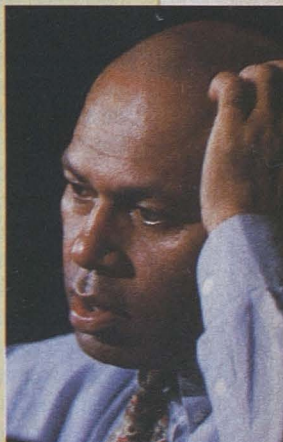
Ou escrever para Ato Internacional da Cultura da Paz, Unesco, 7 Place Fontenoy F-75352, Paris 07 SP, França.



Fiji

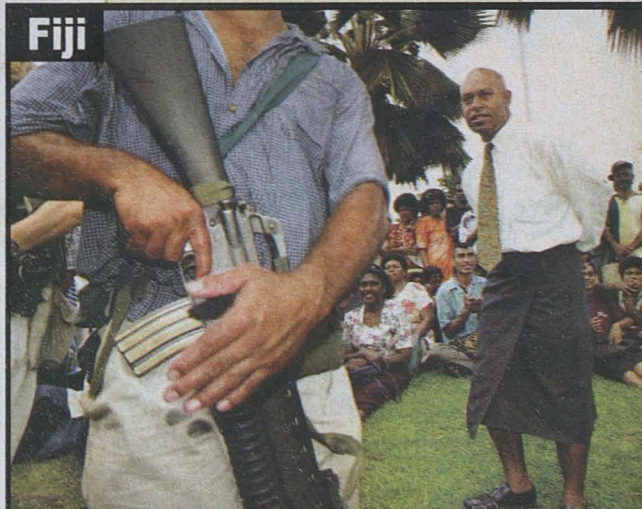
Golpe contra a democracia racial

Uma tentativa de golpe civil acompanhada de seqüestro do primeiro-ministro Mahendra Chaudhry e seus ministros de Estado mudou os rumos da política de Fiji, pequeno arquipélago localizado no Pacífico, a nordeste da Austrália. O líder do golpe, o empresário George Speight, chegou a se autoproclamar primeiro-ministro interino, enquanto mantinha Chaudhry e sua equipe em cativeiro, dentro do Parlamento do país. Para tentar restabelecer a ordem, o chefe das Forças Armadas, Franck Baianamarama, assumiu o Poder Executivo.



O líder golpista George Speight (acima) defende o poder em Fiji somente para os descendentes de índios nativos do país, tal como ele é. O primeiro-ministro seqüestrado, em maio, e mantido em cativeiro por Speight dentro do próprio Parlamento é descendente de indianos. Neste arquipélago no Pacífico, 44% da população é formada por indo-fijianos

Fiji



Protegido por uma segurança fortemente armada, o empresário George Speight (dir.), líder da tentativa de golpe, conversa com centenas de pessoas dentro do Parlamento, onde mantinha como refém o primeiro-ministro do país e outros 30 integrantes da equipe de governo, no final de maio

Cuba

Avanços sociais

Segundo o secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Kofi Annan, Cuba é um dos poucos países em desenvolvimento que alcançaram progressos "impressionantes" em matéria de desenvolvimento social. As conquistas de Cuba em saúde, educação e alfabetização adquirem maior importância devido à baixa renda per capita e ao sofrimento do país causado pelo embargo econômico imposto pelos Estados Unidos desde 1963.

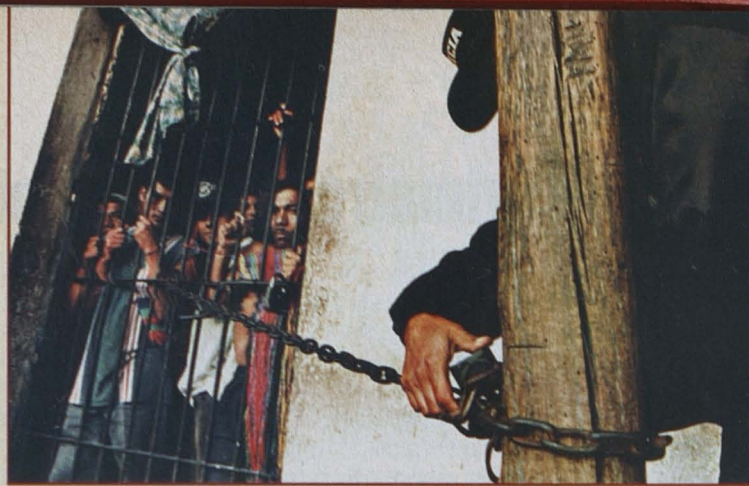
"Cuba deveria ser invejada por muitas outras nações mais ricas", disse Annan, citando o índice de desenvolvimento humano da ONU. Com uma população de 11,1 milhões, a renda per capita cubana é menor que 1.300 dólares, mas a expectativa de vida subiu para 76 anos e 96% dos adultos são alfabetizados.

Annan destacou que o êxito de Cuba não muda a necessidade de um ambiente político e econômico mundial mais benéfico para os países pobres. "No entanto, mostra o quanto podem fazer essas nações, mesmo contando com poucos recursos, se derem a devida atenção às prioridades corretas, como saúde e educação", assinalou Annan.



México

Os candidatos a presidente do México, Vicente Fox (à esquerda), do PAN, Cuauhtemoc Cárdenas do PRD (no centro), e Francisco Labastida, do PRI, se enfrentaram durante um debate público, que pesquisas de opinião indicam ter sido vencido por Labastida. Continuam empatados no primeiro lugar o candidato do PRI e do PAN. O primeiro turno da eleição é no próximo 2 de julho



América Latina

Superlotação dos presídios

Agglomeração, violência e corrupção são alguns dos problemas de mais de 500 mil prisioneiros nos cárceres da América Latina, segundo um relatório do Parlamento Latino-Americano, que sugere que as prisões sejam dependentes dos ministérios de Justiça ou administradas por institutos autônomos. O relatório destaca ainda que o número de prisioneiros nos países da região aumenta a cada ano sem que haja uma diminuição da criminalidade. Esta situação gera uma saturação do sistema, agravada pela lentidão dos processos judiciais. A superlotação nos presídios chega a tal ponto que os presos, em alguns locais, devem permanecer sentados durante as 24 horas do dia.



O presidente do Peru, Alberto Fujimori, foi reeleito, dia 28 de maio, para o terceiro mandato consecutivo, sob suspeitas de fraude e protestos dentro e fora do país. Um dia após as eleições, o governo dos Estados Unidos chamou a vitória de Fujimori de ilegítima e classificou seu regime como uma ameaça à democracia da América Latina. A eleição não teve acompanhamento de organismos internacionais, que se retiraram do país devido à falta de transparência do processo. Também não foram permitidas pesquisas de boca de urna por parte de institutos privados. Fujimori recebeu 50,3% dos votos e Alejandro Toledo, mesmo tendo desistido de concorrer por causa da fraude que ele denunciara, 16,5%. Um número recorde de eleitores, 32%, anulou o voto, escrevendo nas cédulas "não às fraudes"



Paraguai

Depois do golpe, estado de exceção

Uma tentativa frustrada de golpe militar ocorreu, em 18 de maio, no Paraguai, atribuída a forças leais ao general Lino Oviedo, com o objetivo de derrubar o atual presidente Luis González Macchi.

O militar - que já havia tentado tomar o poder em 1996 -, nega qualquer participação no golpe e continua foragido dentro do próprio país. Comentaristas políticos paraguaios avaliaram a sublevação como um "desastre", porque os três blindados que chegaram ao Congresso para iniciar o golpe deram apenas alguns tiros e saíram rapidamente em retirada, por não encontrar apoio.

No mesmo dia, o Congresso aprovou o estado de sítio, imposto pelo governo, para permitir em um prazo de 30

dias a prisão dos suspeitos de envolvimento no complô. Desde então, 91 pessoas receberam ordem de prisão, sendo 47 oficiais, 22 policiais, 4 congressistas, 5 jornalistas e outros 13 civis. O pedido de detenção de jornalistas gerou críticas ao governo, acusado de estar abusando de seu poder no estado de exceção.

Em 1996, o general Lino Oviedo era chefe do Estado Maior no governo de Juan Carlos Wasmosy. Destituído, liderou uma tentativa também frustrada de golpe. No ano passado, ele e o então presidente Raúl Cubas foram apontados como mentores do assassinato do vice-presidente Luiz Argañas. Cubas renunciou e assumiu o cargo o então presidente do Congresso, Luiz González Macchi.

Equador

Chefes militares renunciam

Os comandantes da Marinha e da Aeronáutica do Equador - Enrique Monteverde e Ricardo Irigoyen, respectivamente - apresentaram publicamente seu pedido de demissão ao presidente Gustavo Noboa. Ambos estiveram reunidos com Norton Narváez, comandante do Exército, e com o presidente na véspera de sua demissão.

As Forças Armadas do país estão em crise desde os acontecimentos que culminaram com a renúncia do então presidente Jamil Mahuad, em 21 de janeiro. A saída do presidente e sua substituição pelo vice-presidente Gustavo Noboa foi o ponto culminante de um levante popular que contou com o apoio dos militares. Atualmente está tramitando no Congresso equatoriano uma lei que anistia todos os membros das Forças Armadas que participaram do movimento, entre os quais estão mais de vinte coronéis e uma centena de militares de baixa patente.

Chile

Pinochet: imunidade cassada

O Tribunal de Apelação de Santiago teria derrubado a imunidade parlamentar do ex-ditador Augusto Pinochet, por 13 a 9 votos, segundo adiantou a imprensa chilena. A decisão oficial deve ser divulgada em junho, mas, com o vazamento da informação, os advogados do ditador rapidamente aprontaram o recurso a ser apresentado ao Tribunal de Apelação.

Caso sua imunidade seja realmente cassada - o apelo da defesa deve arrastar a decisão final por semanas ou meses -, Pinochet poderá ser julgado em 109 processos movidos contra ele, por crimes cometidos durante a ditadura chilena, mas o número de queixas ainda pode aumentar.

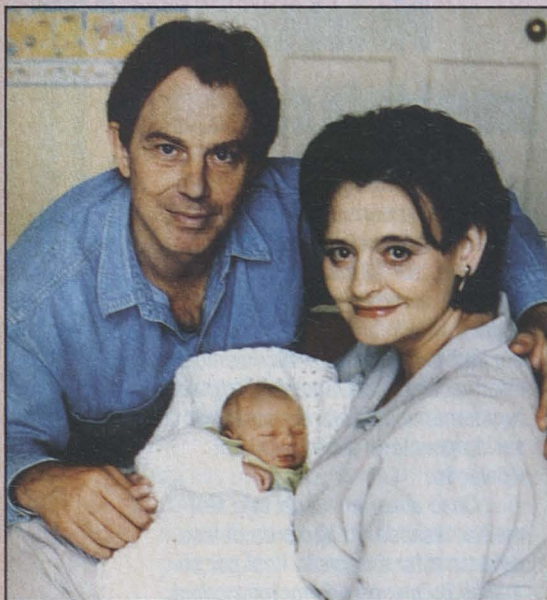
O processo que teria motivado a cassação refere-se ao seqüestro de 19 opositores, em outubro de 1973, logo após o golpe de Estado.

Os corpos das vítimas nunca foram encontrados. Pinochet retornou ao Chile há três meses, depois de ficar 17 meses preso na Inglaterra, até se livrar de sua extradição para a Espanha, onde também há vários processos contra ele.

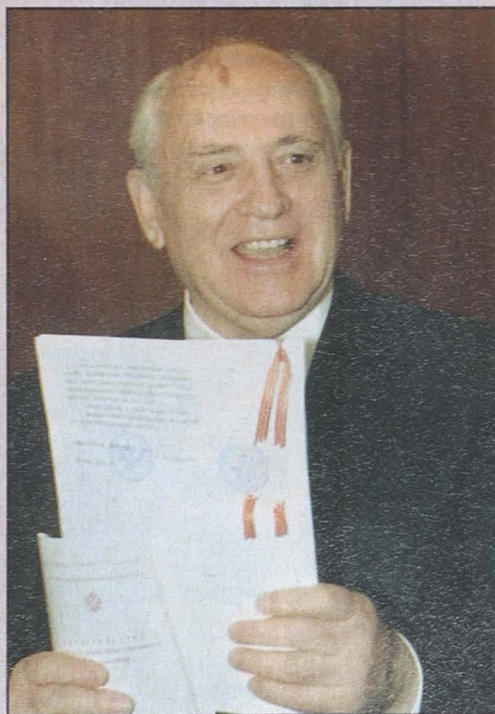


O presidente do Equador, Gustavo Noboa (esq.), desfila acompanhado do novo chefe das Forças Armadas, o vice almirante Miguel Saona

Gente



O primeiro-ministro britânico Tony Blair e sua esposa, Cherie, posam com o filho, Leo - na foto com apenas um dia de vida -, na residência oficial de Downing Street. O bebê nasceu no Westminster Hospital, em Londres, no dia 21 de maio. Blair é o primeiro premiê na história da Grã-Bretanha a ter um filho durante o exercício do seu mandato



O ex-presidente da União Soviética, Mikhail Gorbachev, segura o certificado de filiação ao partido russo da Social Democracia Unida, em 25 de maio. Gorbachev afirma estar convencido de que as idéias social-democratas são as que mais se adaptam ao momento histórico vivido neste momento pela Rússia

O apresentador de programas de entretenimento da televisão norte-americana Robert Johnson se tornou o primeiro negro proprietário de uma empresa regional de aviação civil nos Estados Unidos, a DC Air. A nova companhia surgiu da fusão da United Airlines e da então rival US Airways



Elizabeth Taylor mostra o bracelete de diamantes que ganhou de presente do astro musical Michael Jackson, quando chegava ao London's Dorchester Hotel, em maio, para um jantar de caridade promovido pela Fundação Elizabeth Taylor de combate à AIDS



O premiado escritor peruano Mario Vargas Llosa fez um giro pela América Central e o Caribe para apresentar seu novo livro, 'La fiesta del Chivo' (A festa do bode), cujo tema central é a sanguinária ditadura de Leonidas Trujillo, na República Dominicana. A foto foi tirada em San Salvador, capital de El Salvador, onde mil pessoas foram prestigiar o lançamento do livro, cujo tema, as ditaduras, suscita grande interesse no continente

O papel do Parlamento Europeu

Graças ao Tratado de Amsterdã, os eurodeputados têm, entre outras prerrogativas, o poder de votar o orçamento da União Européia. E, no terreno político, por ser a extrema-direita uma ínfima minoria dentro do Parlamento Europeu, o bloco dos democratas pode colocar um freio nas ambições do neonazista austríaco Jörg Haider

Edouard Bailby

A COLIGAÇÃO GOVERNAMENTAL da direita e da extrema-direita na Áustria, país-membro da União Européia desde janeiro de 1995, abalou a opinião pública. Não se esperava que o Partido Democrata-Cristão (ÖVP) fosse dar a sua preferência para dirigir o país ao Partido da Liberdade Austríaca (FPÖ) do neonazista Jörg Haider, que recebeu 26,9% dos votos nas eleições legislativas de outubro. Mais uma vez ficou provado que a direita prefere escolher a extrema-direita quando está ameaçada de perder o poder. Escandalizados, muitos europeus chegaram a exigir o boicote político, econômico e cultural do país. Aos poucos, porém, os ânimos foram se acalmando, com a esperança de que, integrada num conjunto das nações democráticas, a Áustria respeitará as regras do jogo.

A votação recebida por Jörg Haider, governador da província da Caríntia, um homem declaradamente xenóforo e racista, é mais do que preocupante. Educado numa família nazista que a-

poiou desde a primeira hora Adolf Hitler, como muitos austríacos em 1938, o líder extremista declarou em várias ocasiões que admirava a "coragem" dos soldados da Wehrmacht que lutaram por um "ideal". Qual? Ao mesmo tempo, nunca condenou claramente o extermínio sistemático de judeus e ciganos durante a Segunda Guerra Mundial.

Por um lado, Haider é um adversário declarado da abertura da União Européia aos países do Leste, temendo a entrada maciça de cidadãos húngaros, eslovacos, tchecos, ucranianos e russos na Áustria, à procura de melhores condições de vida. Por outro, preconiza uma política econômica ultraliberal e a adesão do seu país à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Populista agressivo e autoritário, lança periodicamente ataques contra a União Européia, obrigando depois o chanceler Wolfgang Schüssel, do Partido Democrata-Cristão, a intervir publicamente para atenuar suas declarações.

A tentação de seguir o exemplo da Áustria não deixa de ser grande entre certas forças européias da direita. Por enquanto, a Comissão de Bruxelas e o

Conselho de Ministros, que constituem o poder executivo da União Européia, não pretendem abdicar do seu direito de veto a qualquer tentativa de desestabilização antidemocrática. Mas convém não esquecer que a extrema-direita pode aumentar as suas pressões tanto no Parlamento Europeu como nas assembleias nacionais. Em cinco países da Europa ocidental, ela obteve mais de 10% dos votos nas últimas eleições legislativas. Áustria, 26,9%; Suíça, 22,5; Itália, 16,6; Noruega, 15,3; França, 14,9. Na Alemanha recebeu apenas 3% dos votos, sendo impossibilitada, portanto, de ter um deputado no Bundestag.

Existe a possibilidade de novas alianças, pondo em perigo a construção da Europa. Como reagir? A resposta repousa em parte sobre o Parlamento Europeu que, depois do Tratado de Amsterdã, de 1º de maio de 1999, viu os seus poderes legislativos reforçados.

Em junho do ano passado, 298 milhões de eleitores votaram pela quinta vez para eleger os 626 deputados do Parlamento Europeu. A maior bancada compõe-se de 233 deputados conservadores e democrata-cristãos, reunidos no

Partido Popular Europeu (PPE). Vêm depois os socialistas e social-democratas do Partido Socialista Europeu (PSE) com 180, 50 liberais, 48 verdes e 42 comunistas. Total: 553 deputados

20 extremistas

Os 73 que restam dividem-se entre pequenos partidos, como os defensores franceses da caça e da pesca, degaulistas conservadores como Charles Pasqua, antigo ministro francês do Interior, e os extremistas da direita. Desta vez, ao contrário do que ocorreu em 1989, a extrema-direita não conseguiu formar um grupo político por falta de quórum. Os dois deputados do Vlaams Block (Bélgica), os cinco "frontistas" franceses e os seis "liberais" de Jörg Heider, tiveram de ser incluídos entre os "não-inscritos", em companhia dos 7 deputados do Partido Radical italiano de Emma Bonino. Ou seja, a extrema-direita representa uma ínfima minoria. O bloco dos democratas é de tal forma poderoso que Jörg Haider terá uma margem limitada de manobras para agir.

Graças ao Tratado de Amsterdã, os deputados podem censurar a Comissão, constituída de tecnocratas com poderes executivos, votar o orçamento da União Européia, opor seu direito de veto às diretrizes de Bruxelas e compartilhar das decisões tomadas pelo Conselho europeu que reúne os chefes de Estado e de governo dos Quinze.

Ninguém duvida hoje da necessidade de construir a União Européia para fortalecer sua economia, proteger as suas culturas e enfrentar a hegemonia dos Estados Unidos. Mas o desafio é enorme. No entanto, nada impede que os Quinze possam ter uma moeda comum, uma política econômica e uma defesa comum. O problema é saber até que ponto cada nação pode ou quer abdicar de uma parte de sua soberania em benefício de todos. Para as forças de esquerda, o verdadeiro desafio é fazer com que a União Européia não seja dominada pelo grande

capital, em detrimento dos milhões de assalariados. A mobilização da opinião pública é uma necessidade. Nisto o Parlamento tem um papel importante a desempenhar.

Segundo uma sondagem realizada antes das eleições do ano passado, 57% dos europeus nada sabiam a respeito do Parlamento Europeu, sendo que os britânicos bateram o recorde com 69%. As pesquisas mostraram que problema de legitimidade explicaria esse desinteresse. Muitos eleitores consideram que os parlamentares de Estrasburgo ganham salários altos sem realizar nada de concreto.

Novos avanços

O Parlamento não é uma assembléia como qualquer outra; muitas vezes as clivagens nacionais são mais importantes do que as filiações ideológicas. Mas, com o Tratado de Amsterdã, os deputados são cada vez mais ativos. Foi com a "vaca louca" que o Parlamento desempenhou pela primeira vez o seu verdadeiro papel de poder legislativo. Tomando conhecimento através da imprensa de várias irregularidades por parte dos tecnocratas de Bruxelas, os deputados criaram, em julho de 1996, uma comissão de inquérito para determinar se tinham corretamente administrado a epizootia.

A despeito do caráter estarrecedor do relatório, mostrando como a Comissão de Bruxelas tinha escondido a amplitude e a gravidade da doença, os eurodeputados limitaram-se a votar uma moção de censura condicional por 422 votos contra 49. Com essa iniciativa, o Parlamento colocou a Comissão sob a sua tutela. Temendo uma verdadeira censura, esta foi obrigada a proceder a uma série de reformas no seu funcionamento.

Em setembro de 1998, novo problema com a revelação de negócios ilícitos, nepotismo, corrupção e fraudes na Comissão de Bruxelas. As relações entre as duas instituições se endureceram

A foto mostra o interior da nova sede do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, cenário dos debates dos deputados eleitos em 1999



imediatamente. Quatro meses mais tarde, Jacques Santer (Luxemburgo), eleito presidente da Comissão em 1994, só não foi demitido porque a moção de censura foi rejeitada por 293 votos contra 232 e 27 abstenções. Mas foi obrigado a aceitar a criação de um comitê dos sábios, encarregado de analisar os disfuncionamentos de sua instituição.

O relatório entregue em 15 de março era tão impressionante que os líderes dos dois principais grupos - PPE e PSE - declararam que votariam a censura. A Comissão preferiu demitir-se. Consequência: a Comissão de Bruxelas e o Conselho Europeu têm sido obrigados a considerar o poder legislativo do Parlamento.

Símbolo dessa situação nova, o italiano Romano Prodi, novo presidente do executivo europeu, resolveu nomear uma vice-presidente encarregada das relações com o Parlamento.

Que farão os eurodeputados com o seu poder? As clivagens são numerosas entre os deputados, o que torna as maiorias difíceis e imprevisíveis: direita contra esquerda, prós e antieuropeus, partidos na oposição contra os que estão no poder em seus países, cidadãos de países que tiram benefícios do orçamento da União contra os de países contribuintes etc. O risco é grande de



passar de uma Europa coerente porém tecnocrática, representada pela Comissão de Bruxelas, para uma Europa mais democrática porém imprevisível.

Estrasburgo e Bruxelas

A briga pela sede do Parlamento Europeu foi outro problema que causou discussões intermináveis atrasando debates e resoluções de primeira importância. Estrasburgo ou Bruxelas? Belgas e britânicos queriam a capital da Bélgica. Principal argumento: proximidade do Conselho de Ministros e da Comissão Europeia. Finalmente, em 1985, os deputados decidiram realizar várias sessões anuais em Bruxelas.

Graças ao financiamento de empresas privadas, a Bélgica construiu um hemiciclo de 750 lugares e 370 000 m² de escritórios. Custo: mais de um bilhão de dólares. É chamado até hoje na imprensa *Le caprice des dieux* (O capricho dos deuses), nome de uma célebre marca de queijo na França.

Com o apoio do chanceler alemão Helmut Kohl, o presidente François Mitterrand conseguiu que o Parlamento europeu tivesse a sua sede oficial em Estrasburgo, cidade situada na fronteira

dos dois países que formam o eixo central da União Europeia. Todas as sessões plenárias teriam de ser realizadas uma vez por mês nessa cidade. As sessões plenárias adicionais seriam organizadas em Bruxelas. Como consequência, as comissões do Parlamento têm a sua sede em Bruxelas, enquanto que o secretariado-geral funciona em Luxemburgo. Foi a melhor solução encontrada para satisfazer as suscetibilidades nacionais.

Para abrigar o Parlamento em Estrasburgo, a França gastou 500 milhões de dólares construindo um edifício moderno com um hemiciclo de 750 lugares e 185.000 m² de escritórios e salas de reuniões, inaugurado em 1999.

Três países aderiram à União Europeia depois das eleições de 1994: Suécia, Finlândia e Áustria, aumentando conseqüentemente o número de deputados. Que acontecerá quando países do Leste europeu se juntarem aos Quinze? Muitos temem que a assembleia de Estrasburgo se torne uma espécie de congresso do PC chinês com a presença de mil deputados ou mais.

Por ocasião da redação do Tratado de Amsterdã, os Quinze se puseram de acordo para limitar a 700 o número de deputados. Como serão distribuídos? Sendo o país mais povoado da União Europeia com 82 milhões de habitantes, a Alemanha tem o maior número de deputados (99), seguida da França, Grã-Bretanha e Itália (87 cada) e a Espanha, com 64. O menor Estado, Luxemburgo (429.000 habitantes), tem 6 deputados. Resta a questão dos países pequenos que temem a hegemonia dos grandes.

Dólares demais

Outro problema que irrita os eleitores são as mordomias dos deputados. "Declarem o seu domicílio o mais longe possível de Bruxelas, de preferência a residência secundária, se tiverem uma, porque o reembolso das despesas de viagem é mais vantajoso", comentou com cinismo, em 1994, o atual ministro fran-

cês da Educação nacional, Jack Lang, prefeito da cidade de Blois. Foi o que fez. Todo mundo utiliza essa fraude tolerada. Enquanto nas organizações internacionais, nas repartições públicas e nas empresas privadas é necessário apresentar a passagem de trem ou de avião para ser reembolsado, no Parlamento, o deputado só deve entregar talão de embarque ou declaração *sur l'honneur*.

Além dessa vantagem, cada parlamentar recebe 230 dólares por dia, quando participa de uma sessão em Bruxelas ou Estrasburgo, para pagar as despesas de hotel e restaurantes, uma indenização de secretariado de 3.385 dólares por mês e uma indenização de 9.690 dólares destinada a pagar assistentes. Em média, um eurodeputado recebe, além do seu salário, cerca de 15.380 dólares por mês.

Não é chocante em si, no entanto, o problema é que os parlamentares recusam qualquer controle. Enquanto isso, os assistentes têm muitas vezes salário irrisório, não são declarados à Previdência Social e são demitidos sem aviso prévio.

Convém esclarecer que cada deputado é pago como seu homólogo nacional e as diferenças são enormes: um espanhol recebe o equivalente a 2.845 dólares por mês, ao passo que um italiano tem direito a 9.700 dólares. Os mais bem pagos, depois dos italianos, são na ordem, os austríacos (9.550 dólares), os alemães (6.365 dólares), os belgas (5.650), os britânicos (5.410) e os franceses (5.400). Os nórdicos recebem em média 3.290 dólares.

As eleições regionais na Itália, em abril deste ano, dando impulso significativo às forças conservadoras, provam que os partidos de esquerda não podem ficar de braços cruzados. O perigo de aliança da direita com a extrema-direita não pode ser descartado num futuro próximo. Levada adiante pelas forças econômicas neoliberais e ultraliberais, a construção da União Europeia estaria ameaçada de seguir um caminho torto. ■

Vieques

Prelúdio de uma nova era

A iniciativa isolada de um pequeno grupo de patriotas, que se insurgiu contra o uso militar da ilha de Vieques, desperta o povo de Porto Rico para o alto preço de seu estatuto semicolonial

Maria de Lourdes S. Negrón¹

Fotos: AFP/Divulgação

HÁ UM ANO ATRÁS, falar da possibilidade de um consenso para conseguir a saída da Marinha de Guerra dos Estados Unidos da ilha-município de Vieques, em Porto Rico, poderia ser considerado um disparate, ou pelo menos um gesto exageradamente otimista. Por décadas, a utilização da ilha de Vieques como cenário de práticas militares da Marinha norte-americana contava com a cumplicidade de importantes setores sociais de Porto Rico. A denúncia dos sofrimentos já dos moradores da Ilha Nena (menina, em português) era tida por muitos como uma reação antinorte-americana, privativa do setor independentista da sociedade, ou como um sinal de intransigência da parte de um grupo radical.

É por isso que a resposta do presidente Bill Clinton aos acontecimentos dos últimos meses se comprometendo a diminuir os bombardeios e a utilizar exclusivamente bombas de festim (não radioativas), além de uma compensação

econômica de 40 milhões de dólares provocou indignação e decepção.

Em 31 de janeiro, o governador de Porto Rico, Pedro Roselló, aceitou a proposta do presidente Clinton de reanudar os exercícios militares de forma limitada durante pelo menos três anos, utilizando bombas não-radioativas. Em troca, Clinton propôs um referendo que decida sobre a presença da Marinha na ilha. O governo norte-americano pagará 40 milhões de dólares a Vieques até 2003, e, caso os viequesenses votem pela permanência da Marinha, promete mais 50 milhões.

Depois de quase um ano de resistência à política belicista dos Estados Unidos, os habitantes de Porto Rico esperavam que o governo norte-americano admitisse não dar nem um tiro a mais.

Um pouco de história

Desde 1940, a Marinha de Guerra dos Estados Unidos tem utilizado Vieques - uma pequena ilha a sudeste de Porto Rico - como cenário de seus exercícios militares. A Marinha ocupa 26 mil dos 33 mil acres da "Isla Nena"

(equivalentes a duas terças partes da mesma). Os mais de 9 mil porto-riquenhos que habitam a ilha são proibidos de ingressar em qualquer parte desse território, que ocupa toda a ilha com a única exceção de um estreito corredor no centro de Vieques, que não foi expropriado pelos norte-americanos.

A atual geração de viequesenses nem sequer viu uma única vez os quilômetros e quilômetros de zona cultivável e de praias espetaculares que têm servido para as manobras militares. Dia e noite os moradores sofrem com as explosões e a contaminação provocadas pelos exercícios da Armada dos Estados Unidos, em terra, água e ar, com munições verdadeiras e de festim, durante pelo menos duzentos dias por ano.

Além disso, Vieques sofre com o estrangulamento econômico que provoca a presença da Marinha norte-americana. É atualmente um dos mais pobres entre os 77 municípios de Porto Rico, com 73,3 % dos moradores abaixo do nível de pobreza. O desemprego supera em 5% a média de Porto Rico, chegando a 26,3%. E 4.041 habitantes de um total de 9.257 carecem de assistência alimentar.

Elevado custo de vida

O custo de vida em Vieques só piora este panorama. O litro de gasolina, por exemplo, que em Porto Rico custa 28 centavos de dólar, vale 41 em Vieques e constitui um problema para os pescadores, que consomem muita gasolina para sair ao mar e ganhar a vida. De fato, quase todos os produtos - até mesmo os de primeira necessidade, como o leite -, chegam a custar 20% mais do que em Porto Rico. A razão para esta disparidade de preço é o custo de transporte até a ilha "Nena". A rota natural seria através de Naguabo ou Ceiba. Mas não é possível, porque a rota coincide com áreas marítimas e terrestres em poder da Marinha norte-americana. Assim, a viagem toma o dobro do tempo, duplicando o valor dos fretes.

Os indicadores sociais também se ressentem. O nível de escolaridade dos residentes em Vieques é consideravelmente inferior ao dos habitantes da "Is-la Grande" (o resto de Porto Rico). Em 1990, apenas 35,4% da população viequense tinha o segundo grau completo, enquanto que em Porto Rico o percentual é de 49,7%.

O futuro em Vieques é bastante desolador por falta de incentivos para os jovens. A maioria dos egressos da escola secundária que vão para Porto Rico continuar os seus estudos, ali ficam.

No ano passado o Departamento de Saúde publicou, após suspeitos atrasos, dados alarmantes sobre a incidência de câncer em Vieques. Em um lugar em que não existem indústrias contaminadoras, nem nenhum outro fator considerado usualmente como cancerígeno, a incidência de câncer é três vezes maior que a de Porto Rico. É, também, consideravelmente mais elevado o número de pacientes de doenças respiratórias e de pele. Faz tempo que se suspeita dos estragos ambientais causados dentro da zona utilizada como área de tiro.

O fato de os atos de desobediência



A foto mostra um das dezenas de acampamentos - com a bandeira de Porto Rico como símbolo - dos manifestantes que se opõem à presença da Marinha dos EUA em Vieques

civil terem forçado a suspensão temporária das práticas militares na ilha, permitiu que pela primeira vez um grupo de pesquisadores porto-riquenhos avaliasse a extensão do desastre ecológico provocado pela Marinha norte-americana. A Comissão Ambiental do Partido Independentista Porto-riquenho divulgou um documento em que a Marinha admite ter utilizado balas de urânio em Vieques - prática ilegal antes negada categoricamente pelos oficiais navais.

Uma análise do terreno feita sob os padrões propostos pela Agência Federal de Proteção Ambiental (Environmental Protection Agency) norte-americana revelou a presença de metais pesados e outros agentes contaminantes (alguns cancerígenos) que não fazem parte da composição natural do terreno.

Também foram examinadas as lagoas já desgastadas e secas e se comprovou que os bombardeios e a construção de estradas cortaram o fluxo de água do oceano, asfixiando-as. Foram também estudados os ninhos de tinglares - tarta-

rugos marinhas gigantes, uma espécie em risco de extinção - e se constatou que os helicópteros da Marinha sobrevoam o seu habitat a alturas ilegais.

O que a Marinha de Guerra dos Estados Unidos fez com Vieques é descrito com precisão e poesia pelo pintor Carmelo Sobrino: "Vieques é como a lâmpada de um gênio que se perdeu e foi encontrada pela Marinha. E como a Marinha o que vê é a utilidade, vê o objeto e não a magia. Vieques é o fio que une dois mares e o altar martirizado pelo pecado maior do poder: não reconhecer o traje da divindade."

Despertando consciência

Apesar de os sofrimentos do povo viequense serem tão antigos com a presença da Marinha norte-americana, foi a desgraça ocorrida em 19 de abril de 1999 que fez com que os olhos de todo Porto Rico e do mundo inteiro se voltassem para a ilha.

Nessa data, um civil porto-riquenho

empregado da Marinha foi morto e outros quatro ficaram feridos quando um avião errou o alvo. Este incidente, além de uma desgraça pessoal, converteu-se em uma tragédia nacional. O esquecimento (ao qual se acrescentou, em muitas outras ocasiões, a cumplicidade de certos setores) de que Vieques foi vítima, abriu passagem a um grito geral para que a Marinha desistisse de utilizar a pequena ilha como campo de tiro.

O fim do bombardeio em Vieques e a saída da Marinha, posições antes defendidas quase que exclusivamente pelo Partido Independentista - que desde sua fundação, em 1946, luta pela a desmilitarização de Porto Rico - e por alguns outros nacionalistas - passou a ser a reivindicação da imensa maioria de porto-riquenhos.

Convencido de que só a presença de escudos humanos no campo de tiro deteria o treinamento, em 8 de maio de 1999 o senador Rubén Berríos², presidente do Partido Independentista Porto-riquenho, vice-presidente da Conferên-

cia Permanente de Partidos Políticos da América Latina (Coppal) e presidente honorário da Internacional Socialista, encabeçou a entrada de um grupo de militantes do PIP na zona restrita na costa sul de Vieques.

Na praia batizada Gilberto Concepción de Gracia, em homenagem ao fundador do PIP, o grupo estabeleceu um acampamento, com o compromisso de permanecer ali até que o governo norte-americano acatasse a vontade dos porto-riquenhos, ou até que procedesse à prisão dos manifestantes.

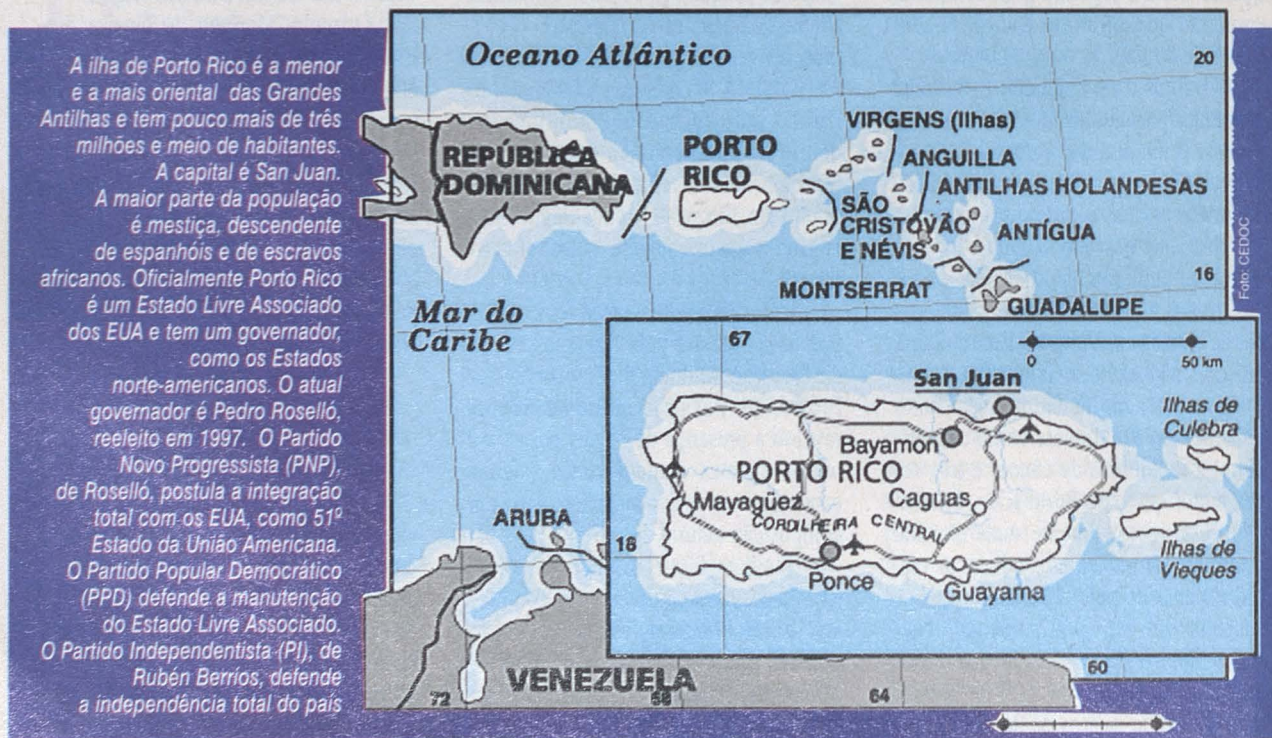
Durante quase um ano, vivendo até o final de 1999 em uma casinha de campanha (quando se construiu uma pequena casa de madeira), sem água potável e com a mínima comodidade, de forma ininterrupta Rubén Berríos desafiou a Marinha e resistiu às tempestades tropicais que em várias ocasiões arrasaram o acampamento.

Com esse ato de desobediência civil, Rubén Berríos e as dezenas de militantes independentistas que, através de

um sistema rotativo semanal, acamparam na praia de Concepción de Gracia, conseguiram evitar que as práticas de guerra fossem retomadas.

Duas semanas após o estabelecimento do acampamento do PIP, o governador de Porto Rico, Pedro Roselló, designou uma Comissão Especial sobre Vieques, em que estiveram representados os setores político, civi e religioso; para estudar o caso da ilha e submeter suas conclusões e recomendações. Através de um procedimento de audiências públicas, que aglutinou a atenção do país inteiro, a Comissão Especial recebeu testemunhos de indivíduos e organizações, revelando pela primeira vez para muitos porto-riquenhos a imagem de um Vieques refém dos desígnios da Marinha norte-americana.

O relatório da comissão que reivindica o fim imediato das práticas de tiro e a devolução dos terrenos em poder da Marinha foi adotado como próprio pelos porto-riquenhos. Uma segunda comissão, também designada pelo governador,



A ilha de Porto Rico é a menor e a mais oriental das Grandes Antilhas e tem pouco mais de três milhões e meio de habitantes. A capital é San Juan. A maior parte da população é mestiça, descendente de espanhóis e de escravos africanos. Oficialmente Porto Rico é um Estado Livre Associado dos EUA e tem um governador, como os Estados norte-americanos. O atual governador é Pedro Roselló, reeleito em 1997. O Partido Novo Progressista (PNP), de Roselló, postula a integração total com os EUA, como 51º Estado da União Americana. O Partido Popular Democrático (PPD) defende a manutenção do Estado Livre Associado. O Partido Independentista (PI), de Rubén Berríos, defende a independência total do país

O pioneirismo de Berríos

O movimento contra a ocupação da ilha de Vieques pela Marinha norte-americana foi iniciado por Rubén Berríos, presidente do Partido Independentista Porto-riquenho (PIP). Ele acampou sozinho na ilha, durante um ano, antes de ser desalojado. Mas cum-

priu sua promessa de regressar. Acompanhado de Jorge Fernández-Porto, assessor ambiental do PIP, Berríos voltou a Vieques no início de maio, entrou na área de risco e ali permaneceu durante algumas horas antes de ser preso por funcionários de segurança dos Estados Unidos

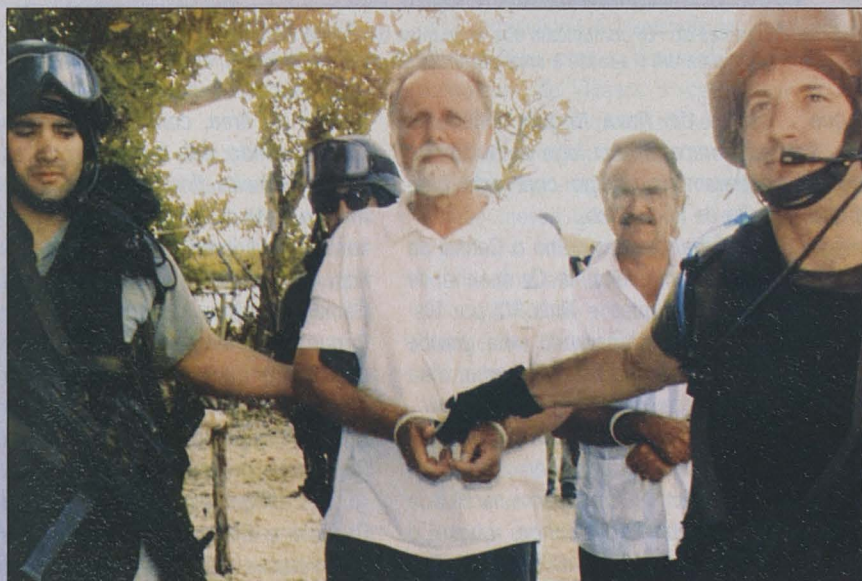
e levado junto com Fernández-Porto, de helicóptero, à Corte Federal norte-americana em San Juan, capital de Porto Rico. Ambos foram acusados de penetrar de forma ilegal em uma propriedade do governo dos Estados Unidos e estão em liberdade aguardando julgamento. A

data do julgamento não foi anunciada. Se forem declarados culpados, deverão pagar multas de 100 mil dólares e cumprir uma pena de prisão de até um ano. Os dois acusados se recusaram a cooperar com a Corte, já que não reconhecem o organismo judicial norte-americano como autoridade para julgá-los.

Discursando para centenas de militantes independentistas reunidos em frente à Corte, Berríos afirmou "os dias da Marinha de Guerra norte-americana em Vieques estão contados. A vitória está ao alcance das nossas mãos".

Berríos foi senador do parlamento porto-riquenho. Muitos militantes desejam que aceite se candidatar a governador de Porto Rico nas eleições deste ano.

A atitude do dirigente independentista teve grande impacto na ilha e em particular entre os moradores de Vieques. Carlos Ventura, um pescador, afirmou: "Berríos demonstrou que as ameaças das autoridades dos Estados Unidos não devem nos intimidar."



O vice-presidente da Internacional Socialista e presidente do Partido Independentista de Porto Rico Rubén Berríos foi detido em 4 de maio deste ano em Vieques, Porto Rico, depois de realizar uma manifestação pacífica contra a utilização da ilha pela Marinha norte-americana para prática de tiro e manobras navais. Mais de sessenta militantes independentistas também foram detidos

foi encarregada de pôr em vigor as recomendações. Grupos de apoio à causa viequense continuam proliferando, e vários acampamentos, organizados por pescadores, sindicatos, religiosos e cidadãos estabeleceram-se na zona restrita.

Em um gesto sem precedentes, a Igreja Católica, através do arcebispo de

San Juan, monsenhor Roberto González, declarou que os bombardeios constituíam uma prática imoral. Líderes religiosos de todas as denominações participaram dos atos de desobediência civil, apoiando-se na "obediência cristã" que obriga a rechaçar a imposição de leis injustas.

Organizações tão diferentes como Pax Christi, a Internacional Socialista, a Copppal e a Associação Americana de Juristas aprovaram resoluções exigindo que o governo norte-americano respeite a vontade do povo porto-riquenho.

O reverendo Jesse Jackson visitou os acampamentos na zona interdita e

Continuam os protestos

Uns 200 ativistas que acampavam na área ocupada pela Marinha norte-americana na ilha de Vieques foram desalojados de forma pacífica e sem efetuar prisões no mês de maio pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos com o apoio de funcionários de segurança locais e norte-americanos. Mas os protestos contra o uso da ilha para exercícios militares continuaram após o desalojamento dos ativistas.

Vários dos desalojados voltaram à área e foram presos, mas asseguraram que nada impedirá que continuem a ingressar na área. A Comissão para o Resgate e o Desenvolvimento de Vieques afirma que vários militantes - entre eles os irmãos Pedro e Cacimar Zenón, filhos do pescador Carlos Zenón, que há 20 anos foi condenado a prisão por ingressar com seu barco em águas controladas pela Marinha - permanecem na área. Eles se ocultaram em túneis e trincheiras para enganar os aparelhos de vigilância de alta tecnologia empregados pelos militares norte-americanos.

Em Nova Iorque, a população portorriquenha está em pé de guerra. Eles não aceitam que a Marinha dos EUA tenha retomado os bombardeios na ilha de Vieques, após um ano de inatividade.

Além de várias manifestações no



Agentes do FBI comunicam aos ocupantes da ilha de Vieques que serão detidos por bloquearem o acesso a uma dependência do governo federal dos Estados Unidos

centro de Nova Iorque, militantes interromperam um jogo de beisebol e entraram no campo com uma bandeira de Porto Rico.

Organizações como o Centro de Ação Internacional, a Campanha de Apoio a Vieques e Todo NY por Vieques estão preparando uma grande manifestação para 11 de junho, data nacional de Porto Rico.

Os portorriquenhos constituem 37% da população hispânica de Nova Iorque. Em 1998 moravam na cidade 800.000 portorriquenhos, quase o dobro da população da cidade de San Juan, capital de Porto Rico.

Os dirigentes das mobilizações contra a presença da Marinha na ilha consideram que o desalojamento dos ativistas foi apenas o fim da primeira etapa de sua campanha.

Eles pensam em continuar a in-

gressar na área, como de fato já o fizeram, tendo sido feitas 51 prisões só no primeiro final da semana da mais recente ocupação. Entre os presos havia dirigentes da Igreja Católica e Protestante, membros da Câmara Municipal da cidade de Nova Iorque, parlamentares de Porto Rico e dois intergrantes do Congresso dos Estados Unidos, Luiz Gutiérrez e Nydia Velázquez, nascida em Porto Rico.

Os dirigentes da Comissão de Resgate e Desenvolvimento asseguraram que as ações de desobediência civil continuarão até que os militares norte-americanos desocupem a ilha. "Realizaremos ações de fustigamento contra a Marinha até conseguir que lhes seja impossível continuar suas atividades", avisou Robert Rabin, porta-voz da comissão.

prometeu fazer uma semana de jejum e oração se recomessem os bombardeios. Muitas outras iniciativas de apoio se sucederam, como a de cinquenta professores da Universidade de Har-

vard (entre eles o laureado economista John Kenneth Galbraith) que assinaram declarações pedindo paz para Vieques. Robert Kennedy Filho esteve na zona de tiro, testemunhou os graves estragos

ambientais e partiu de Vieques chamando Rubén de "um verdadeiro herói".

Vieques tem sido também objeto de generosas expressões de solidariedade de porto-riquenhos e porto-riquenhas

residentes nos Estados Unidos e em outras partes do mundo.

As épocas mudam

Pode-se dizer que Vieques trouxe à tona a injustiça de um sistema colonial que durante todo um século tinha se mantido aos olhos de muitos com uma imagem açucarada e inócua.

Em 1971 Rubén Berríos tinha protagonizado um episódio muito similar ao atual, mas com resultados muito diferentes. Chegou à Praia Flamenco, em Culebra, e violando as leis federais norte-americanas entrou no campo de tiro da Marinha na ilha-município, denunciando uma situação idêntica à de Vieques. Mas naquele momento os partidos da maioria lhe deram as costas e a Assembléia Legislativa aprovou uma resolução censurando-o.

Apenas cinco dias após instalado o acampamento em Flamenco, Rubén e outros doze militantes - entre eles nativos das ilhas e um religioso quaker norte-americano - foram presos, julgados por um tribunal federal e condenados a seis meses de cárcere.

Hoje, quase trinta anos mais tarde, o agora senador Rubén Berríos não estava só. Ao acampar em Vieques representava não só o sentimento de seu Partido Independentista, como também de milhares de patriotas que exigem respeito para Porto Rico. A indiferença de três décadas atrás nada tem a ver com os cem mil porto-riquenhos que, convocados pelo setor religioso do país, em silêncio, bandeira branca nas mãos, marcharam em 21 de fevereiro sob a única palavra de ordem de "Paz para Vieques".

A Marinha norte-americana não teve a força moral para entrar na praia e prender Rubén e seus companheiros e companheiras nos outros acampamentos. Para os norte-americanos, Vieques significou o conflito entre seu instinto de aferrar-se ao poder colonial em Porto Rico e a perspectiva de entrar no novo século como os maiores violadores dos

direitos humanos no hemisfério.

Ironicamente, os Estados Unidos reivindicam o território de Vieques para que suas tropas estejam em condições de assumir sua função de defensores da democracia em qualquer lugar do mundo, ainda que ao preço de oprimir quase dez mil viequenses.

O presidente Clinton passou longos meses ponderando as possibilidades, antes de emitir um documento em 31 de janeiro de 2000, oferecendo um referendo de data indeterminada em que os cidadãos de Vieques poderão escolher entre a permanência da Marinha por três anos, com bombardeios com bala de festim, ou sua permanência indefinida, usando balas de verdade. A primeira opção pressupõe um desembolso de quarenta milhões para o "desenvolvimento econômico" de Vieques; à segunda somam-se outros cinquenta milhões.

Ainda que não satisfaça as expectativas dos porto-riquenhos, a resposta de Clinton mostra que Berríos e os seus seguidores colheram uma importante vitória. O mundo não deixou de girar porque a Marinha prescindiu de Vieques durante oito meses. E isto acaba com o argumento favorito dos militares: que Vieques é absolutamente imprescindível para a defesa nacional.

De fato, no 19 de abril deste ano, cumpriu-se um ano desde o recesso forçado dos exercícios militares e isto não significou o fim da democracia, nem da estabilidade dos Estados Unidos. Aliás, fontes militares do mais alto escalão asseguram que as práticas realizadas em Vieques são obsoletas e não correspondem aos cenários reais de guerra do mundo atual. Os desembarques anfíbios que com tanto entusiasmo são recriados em Vieques não se usam em situações reais desde a década de 50.

Finalmente, Vieques revelou um amadurecimento da sociedade civil portorriquenha impensável um ano atrás: o ato ecumênico nas escadas do Capitólio pedindo paz para Vieques; a marcha da multidão silenciosa do dia 21 de feverei-

ro com o nome de Vieques (e a figura de Rubén Berríos, agora bronzeado e barbudo, como símbolo principal desta luta) incorporada não só ao debate político de todos os dias, como também à cultura popular do rádio e da televisão; uma foto de primeira página do *New York Times*, com o título *Protest Leader Bask in Gains*; pesquisas de rua em que predomina a simpatia com as ações de desobediência civil nas praias viequenses.

Mas a longa espera pela resolução de Clinton deu espaço para que os medos semeados por um século de domínio colonial reaparecessem. Carlos Pesquera, presidente do governista Partido Novo Progressista, abandonou sua primeira posição favorável ao fim dos bombardeios e está disposto a aceitar a oferta de bombardeios com balas de festim por vários anos.

O Partido Popular Democrático e sua presidente, Sila Calderón, não se animaram a aderir aos atos de desobediência civil, e se limitaram a ocasionais visitas à praia. Mas esses fatos não tiram a importância dos feitos alcançados.

O povo de Porto Rico tem agora a oportunidade de resgatar Vieques e não terá perdão das gerações futuras se, por covardia ou negligência, permitir que lhe seja arrebatada uma vitória que é de todos.

Esperamos sessenta anos para que a luta de Vieques seja a luta de Porto Rico. Atualmente, a cada manhã sai um barquinho da vila de pescadores La Esperanza para levar água e mantimentos para a zona liberada de Vieques. Se o que já se alcançou foi um prelúdio, o povo terá inspiração para protagonizar com fé os capítulos que lhe restam. ■

María de Lourdes Santiago Negrón é secretária-adjunta de Comunicação do Partido Independentista de Porto Rico

Rubén renunciou à sua cadeira no Senado em dezembro de 1999, quando era já evidente que a determinação de retirar a Marinha de Vieques ou a ordem de prisão não se dariam de imediato

Eleições, um exemplo para o Brasil

O modelo neoliberal está sendo questionado tanto na Europa quanto na América Latina

Neiva Moreira

SERIA EXAGERADO dizer-se que o neoliberalismo está agonizante. Mas não há dúvida de que entrou em crise. Debilitou o poder dos Estados, transferindo as decisões para as multinacionais, concentrou a riqueza, e, apoiado na ideologia do Fundo Monetário Internacional, distanciou-se de qualquer política social, aumentando a miséria.

Esses resultados, por vezes catastróficos, da aplicação do modelo neoliberal já estão sendo identificados em todo o mundo e começam a ser denunciados e combatidos. Os próprios dirigentes do FMI e do Banco Mundial começam, embora timidamente, a admitir sua responsabilidade no agravamento da crise social, sobretudo nos países do Terceiro Mundo, entre os quais nos incluímos. Essa situação vem aumentando a turbulência política em vários países, provocando crises institucionais em outros, por vezes degenerando em conflitos.

Os exemplos na América Latina, onde os índices de atraso e miséria são escandalosos, revelam não apenas o crescimento da oposição política ao modelo mas também os riscos de insurreições populares e golpes. No Peru, é imprevisível o que possa suceder, com Fujimori manobrando para impor um terceiro mandato, em um quadro de confronto com amplos setores populares. O Paraguai foi o exemplo mais recente, mas, já antes, no Equador a re-

núncia dos comandos militares revelava que o estado de inquietação popular alcançava os quartéis.

No campo político, as últimas eleições na Alemanha, Inglaterra, Argentina e Uruguai resultaram em derrotas contundentes dos candidatos com posições e teses neoliberais.

Na Alemanha, a profunda crise na Democracia Cristã, envolvendo alguns dos seus líderes maiores, como Helmut Kohl, em denúncias, ajudou o SPD, o partido social-democrata no poder, a modificar a tendência de derrota que marcara seus recentes resultados eleitorais. Mas o fator dominante dessas derrotas foi, sem dúvida, o recuo de posições conservadoras próximas do modelo neoliberal adotadas pelo governo alemão, que, no mínimo, confundiam os seus eleitores. A aliança do primeiro-ministro Gerhard Schröder com Tony Blair em torno de uma "terceira via", na qual se engajava, também, o presidente Fernando Henrique, foi muito negativa para o SPD alemão e dramática para os trabalhistas ingleses.

O Labor Party chegou ao cúmulo de rechaçar a candidatura a prefeito de Londres de um dos líderes mais representativos do socialismo inglês, Ken Livingstone, que os adversários batizaram de Ken, o Vermelho. Expulso do partido, Ken apresentou-se às eleições como um candidato independente, combatendo duramente as concessões neoliberais inclusive as privatizações feitas, muitas das quais, como no Brasil, ruinosas para

o país. Sua vitória foi espetacular: 57,92% dos votos e derrotou o candidato situacionista e dos conservadores de Thatcher. Blair ainda arrastou uma derrota mais ampla: os trabalhistas perderam seiscentas cadeiras em todo o país pela deserção em massa de eleitores que não concordavam com as posições do governo.


Uma nova consciência

Mas as respostas eleitorais não ficaram aí. Na Argentina, o candidato da esquerda, Aníbal Ibarra, venceu as eleições para a prefeitura de Buenos Aires, derrotando um dos expoentes do neoliberalismo Domingo Cavallo, que desistiu de concorrer a um segundo turno. "Pude constatar que a opinião pública considera uma perda de tempo eu continuar na disputa", disse ele.

A vitória da esquerda em Montevideu nas recentes eleições municipais (reunida na coligação Encuentro Progressista-Frente Ampla) também foi muito expressiva. O atual prefeito da capital uruguaia, Mariano Arana, obteve quase 60% dos votos para a reeleição. Mesmo no interior do país, onde os tradicionais partidos Blanco e Colorado têm uma presença marcante de 150 anos, a Frente Ampla avançou cerca de 30%, consolidando sua posição de maior partido do país.

Mas o mais importante na difícil luta contra o neoliberalismo não é apenas a vitória nas urnas e sim a consciência - a cada dia mais difundida - de que não é mais possível suportar um modelo que destrói as conquistas sociais que custaram imensas lutas e coloca o poder nas mãos de grupos totalmente descompromissados com a justiça social.

É um exemplo oportuno para o Brasil, às vésperas de uma eleição que envolve todo o país e na qual está também em jogo a luta contra a evidente influência neoliberal, uma espécie de "terceira via" que tantos sacrifícios, sofrimentos e decepções tem imposto ao nosso povo. ■



São Luís Arraial do Brasil

São Luís é uma festa o ano inteiro, mas durante o mês de junho a cidade se transforma no maior arraial do Brasil. Animado por grandes grupos de bumba-meu-boi, cacuriá, tambor de crioula e muitos outros, além de quadrilhas, danças portuguesas e vários folguedos igualmente vibrantes e envolventes. Tudo isso muito bem acompanhado de deliciosas comidas típicas, fazendo a alegria da nossa gente e do enorme número de turistas que visita a cidade. Participe das brincadeiras. Acompanhe a programação e leve sua alegria para essa diversidade de ritmos, danças e sabores que só existe em São Luís.



**SÃO
LUÍS**

Vocação Para o Turismo



PREFEITURA

Trabalho e Honestidade

F U M T U R



JÁ VIU UM JOGO ONDE TODO MUNDO GANHA?

Quando você tenta a sorte em um jogo da Loterj, pode estar mudando a sorte de muita gente. Agora ainda mais: o Governo do Estado estadualizou os bingos e passou a regulamentar, autorizar e controlar esta atividade através da Loterj. Isto significa aumentar em quase o dobro os recursos provenientes do bingo. Recursos para o desenvolvimento social do Estado do Rio. Aqui é assim: você sabe para onde vai o dinheiro do bingo. Agora mesmo, 900 casas populares estão sendo entregues no Trevo das Missões, um prêmio para quem sonhava com a casa própria. Este prêmio pode sair em muitas outras formas, como ambulâncias, reforma de escolas, o que for preciso para tornar melhor e mais digno o dia-a-dia de quem vive em nosso Estado. Loterj. Sorte de quem mora aqui.

GOVERNO DO ESTADO

RIO DE JANEIRO

 Loterj